O CONVENTO DE SÃO JOÃO NOVO

DOS

EREMITAS DE SANTO AGOSTINHO



Instituição, Património e Arte na cidade do Porto

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 78624
Data 2005/02/21

TRABALHO DE MESTRADO

EM

HISTÓRIA MODERNA

043 M
S585c
ex.1

FUNDO GERAL
FLUP-BIBLIOTECA
549675

SEVERINO EMANUEL CRUZ DA SILVA

2003-10-31

ÍNDICE

Pág.

PLANO DE TRABALHO 3
INTRODUÇÃO 4

CAPÍTULO I

SANTO AGOSTINHO E A ESPIRITUALIDADE RELIGIOSA

Prosopografia de Santo Agostinho 10
O ideal monástico de Santo Agostinho 16
Ordo Monasterii – Praeceptum – Regularis Informatio (Regra de Santo Agostinho) 21

CAPÍTULO II

EREMITAS CALÇADOS DE SANTO AGOSTINHO

Sua origem, fundação e espiritualidade 29
Breve estudo da sua implantação e influência no nosso País 33
São João de São Facundo: O verdadeiro São João o Novo? 44
Os Eremitas Calçados e a sua vivência no burgo Portuense 51
Quadro sinóptico das Ordens Religiosas da cidade do Porto 58

CAPÍTULO III

O CONVENTO DE SÃO JOÃO NOVO, OBRA DE ARTE DO PORTO

A fundação institucional 60
Estrutura e construção 65
Igreja e Convento de São João Novo 68
Arquitectura e beleza artística 74
Igreja e Convento de São João Novo; um monumento e obra de fé 81
Intervenção realizada 84
Súmula da caracterização do monumento 85
O património do Convento de São João Novo do Porto 87
Propriedades pertencentes ao extinto convento de São João Novo do Porto 102
Edifício conventual de São João Novo 103

CAPÍTULO IV

ANEXOS 104

BIBLIOGRAFIA 118

Plano de Trabalho

O Convento de São João Novo dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho

1. O porquê deste estudo?

a) O quase desconhecimento da figura de Santo Agostinho na bibliografia em português.

b) O desconhecimento, quase total, relativo aos Eremitas Calçados de Santo Agostinho e as suas influências no burgo portuense.

c) A não existência de obras de referência sobre o tema deste estudo.

d) O pouco conhecimento que existe sobre um edifício que, só por si, é um dos ex-libris da cidade do Porto.

2. Objectivos mentores do projecto:

a) Estudar Santo Agostinho e os efeitos dos seus ideais monásticos, na sociedade portuguesa, passados que foram mais de mil anos da sua morte.

b) Estudar os Eremitas Calçados de Santo Agostinho e a sua importância em Portugal, no decorrer da Era Moderna.

c) Estudar o Convento de São João Novo, em todos os aspectos relevantes, desde a arquitectura à cantaria, passando pelo local de implantação e enquadramento territorial e paisagístico.

3. Fases do trabalho:

a) Investigação empírica.

b) Análise crítica e contextual dos documentos.

c) Elaboração do texto para dissertação.

Introdução

Na cidade do Porto, Capital Europeia da Cultura, no pretérito ano de 2001, existe um edifício emblemático que, até aos dias actuais, se encontra pouco estudado e, por isso mesmo, é quase completamente desconhecido. Referimo-nos ao que hoje é chamado Tribunal das Penas, que foi convento dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, entre 1592 (data da autorização da edilidade portuense para a implantação da Ordem na cidade do Porto) e o ano de 1834 (data em que foram extintas as Ordens Religiosas e nacionalizados todos os seus bens).

Foi no contexto do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura – que decidimos dar o nosso modesto contributo estudando e investigando não apenas o edifício em questão mas também toda a sua génese, existência e influência na urbe portuense ao longo de 234 anos, bem como a própria Ordem, actividades e bens.

Este trabalho deverá ser desenvolvido em duas fases: investigação da documentação e elaboração do trabalho final.

Relativamente ao trabalho final pretendemos apresentá-lo num corpo de três matérias que, embora distintas, se interligam para formarem um todo coerente:

I – Breve estudo sobre Santo Agostinho, bispo de Hipona, que com as suas obras teológicas e filosóficas e o próprio exemplo de vida foi considerado o patrono da Ordem que aqui apresentamos.

II – A Ordem dos Eremitas Calçados, a sua implantação em Portugal e a sua importância no burgo Portuense.

III – O Convento de São João Novo: fundação e monumentalidade.

Cremos ser grande o desafio, mas confiamos que, se dispusermos do tempo necessário para uma investigação aprofundada, conseguiremos alcançar todos os objectivos a que nos propomos.

São João de Belo Monte ou Belmonte é um local da baixa portuense de onde se avista uma belíssima paisagem em redor.

Os Agostinhos souberam escolher, de forma superior, o local onde localizariam o seu convento e, se viraram a frontaria para o largo – hoje de São João Novo – deixaram, virado a Sul, espaço sobranceiro ao rio Douro de onde desfrutavam a beleza, a paz e o sossego inerentes à sua actividade monástica.

O convento tinha, para além da função conventual, de servir de local de repouso e de restauro da saúde dos monges que disso precisavam.

O local, paradisíaco, permitia avistar vários quilómetros – até à foz, para jusante, e até ao Areinho e Campanhã, para montante, e toda a margem Sul – Vila Nova, Gaia, Mafamude, Coimbrões, Castelo de Gaia e uma grande parte do próprio Porto.

Do convento avista-se todo o espaço a Sul, ocupado pelos comerciantes de vinho do Porto, e desse modo era-lhes possível saber quem, vindo pelo rio, se aproximava da cidade. Avistam-se também os diversos conventos, mosteiros e igrejas que pontuam as duas margens, como se demonstra pelas diversas fotografias que ilustram o trabalho aqui apresentado.

Quando os agostinhos se estabeleceram, neste local, souberam aproveitar na perfeição os acidentes geográficos do espaço em que se implantaram. Basta observar o espaço construído partindo da frontaria da igreja, virada ao largo de São João Novo, e tendo em frente o palácio de São João. Assim, se estivermos de frente para a igreja verificamos que à nossa direita – para Oeste – se desenvolve uma íngreme ladeira, em direcção ao rio, o que isola o edifício, por esse lado, das restantes construções. Por detrás do convento, a Sul e com o rio em fundo, fica uma escarpa bastante profunda – o que além de permitir avistar uma grande extensão do rio e da paisagem envolvente – permite desfrutar de um grande sossego pois o acesso ao convento, por esse lado, era praticamente impossível. Daí se advinha que o isolamento necessário à meditação fosse facilmente alcançável. Virado a Leste foi construído o convento, ligado à igreja e isolado do casario através de uma cerca – espaço que provavelmente seria usado como horta – após

a qual há também uma escarpa razoável. A frontaria, virada a Norte, é limitada por uma rua que, para época, se pode considerar relativamente larga. Esta frontaria desenvolve-se de uma forma harmoniosa e de aspecto airoso. Todas as fachadas do convento possuem as janelas suficientes para que o mesmo seja bem iluminado por luz natural.

Deveria ser um cenário paradisíaco em termos de beleza natural e de silêncios humanos.

Os espaços edificados não sendo monumentais são, no entanto, muito bem aproveitados e o próprio claustro é disso um exemplo significativo. Sendo relativamente pequeno, está muito bem desenhado. A simplicidade do espaço, no centro do qual se situa um tanque fontanário, é sobejamente evidente. O claustro, de planta quadrada, é enquadrado pelos três pisos em que se desenvolve o edifício e em que os primeiros dois são abertos em arcos, bastante largos, o que permite uma boa iluminação dos espaços interiores e um bom arejamento. O piso mais elevado é fechado por janelões de guilhotina – uma vez mais privilegiando a luminosidade em todo o complexo conventual.

A belíssima igreja, embora actualmente bastante degradada, é também muito iluminada de forma natural.

De facto foi um belíssimo convento. Nas linhas simples, mas bonitas, e na sua lenta construção, foi uma verdadeira elegia do que é a verdadeira pureza de quem fez da sua vida uma total entrega para com os outros.

Para além do aspecto meramente conventual e das implicações religiosas há toda uma questão de vivência e de convivência que importa referir. Embora não pretendamos analisar as questões de interesse de comércio com o estrangeiro, não deixaremos de referir que a comunidade dos agostinhos do Porto manteve relações de muito interesse e proximidade com os "ingleses" – na verdade eram, principalmente os irlandeses sendo que alguns chegaram a viver no convento de São João Novo.

Parece ter existido alguma relação religiosa e comercial entre os agostinhos do Porto e a comunidade anglo-saxónica da cidade, não apenas comprovada pelo

facto de existirem documentos que comprovam essas relações comerciais como também facto de existir no retábulo-mor uma imagem de São Patrício – padroeiro da Irlanda – em posição de relevo igual ao dado à imagem de Santo Agostinho que se encontra do outro lado do já referido retábulo.

Analisando o aspecto comercial verificamos que os comerciantes estabelecidos na cidade recorriam com alguma frequência aos empréstimos efectuados pelos religiosos (facto que não se passava apenas em relação aos agostinhos) enquanto que, por outro lado, os próprios religiosos recorriam, também, à colocação de dinheiro a render juros.

Estas relações tinham forçosamente que implicar sentimentos de confiança mútua entre a comunidade religiosa e a comunidade comerciante.

Por outro lado – não pude confirmar a informação sem margem para dúvidas – há notícias de indivíduos, anglicanos, que se converteram ao catolicismo por influência dos agostinhos. Estas notícias não são difíceis de aceitar por razões bastante simples:

Os anglo-saxões tinham até há bem pouco tempo sido profundamente católicos e os escoceses e os irlandeses continuavam a sê-lo. Com o aparecimento do anglicanismo é que galeses e ingleses aderiram, com entusiasmo, à nova forma de aceitar a religião cristã – sendo certo que muitas famílias apenas adoptaram a nova ordem por receio de represálias do poder dominante. Tomas More, chanceler de Inglaterra e santo, foi um dos muitos executados às ordens de Henrique VIII em 1535.

Os "ingleses" – designação comunmente dada a todos os naturais das ilhas britânicas – tinham, forçosamente, que ser "anglicanos" no seu país mas muitos, no íntimo, mantinham-se católicos. Facto que até não era inédito – basta ver o que já se tinha já passado com judeus ou muçulmanos. Desse modo era naturalíssimo que há ora da morte, quando a mesma ocorria em Portugal, viessem ao de cima os sentimentos profundamente enraizados no espírito dos indivíduos. E a história está carrega de exemplos de "conversões" de última hora.

É ainda de reter o facto de inúmeros irlandeses terem sido monges agostinhos – o que diz bem da entrega deste "povo" à religiosidade – e vários terem vivido em Portugal.

Um outro aspecto que cabe referir é a ligação, que existiu de facto, entre a comunidade dos agostinhos na Península Ibérica.

Relativamente à crença de que o convento foi consagrado a São João de São Facundo (que parece não ser conhecido por ninguém em Portugal e, no entanto, é sobejamente conhecido, como *San Juan de Sahagún* em Salamanca, terra de que é o patrono) é fácil compreendermos esta consagração e o posterior "esquecimento" da referida dedicação.

A construção do convento iniciou-se por volta de 1613 – data muito próxima da beatificação do santo em 1601. Na altura reinava D. Filipe – fervoroso adepto de San Juan de Sahagún ou São João de São Facundo ou, entre nós, mais concretamente São João Novo – que foi o mais insistente solicitador da sua beatificação junto da Santa Sé.

São João de Sahagún, ou São João Novo, pelos milagres que praticara, tanto em vida como depois da morte, após a beatificação fora de imediato nomeado protector e patrono de Salamanca.

Deste modo é fácil entender que os Agostinhos, do Porto, – cuja casa mãe era nessa altura em Espanha – entusiasmados com os milagres deste santo – entre os quais se destacam, ainda em vida, a pacificação de Salamanca e o salvamento de uma criança que caíra a um poço – o tenham nomeado padroeiro do convento e da igreja, tanto mais que se mantinha o nome "João" com que anteriormente se nomeara o "orago" do mesmo local. Assim se chamou "O Novo" porque se fazia referência a um novo santo e a um novo templo.

Se é fácil entender a nomeação deste santo como padroeiro – os favores da família real, com grande influência no município, nos donativos para a construção, a proximidade das datas em que se festeja São João Baptista e São João Facundo – é igualmente fácil compreender que, mais tarde, se deixasse cair no esquecimento a designação de "São Facundo" para se manter a de "O Novo".

A festa de São João de São Facundo realiza-se a 21 de Junho e a de São João Baptista, muito festejado no Porto, a 24 do mesmo mês. Repare-se na proximidade das referidas datas e respectivos dias de festa (que frequentemente se faziam coincidir nalgumas actividade religiosas). A igreja anterior ao convento era a de São João de Belo Monte, cujo orago era dedicado a São João Baptista, e convento, e a igreja nova, foi dedicado a São João Facundo – desde logo chamado "O Novo".

A nova igreja ainda não se encontrava em construção e o próprio convento ainda não se encontrava acabado quando os espanhóis foram expulsos e afastados da governação do nosso país – pelo que não era conveniente a referir as ligações a Espanha – daí que mais valia chamar-lhe "O Novo" do que "de São Facundo ou de Sahagún" e, finalmente, também se mantinha o braço de ferro entre os agostinhos portugueses e os agostinhos espanhóis no que se referia ao domínio da "Província Espanhola" sobre os de Portugal. Os portugueses recusaram-se sempre a reconhecer a direcção dos espanhóis. Aliás este confronto só foi resolvido muitos anos mais tarde com a intercepção do papa, a nomeação de um provincial português e criação da "Província de Portugal".

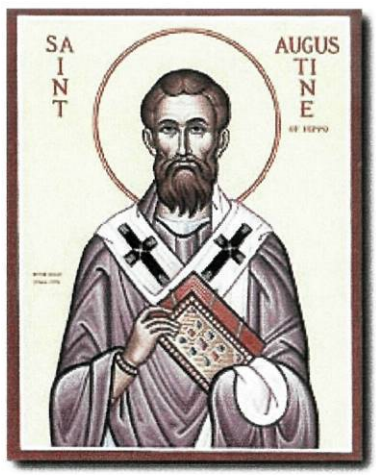
Esta é, em traços largos, uma pequena introdução à temática aqui estudada embora muito longe de esgotar toda a problemática da vivência dos agostinhos no convento de São João Novo do Porto.



I

SANTO AGOSTINHO E A ESPIRITUALIDADE RELIGIOSA

Prosopografia de Santo Agostinho



Santo Agostinho, como é mais conhecido o personagem de que vamos falar, tornou-se patriarca de várias instituições eclesiásticas cristãs, na medida em que foi, indiscutivelmente, uma das figuras emblemáticas do cristianismo, da sua teologia e da sua espiritualidade. Na realidade, porém, chamava-se Aurélio Agostinho, nasceu no Norte de África, concretamente em Tagaste, localidade da província romana de Numídia, (o actual Souk Akras no interior do nordeste argelino)[1], no ano de 354 d. C., a 13 de Novembro.

Sobre a sua juventude acidentada e bastante desregrada, a melhor informação de que dispomos é a que ele próprio nos fornece através da sua "autobiografia", intitulada *Confissões*. Nessa obra, Agostinho apresenta-nos um relato pormenorizado do que fora a sua vida anterior à sua conversão ao Cristianismo. Mas não é sobre esse aspecto, já muito estudado e sempre referido, que aqui importa falar. Importa-nos sim a sua influência na filosofia da vida consagrada ao monaquismo.

Desde sempre considerado como um dos quatro grandes doutores latinos da história da Igreja, produziu uma obra teológica e filosófica que se pode, no mínimo, considerar fabulosa. O seu exemplo e a sua obra, ao fundar a corrente

---

[1] STRATHERN, Paul - *Santo Agostinho em 90 minutos*, Mem Martins: Editorial Inquérito, 1997. ISBN 972-670-344-1

monástica que esteve na génese de várias ordens religiosas que, na Idade Média, o tomaram como patrono e patriarca, exerceram uma influência considerável sobre a espiritualidade do monaquismo cristão ocidental.


Santo Agostinho na sua cela. (Botticelli)

Este homem, que por amor ao ideal Cristão se afastou dos prazeres licenciosos e mundanos, constituiu uma comunidade laical na terra do seu nascimento, onde se dedicou à oração, ao estudo e à reflexão filosófica num ascetismo exigente e militante. Agrupou, por isso à sua volta, alguns homens apaixonados pelo mesmo ideal de "seguir a Cristo" na perfeição evangélica, mas *os membros da comunidade não pronunciavam votos, não tinham hábitos particulares nem eram submissos perante a obediência.*[2]

No entanto, na sua vida anterior à conversão, nada nos faria supor que alcançaria tão elevado grau de santidade, nem que o seu fervor religioso o tornaria num marco da História do Cristianismo.

Seu pai era pagão, mas sua mãe, uma cristã muito crente e fervorosa, pretendia fazer dele um bom cristão.

Em 370, foi estudar para Cartago, onde aprendeu retórica. Nessa cidade, e com apenas 17 anos, uniu-se com uma mulher de origem modesta, numa grande história de amor, de que resultou o nascimento de um filho, Adeodato, em 372. Aos 19 anos, completados os estudos, tinha adquirindo uma sólida cultura, embora mais literária do que filosófica.

Apesar da sua formação não se sentia saciado em termos de sabedoria. A leitura de *"Hortensius"* de Cícero, um tratado de sabedoria que coloca de parte os prazeres do corpo, que destroem os espíritos mais elevados, influenciou-o profundamente pois que sendo Agostinho em parte, e de certa forma, um autodidacta reflecte profundamente sobre tudo aquilo que lê.

Para poder sustentar a sua família abriu uma escola em Tagaste mas logo voltou para Cartago onde leccionou retórica durante cerca de 10 anos.

---

[2] GERHARDS, Agnès – *Dictionnaire historique des Ordres Religieux*, Paris, Fayard, 1998.

Levando consigo a companheira, foi leccionar para Roma, e depois para Milão, onde se reencontrou com a mãe.

Ambicioso e desejando ascender na sociedade cedeu às pressões de Mónica, sua mãe, e terminou então a relação com a mulher amada que voltou para África.

Tendo alcançado algum sucesso social, como retórico, devido à sua cultura, chegou, inclusive, a receber elogios de Valentino II. Foi então que, entre os anos 384 e 387 a sua vida sofreu uma reviravolta completa.

No fim do mês de Julho de 386, no jardim da casa de Milão, onde vivia com a sua mãe, o seu filho e o seu velho aluno Alípio, um jurista, conheceu então a conversão de que fala, nas suas *Confissões*.



Baptismo de Santo Agostinho

Oito meses mais tarde foi baptizado pelo Bispo de Milão, Ambrósio, ao mesmo tempo que o seu filho e o seu amigo Alípio (Abril de 387). *Os votos de sua mãe, que muito chorou para que ele se convertesse, foram ouvidos.*[3]

Antes de se converter tinha estudado a Bíblia mas não a considerara à altura das Obras da Antiguidade. O cristianismo não lhe parecera ter um nível intelectual suficiente. Dedicou-se durante 9 anos, à filosofia maniqueísta e converteu muitos dos seus amigos a esta filosofia. Mas não encontrou, ele próprio, a solução para os problemas com que se questionava.

Em Milão, através de Ambrósio, Agostinho descobriu o neoplatonismo. A filosofia neoplatónica exerceu nele uma influência determinante e abriu-lhe o espírito à compreensão da Bíblia. Foi então que a leitura directa das cartas de São Paulo tiveram um papel relevante na sua conversão. É talvez por esta impor-

[3] GERHARDS, Agnès – *Dictionnaire historique des Ordres Religieux*, Paris, Fayard, 1998.

tância do platonismo, na sua conversão ao cristianismo, que Santo Agostinho nunca estabeleceu uma fronteira rígida entre a filosofia e a teologia.

A conversão estabeleceu também uma mudança de ética em Agostinho que, inequivocamente, passou a considerar que o único obstáculo à união perfeita da alma com Deus era o desejo sexual.

Depois de baptizado, instalou-se com a mãe, o irmão Navigius, os primos Lastidianus e Rusticus, o filho Adeodato e um grupo de alunos e de amigos, numa casa de campo, em Cassiciacum ou Cassiciaco, uma vila perto de Milão, que o seu amigo Verecundus lhe oferecera. Em 387, Mónica morreu em Óstia e Agostinho regressou, em seguida, a África.


Morte de Santa Mónica

Foi então que, em Tagaste, sua terra natal, fundou a comunidade laica a que já nos referimos. Agostinho ficou aí durante dois anos e meio, período extremamente fecundo para a sua obra.

No entanto, e apesar da sua proximidade com Deus, Agostinho não se sentia realizado na sua busca de santidade e foi viver para o deserto.

Em 391 efectuou uma visita a Hipona e muitos dos cristãos daquela cidade pressionaram-no para que aceitasse a ordenação sacerdotal.

Mesmo depois de ordenado padre não desistiu da vida monástica e obteve do seu amigo Valério, bispo de Hipona, autorização para construir uma capela onde fundou uma nova comunidade. *Este mosteiro acabou por se tornar numa escola de formação de onde saíram numerosos, futuros, bispos.*[4] Esta nova comunidade, fundada a partir da pobreza, era diferente da de Tagaste, que se dispersou depois da sua partida.



St. Augustine. (by Albrecht Dürer. 1510)

A vida monástica de Agostinho foi de novo interrompida quando, em 395 assumiu o bispado de

[4] Idem, *ibidem*

Hipona, em que sucedeu ao bispo Valério que o ordenara. Foi durante o seu episcopado que produziu a maior e mais importante parte da sua obra, a que se dedicava intensamente, considerando-a como um trabalho de realização indispensável. Como bispo tinha de solucionar os problemas da sua comunidade e, ao mesmo tempo, actuar como juiz, cumprindo, desse modo o Código Teodosiano.



O seu desempenho nestas funções mereceu-lhe uma tal dedicação que acabou por ter bastante influência na legislação dessa época.

Para além de Pastor consciencioso, que velava atentamente pelo seu rebanho, Agostinho desdobrava-se em actividades de evangelização e de afirmação dos valores cristãos, proferindo diversas conferências por toda a África romana, e participando em inúmeros concílios. Foi também como bispo que efectuou os combates doutrinários mais difíceis contra o donatismo, o pelagianismo e algumas outras heresias.

A sua imensa obra é, sem dúvida, a obra de um génio e contém a marca dos acontecimentos que afectaram a sua vida e a sua formação intelectual.

Homem de grande cultura, distinguiu-se sempre nos confrontos teológicos e filosóficos com que enfrentou os adversários da Fé em Cristo.

Os seus escritos, inspirados nos problemas da igreja do seu tempo, mostram-nos a força dos ideais que professava e a sua constante atenção na defesa da ortodoxia.

Polémica e um certo clima de violência estão constantemente presentes nos combates que travou contra os pagãos, os astrólogos, os judeus, os maniqueus, os pelagianos, os arianos, etc. Esta atitude é tão importante como o seu próprio exemplo de vida.



Santo Agostinho, que lucidamente chegou à conclusão de que a evolução do homem não se resume nem se esgota numa única cultura, deixou uma obra bastante extensa, complexa e original. São conhecidos cerca de 500 sermões, 218 cartas e 113 escrituras, embora de vez em quando se descubram novos tex-

tos, cuja redacção durou entre 20 a 30 anos, que nos revelam o teólogo, o filósofo, o jurista, o estudioso da Bíblia, o monge, o pastor, o escritor e, acima de tudo, o crente. A sua doutrina nunca foi sistematizada, mas encontrámo-la em todos os seus escritos, que por razões de tempo nos dispensamos de apresentar, remetendo para a "*Clavis Patrum Latinorum*".

No dia 28 de Agosto de 430, em Hipona (hoje Annaba) o *Hipo Regius* dos romanos, morreu este homem, de grande prestígio, conhecido em todo o mundo cristão. Aurelius Agustinus de seu nome, bispo, monge e fervoroso crente no amor de Jesus Cristo, entregou, mansamente, a alma a Deus. À sua volta a cidade era destruída pelos bárbaros, ao mesmo tempo que se desmoronava o grande império romano do ocidente.

A sua obra salvou-se, milagrosamente, porque o seu discípulo Possídio, bispo de Calama, permaneceu durante um ano, nas ruínas de Hipona. Durante esse período de tempo elaborou um *Indiculus,* que chegou até aos nossos dias, das obras do santo bispo. Curioso é o facto de nele indicar obras, dadas então como desaparecidas, mas que já tinham chegado à Europa, por terem sido copiadas, ainda em vida de Santo Agostinho.



Santo Agostinho velado pelos discípulos após a sua morte

O ideal monástico de Santo Agostinho

Santo Agostinho, que foi um homem verdadeiramente apaixonado pela vida monástica, tinha como ideal viver em perfeição evangélica, numa total e constante "imitação de Cristo". Esta "imitação", ascética e exigente, seria alcançada através da prática da oração, da profunda interiorização, do estudo das Escrituras e da reflexão filosófica.

Para Santo Agostinho a vida espiritual consistia na tendência para a perfeição. Alcançar a perfeição, o uso das "Virtudes", era o fundamento da vida espiritual. O seu percurso interior, até atingir o estádio profundo de fé em Cristo e de amor total a Deus, levou-o a viver intensa e dramaticamente e a conjugar de modo genial a cultura antiga – platonismo – e o Evangelho da razão, da fé, da liberdade e da Graça.

As proposições teóricas de Santo Agostinho acerca dos fundamentos da espiritualidade e do uso das virtudes tornaram-se tão clássicas que, ainda hoje, basta lembrá-las através de alguns textos para logo as reconhecermos.

Ainda que não tenha nunca exposto de forma sistematizada todo o conteúdo da sua doutrina espiritual, não há uma obra, nem talvez uma página escrita por este santo, e sábio, onde não se possa encontrar alguma "luz" para a conduta da alma.

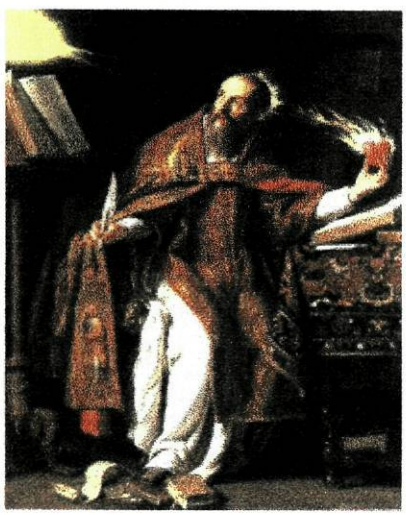
Porém, nalgumas obras, essa "luz" é mais abundante, mais concentrada, mais directa. Em primeiro lugar estão as *Confissões* em que os verdadeiros *tratados da doutrina espiritual* de Agostinho se entrelaçam, no desenrolar da sua própria vida, aparecendo formulados em palavras de inexcedível beleza.



St. Augustine envisioning the City of God
From an illuminated Florentine manuscript from about 1470 (NY Public Library)

Até à difusão de a *Imitação de Jesus Cristo*, as *Confissões* (397-398) foram o livro espiritual em voga. Até Santa Teresa lhe atribuiu, sem mostrar qualquer dúvida, a sua própria conversão.

A doutrina espiritual de Santo Agostinho, mesmo quando não aparece personalizada, como em *Confissões* ou nas suas *cartas*, recebe da espiritualidade do seu autor um saber extremamente útil. O grande sábio, que "viveu" o que ensinava, descobriu gradualmente o caminho para Deus, por etapas, através da Graça, das virtudes e da verdade. Este "caminho" era constantemente enriquecido, fortalecido e complementado pela sua própria experiência diária.



Graças ao seu espiritualismo elevado e ao seu conhecimento do platonismo, que havia descoberto através de Plotínio, Santo Agostinho percebeu que o mal não é uma substância e que tudo o que existe vem do Espírito e Amor de Deus, Criador do Universo, e que viver "na verdade" consiste de facto em usufruir de Deus.

Não vamos aqui desenvolver excessivamente as teses gerais de Santo Agostinho sobre os fundamentos da vida espiritual e sobre o uso das virtudes pelos crentes na fé em Cristo Jesus.

A vida espiritual consiste na tendência para a perfeição. Mas é importante que se saiba primeiramente o que é a perfeição. Para Santo Agostinho a arte de bem viver é a arte de amar cada coisa segundo o que ela é digna de ser, o que quer dizer Deus acima de tudo e o restante por amor de Deus. Só há realização na comunhão do amor a Deus e a Jesus Cristo.

A perfeição não é mais do que a perfeição da caridade ou a perfeição da justiça[5] *ou a perfeição da paz*[6]*, dado que, logo que se ame como deve ser, damos a cada um o que lhe é devido*[7].

O amor perfeito de Deus não está senão em Deus: mas as criaturas

---

[5] *De vera religione*, c. 48, n. 93

[6] *Enarratio* in ps.147. n.20

[7] *Et ut generaliter breviterque complectar quam de virtute habeam notionem quod ad recte vivendum attinet, virtus est caritas qua id quod diligendum est diligitur*. Epist. 167, n.15.

compartilham deste amor[8].

Os sentidos humanos apercebem-se da influência de todos os elementos terrenos envolventes mas a alma não. O manancial da perfeição é Deus, que nos ilumina e conduz às verdades eternas, através do seu amor infinito.

Os homens, porém, não atingem, na terra, a perfeição que lhes está reservada. É no céu que a alcançam[9].



Saint Augustin. Frontispice pour La Cité de Dieu *(XVIe siècle). Les instruments du copiste en main, comme le Socrate de* La Carte postale, *saint Augustin semble écrire sous la dictée de l'ange qui se tient dans son dos : « lisant sagement les autres comme un ange » (*Confessions *45).*

Na sua obra, Cidade de Deus *(De Civitate Dei)*, redigida entre os anos 413 e 416 e composta por vinte e dois livros, além de contestar a teoria então corrente de que a ruína, mais do que evidente, do Império Romano era causada pelo Cristianismo, Santo Agostinho apresenta-nos a humanidade dividida por "duas cidades" opostas em todos os aspectos. Uma, demoníaca, governada pelo egoísmo, outra, celestial, governada pela justiça e caridade. Entre estes dois mundos há uma confrontação entre o que se sente e o que se entende, entre o que é a alma e o que é o corpo.

Na terra a perfeição é sempre relativa, seja por causa das necessidades da vida, seja pelas resistências do corpo, com seus desejos carnais que impedem a continuidade e a perfeição do amor[10]*, seja por causa dos erros quotidianos*[11].

A perfeição é então tanto maior quanto maior for a caridade[12].

A doutrina espiritual é, então, reduzida ao ensino da natureza da caridade, bem como dos meios necessários para a desfrutar e aumentar em si mesmo.

A caridade contém dois preceitos em que se encontram incluídos três objectivos.

---

[8] Epist.120, n.19; In epist. Ioan., tract. 4, n. 3.

[9] *Quoniam illa perfectae magnitudo iustitiae, eis qui hic mandata fecerunt praemium dabitur.* Contra duas epistolas Pelagianorum, livro 3, n. 23.

[10] *De Civitate Dei*, l. 19, c. 27

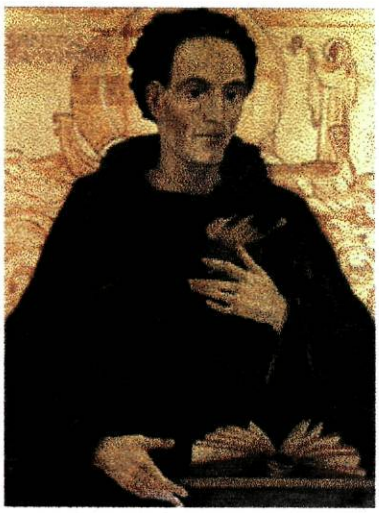
[11] *De natura et gratia*, livro 1, c. 36, n. 42; PL., 44,267

[12] *Charitas ergo inchoata, inchoata justitia est: charitas provecta, provecta justitia est; charitas magna, magna justitia est.* De natura et gratia, c. 70, n. 84; PL., 44, 290.

A caridade é, primeiramente, o amor de Deus, o Bem supremo. A posse bem-aventurada do céu. É um amor gratuito, no sentido de que amando Deus não procuramos mais nada que Deus.

Não é, de maneira nenhuma, no sentido de que amando Deus não queiramos nada para nós mesmos. Amar a Deus puramente, é não querer outra coisa mais do que amá-Lo.

Amar-se a si mesmo faz parte do preceito de amar a Deus, dado que amar a Deus é a melhor forma de se amar a si mesmo[13].



O homem que se consagra a Deus, prende-se mais a Deus do que a si mesmo[14]. Encontra a verdadeira felicidade servindo-se de tudo o resto e de si mesmo a fim de desfrutar Deus. É este, na verdade, o único modo de amar. Não se pode amar a Deus, com sinceridade, sem tudo fazermos para que os outros o amem também. Desta forma, aquele que ama Deus ama todos os homens.

Para Santo Agostinho "conversão" e "confissão" eram duas palavras de suma importância às quais conferiu um timbre e uma dimensão muito personalizadas. A "conversão" evoca uma grande abertura da inteligência e da liberdade. Abertura que considerava sempre como uma reverberação, muito intensa, da Graça de Deus. A confissão é, também, a abertura do coração a Deus e a afirmação de confiança incondicional na Sua misericórdia e amor.

"Uma só alma, um só coração para Deus" são as palavras em que a

---

[13] *Praecepta duo sunt data: dilige Deum et dilige proximum; tria tamen video diligenda. Non enim diciretur et proximum tanquam teipsum, nisi diligeres et te ipsum.* Miscellanea agostiniana, I, Roma, 1930; Wilmart, II, p. 676, n. 4, 11,14 et sqq.

Fecisti nos ad te et inquietum est cor nostrum donec requiestat in te. Gratis amo quod laudo. Laudo Deum et in ipsa laude gaudeo: ipsus laude gaudeo, quo laudato non eerubesco... Gratuitum sit quod amatur et quod laudatur. Quid est gratuitum? Ipse propter se, non propter aliud. Si enim laudas Deum ut det tibi aliquid aliud, jam non gratis amas Deum. Enarratio in ps., 53, n.10.

Nullo modo fieret hoc, nullo modo merces quaereretur ab eo, qui gratis amatur, nisi merces esset ipse qui amatur. Sermo, 340, n. 1.

Nescio quo enim inexplicabili modo, quisquis seipsum, non Deum amat, non se amat; et quisquis Deum, non seipsum amat, ipse se amat. In Joannis evangelium, tract. 123, n. 5.

[14] *Nemo, nisi Deum diligendo, diligit seipsum.* Epist. 155, n. 15.

Regula ad servos Dei, de forma muito concisa, nos transmite o ideal comunitário dos mosteiros agostinianos. Conforme se vai descobrindo a si mesmo, o homem vai-se apercebendo que não é mais do que a própria imagem e reflexo de Deus. É este sentimento, o mais importante dos bens que pode possuir, que faz com que descubra o seu valor e a necessidade de comunicar com os outros homens.

Santo Agostinho deu um contributo definitivo para o desenvolvimento do monacato e, embora possa parecer que nada tinha trazido de novo à espiritualidade da comunidade monástica, a verdade é que foi ele quem sistematizou os elementos que, desde então, são considerados fundamentais para a teologia da vida religiosa em comunidade. A comunidade agostiniana servia a Deus em unanimidade e concórdia fraterna.



Ordo Monasterii – Praeceptum – Regularis Informatio

Que entender por "Regra de Santo Agostinho"?



Quando no ano de 395 Santo Agostinho, nomeado bispo para suceder ao seu falecido amigo, e mentor, Valério, teve de deixar o mosteiro onde então vivia e não foi sem tristeza que o fez. Apesar do cargo que passou a desempenhar, o seu amor à vida monástica era tão forte que ele juntou a si, no paço episcopal, todos aqueles que, consagrados no sacerdócio, estavam dispostos a viverem em comunidade e concordassem em aceitar as suas directrizes.

A vida monástica só poderia ser aceite e bem recebida por quem soubesse, e estivesse disposto, a servir na obediência e no amor ao Senhor, aos irmãos, aos homens, a toda a criatura, animada e inanimada, e a submeterem-se. Só em presença do Senhor as pessoas poderiam aceitá-la.

Não obstante esse grande amor pelo monaquismo, Santo Agostinho, não compilou um conjunto de regras ou ordenações específicas sobre a vida em comunidade religiosa. No entanto, em toda a sua extensa bibliografia, é frequente depararmo-nos com este tema, facto que nos mostra bem qual era o seu pensamento.

Aceitar a vida monástica, não era apenas ter a certeza de conhecer a Deus, era, acima de tudo, ter a certeza de que Deus o conhecia e o amava realmente (cf. Gal 4.9)[15]. Só em virtude desta consciência se pode ser capaz, na liberdade do amor, de induzir e conduzir outros para o caminho do Senhor. De que outro modo, pela dificuldade física e mental que implica para os homens, seria com-

---

[15] Gal 4.9 – *Mas agora que conhecem a Deus, ou melhor, que Deus já vos conhece, como é possível voltarem a ser escravos de coisas sem valor e que não prestam para nada?*

preensível a loucura de querer alcançar o Reino de Deus através da aceitação do celibato, da obediência ao amor fraterno e do despojamento dos bens terrenos? Como aceitar subjugar-se a estes factores que são totalmente indispensáveis à conformação como Servos do Senhor?



Deste modo é de crer que a *Regula ad servos Dei* terá sido escrita, muito provavelmente, quando Santo Agostinho foi nomeado bispo de Hipona. Ao deixar o mosteiro, por si fundado e onde tinha vivido como presbítero terá querido substituir o exemplo da sua presença deixando, em seu lugar, algumas regras escritas sobre a conduta que os monges deveriam manter bem como de que forma deveriam viver na comunhão do amor a Deus.

Quase até aos nossos dias considerava-se como sendo a versão original uma regra, muito idêntica mas, escrita no feminino, ou seja, especificamente elaborada para mulheres e contida na carta 211 que Santo Agostinho dirigiu às monjas de um mosteiro de Hipona por volta de 423-424.

Actualmente é aceite, de forma consensual, que o primeiro texto agostiniano é a regra na sua versão para os homens e que a mesma foi depois adaptada às mulheres e apensa à carta 211.

Outra questão relacionada com este texto vem do facto de que no manuscrito mais antigo, que se conhece, um código do século VII com origem na abadia de Corbi, e em muitos outros códigos posteriores, a *Regula ad servos Dei* é sempre acompanhada por um *Ordo monasterii*, muito breve, que define com sobriedade e grande rigor alguns aspectos da vida diária nos mosteiros.

Muitos são os textos que, ao longo dos séculos, foram considerados e transmitidos como sendo legislação agostiniana. Muito estudados e analisados, sobretudo a partir do Renascimento, a grande maioria é hoje aceite, como original, sem qualquer contestação.

O monge agostinho Augustino Trapè[16] faz uma clara distinção das obras escritas por Santo Agostinho em obras historiográficas e obras doutrinais. Considera ainda que, nas obras historiográficas, o grande sábio, se refere à sua própria vida enquanto monge ou ao impulso que o levou para a vida monástica, enquanto que as obras doutrinais são o reflexo do seu próprio pensamento a respeito do monaquismo em geral e de todas as concepções, relativas ao ideal monástico, que traçara para si mesmo.

Seguindo o mesmo princípio, Jesús Alvarez Gómez[17], faz uma análise criteriosa e precisa de algumas das obras agostinianas e classifica-as do seguinte modo:

a) Obras históricas

1. Monólogos[18], *Contra académico*[19], *Da vida feliz*[20], *Da ordem*[21].

Obras escritas entre os anos 386 e 387, enquanto viveu, comunitariamente, em Cassiciaco, onde *estudou as cartas de S. Paulo e foi visitado por Ponticianus.*[22] Neste período, com os seus companheiros de monacato, Santo



Agostinho cultivou a reflexão filosófica, a interiorização pessoal e a prática da oração, procurando sempre encontrar a forma de vida que o satisfizesse como verdadeiro cristão. Estas obras são muito importantes pelas informações que nos dão a respeito do modo de vida no mosteiro e por descreverem os objectivos que se pretendiam alcançar: celibato, reflexão, oração e vida comunitária. Faltava-lhe contudo um aspecto importante: a renúncia à posse de bens materiais.

Não há, portanto, uma linguagem monástica propriamente dita.

---

[16] TRAPÉ, A., *La Regla de San Agustín*, Madrid, 1978.
[17] ALVAREZ GOMEZ, Jesus, cmf – *Historia de la vida religiosa*, Madrid, Instituto Teológico de Vida Religiosa, Publicaciones Claretianas, 1987, ISBN: 84-86425-25-5
[18] PL, 32, 869-904. *Soliloquios*
[19] PL, 32, 905-958. *Contra académicos*
[20] PL, 32, 959-976. *De la vida feliz*
[21] PL, 32, 977-1020. *Del orden*
[22] *AUGUSTINE through the Ages.* An Encyclopedia / general editor Allan D. Fitzgerald, O. S. A., William B. Eerdemans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan / Cambridge, U. K. 1999. ISBN 0-8028-3843-X

2. Confissões

É a uma das principais obras de Santo Agostinho. Foi escrita depois da sua ordenação como bispo de Hipona, entre os anos 397-398, e dá-nos uma informação, pormenorizada, do que foi a sua vida até ao momento da sua conversão ao cristianismo. É fundamental para o conhecimento dos seus ideais religiosos.

3. Vida de Santo Agostinho escrita por Possídio.

Obra em que Possídio, discípulo, grande amigo, biógrafo e companheiro, por cerca de 40 anos, nos retrata, com todos os detalhes, o que foi a vida do Santo Doutor em Tagaste e a forma como foram fundados os mosteiros de Hipona.

4. Sermões 355 e 356.

Dedicados à comunidade cristã de Hipona e escritos nos finais do ano 425, o primeiro, e antes da Epifania de 426, o segundo, tinham como objectivo acalmá-la após o escândalo provocado por um sacerdote, monge da sua comunidade, que tinha sido casado, que tendo renunciado aos seus bens em vida, resolveu fazer testamento, à ora da morte, no qual deserdava os próprios filhos. Santo Agostinho, nestes sermões explica que na sua comunidade tudo é de todos e que ninguém é possuidor de algo exclusivamente seu. Convida também todos os que com ele vivem e que não concordem com esta regra a abandonarem o mosteiro. Estes dois sermões reflectem, com perfeição, o ideal monástico agostiniano numa perfeita sequência do que vem referido nos Actos dos Apóstolos 4,32-35.[23]

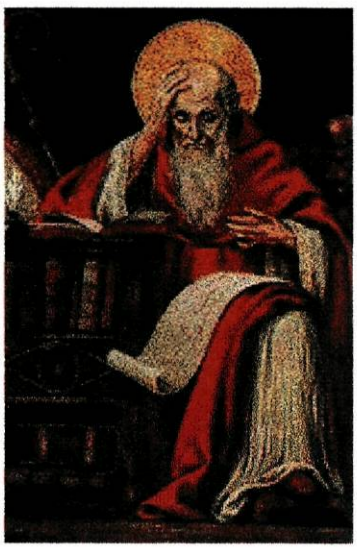


[23] Actos dos Apóstolos 4,32-35. *Todos os crentes viviam perfeitamente unidos: eram como um só coração e uma só alma. Nenhum deles dizia que os seus bens eram apenas seus, mas punham tudo em comum. Os apóstolos falavam com grande autoridade acerca da ressurreição do Senhor Jesus e Deus abençoava-os bastante. Nenhum dos crentes passava necessidade, porque os que tinham campos ou casas vendiam tudo e entregavam aos apóstolos o dinheiro da venda, para eles repartirem por cada um conforme as suas necessidades.*

b) Obras Doutrinais

1. *Regra de Santo Agostinho* composta por *Ordo Monasterii; Praeceptum* e *Regularis Informatio.*

Como atrás referi, a chamada "Regra de Santo Agostinho" foi alvo de muita



controvérsia ao longo de todos os tempos. Foi o agostinho Lucas Verheijen, na obra *La Règle de saint Augustin*[24], que finalmente resolveu esta questão, não apenas por distinguir claramente entre si as obras *Ordo Monasterii, Praeceptum* e *Regularis Informatio,* como também por ter solucionado, em definitivo, a origem do *Ordo Monasterii* ao atribuir a sua autoria a Alípio, com excepção da primeira e da última frase que lhe terão sido apostas pelo seu grande amigo, Santo Agostinho, quando incorporou este texto no *Praeceptum*. O *Ordo Monasterii,* que terá sido escrito para o mosteiro que Alípio dirigia em Tagaste, é uma regra monástica, bastante breve, que aparece sempre ligada ao *Praeceptum* como se os dois textos formassem um só corpo legislativo.

Na realidade foi Santo Agostinho que ao *Praeceptum, a* sua regra propriamente dita, acoplou o *Ordo Monasterii.*

Para Lucas Verheijen o *Praeceptum* é, sem dúvida, o primeiro regimento para monges, escrito por Santo Agostinho. O problema posto pelo facto deste texto não aparecer mencionado nas suas *Retractationes* nem em quaisquer das outras obras de Santo Agostinho, nem mesmo no *Indículus* de Possídio, apenas se deve a ser um texto privado, apenas para os seus monges, e não para os restantes crentes ou outro público em geral. Para o padre L. Verheijen parece também não oferecer dúvida de que foi no ano de 397, após a morte do bispo Valério, que Santo Agostinho deu forma ao *Praeceptum* para que, após a sua saída do mosteiro de Hipona, ficasse como sendo uma espécie de substituto

---

[24] VERHEIJEN, Luc – *La Règle de saint Augustin*, Paris, Études augustiniennes, 1967

legislativo. À semelhança do *Ordo Monasterii* é também um regulamento bastante breve e pode ser dividido em cinco partes distintas: uma pequena introdução, um capítulo relativo aos princípios e ideais da comunidade agostiniana, seis capítulos relativos aos aspectos próprios da vida monástica, uma oração que sintetiza todos os elementos anteriores e uma pequeníssima conclusão.

A *Regularis Informatio,* que está contida na carta 211 que Santo Agostinho enviou no ano de 423 à comunidade de monjas de Hipona, é composta por duas partes. Na primeira dá instruções para que sejam corrigidos alguns abusos que estavam a afectar a observância monástica, chegando mesmo a apresentar uma solução específica para um problema que lhe tinha sido apresentado. A segunda parte transcreve, na quase totalidade, o *Praeceptum,* ou regra masculina mas agora escrita no feminino. O *Praeceptum* e a *Regularis Informatio* são absolutamente idênticas no seu conteúdo legislativo.

2. *Sobre o trabalho dos monges*

Obra escrita entre os anos 400 e 401, tem por objectivo legislar sobre a obrigatoriedade dos monges trabalharem. Nos finais do século IV alguns monges de Cartago pretendiam viver em total ociosidade apresentando como justificação, não apenas, uma passagem do Evangelho que manda não ter preocupações com o comer e o vestir, como também, o facto de que os monges devem ocupar-se com o trabalho espiritual (liturgia, pregação e oração). Santo Agostinho, que era contrário a essa tese, exigiu-lhes que trabalhassem para se sustentarem apoiando-se no exemplo dado por São Paulo que diz expressamente *"o que não trabalha não deve comer"* (1 Tes. 4,11 e 2 Tes. 3,10)[25].

3. *Sobre a Santa Virgindade.*



Verdadeira apologia às excelências da virgindade, não como um valor físico ou de carácter fisiológico mas sim como um dom de Deus, dando realce ao valor da continência

[25] 1 Tes. 4, 11. *E procurem viver em paz; resolvam os ossos problemas e trabalhem para ganhar a vossa vida, como vos recomendámos.* 2 Tes. 3,10. *Mas quisemos dar-vos o exemplo para que façam como nós fizemos. Quando aí estivemos, dissemo-vos claramente que quem não quiser trabalhar não tem direito a comer.*

amorosamente consagrada ao Senhor. Escrita no ano 401, esta obra tem como suporte várias considerações cristológicas, marianas, eclesiásticas e escatológicas.

4. *Cartas.*



Muitas são as cartas em que Santo Agostinho se refere aos diversos temas da vida monástica. Das geralmente consideradas de maior importância apenas farei referência às seguintes:

Carta 30[26], escrita por São Paulino de Nola, referindo-se aos *Actos dos Apóstolos 4,32-35,* provocou em Santo Agostinho a reflexão que produziu o fundamento da sua vida monástica.

Carta 48[27] referente à vida contemplativa.

Carta 60[28] sobre as qualidades que os monges, ordenados para o sacerdócio, devem possuir.

Carta 130[29] sobre a oração tendo Cristo na sua centralidade.

Carta 211[30] que contém o *Praeceptum* na versão feminina.

Carta 243[31] que trata da vocação monástica, para a qual exige uma profunda caridade fraterna (que é indispensável à inserção na vida comunitária).

Uma tão grande quantidade de textos, quer normativos, quer legislativos, não teriam como finalidade única uma rigorosa observância do ordenamento agostiniano para as formas de vida religiosa do seu tempo.

Na realidade, ao longo de muitos séculos, o valor da *Regula ad servos Dei,* como texto normativo, era um tanto secundário e indirecto. Embora tendo sido apensa a vários códigos monásticos alto-medievais, mas deles separada de certo

---

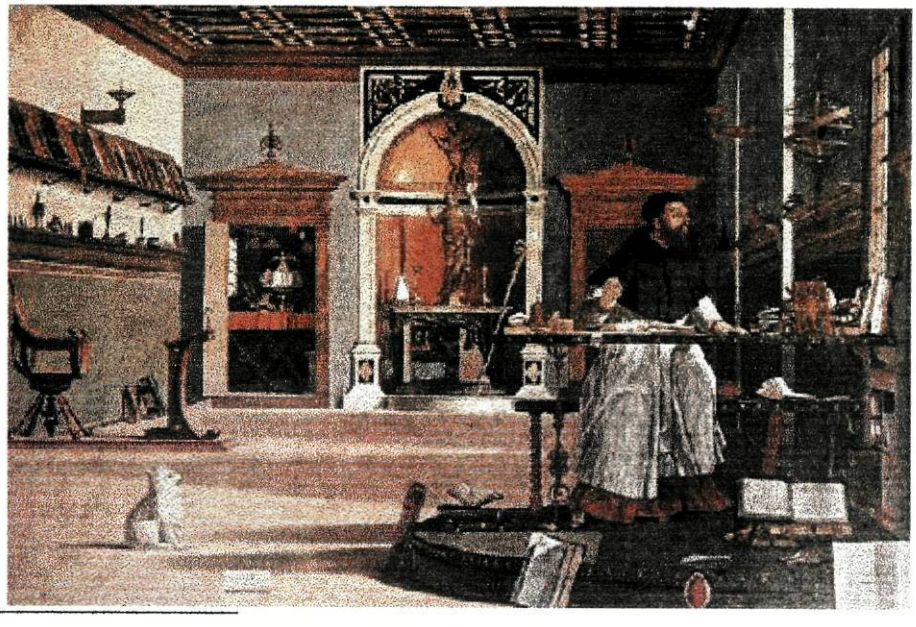
[26] PL, 33, 114-121.
[27] PL, 33, 316-326.
[28] PL, 33, 483-493.
[29] PL, 33, 596-630
[30] PL, 33, 957-965
[31] PL, 33, 1052-1055

modo, a *Regula ad servos Dei*, foi parte integrante, durante muito tempo, daquele conjunto de textos que, em todos os mosteiros, eram considerados como a fonte da verdadeira tradição monástica.

Assim, estas obras são ao mesmo tempo sinal e fruto da procura incansável e apaixonada de Deus e testemunho de um amor perseverante e abnegado. Elas indicam um caminho espiritual, que embora traçado com sabedoria humana, é uma via para a unificação dos corações, no amor ao Senhor, para todas as Suas criaturas e a recusa de todo o tipo de idolatria.

Juntamente com o evangelho, para a vida da comunidade, em que nasceu, a regra é, de certa forma, o garante da vida em comum e um guia seguro para os monges de todos os tempos. É o anúncio, para todos os homens, de que o regresso do Senhor está próximo, o estímulo para esperá-Lo com perseverança, tendo sempre na consciência que o mais sério risco para a Igreja, de qualquer tempo, é que esmoreça ou se extinga o amor ao Senhor Jesus (cf. Mt 24.12)[32].

A ecleseologia agostiniana, como demonstra o padre Congar apoiando-se em numerosos textos, mantém que *a catolicidade ou a universalidade é a da comunhão fraternal total, aquilo em que e pelo qual se realiza a essência integral e profunda da Igreja como povo de Deus e corpo do Cristo animado pelo seu espírito.*[33]

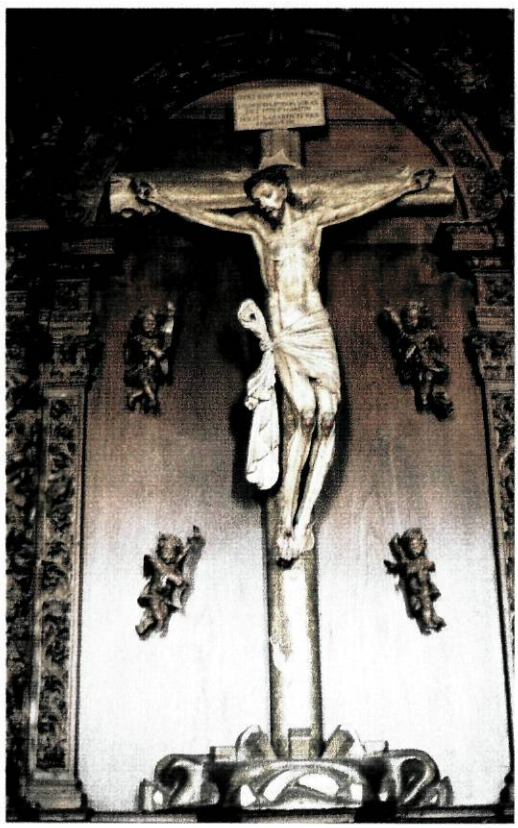


[32] Mt. 24.12 – A *maldade aumentará de tal maneira que o amor de muitos arrefecerá.*
[33] Conferência de Roma, 1988. *(Quem não se apercebe , neste texto, daquilo que sustém a Constitution de l'Eglise no Vaticano II.)*

II

EREMITAS CALÇADOS DE SANTO AGOSTINHO

Sua origem, fundação e espiritualidade



Igreja de São João Novo

Ordem mendicante que apareceu na Igreja no decorrer do século XIII, inicialmente chamada Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e, mais tarde, vulgarmente conhecida como «Agostinhos», teve a sua origem em duas uniões entre algumas congregações de eremitas existentes no actual território italiano que, a partir do século XII, seguiam a observância da Regra de Santo Agostinho. A primeira união deu-se entre os eremitas toscanos em 1244. A segunda união ocorreu em 1256 quando o papa Alexandre IV na sua *Bulla Licèt*[34], de 9 de Abril, *uniu à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho várias Congregações de Eremitas Augustinianos, sujeitando todos a um Geral, com faculdade de se dividir a Ordem em Províncias, nomeando-se logo quatro, Itália, Alemanha, França e Espanha*[35]. Esta segunda união é conhecida, na história dos Agostinhos, como «a grande união».

Tendo por "mãe" esta ordem, a partir do século XIV, nasceram diversas congregações de observância da Regra de Santo Agostinho. Estas congregações

---

[34] Apud Laert. Cherub. in Bullario, tomo I p.84.

[35] CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno,* tomo II parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

surgiram um pouco por toda a Europa com especial relevância na Alemanha, Áustria, Dalmácia, França, Espanha, Portugal e, claro está, sobretudo na Itália.

A "Regra para os servos de Deus", de Santo Agostinho, é a regra monástica mais antiga do Ocidente e um dos grandes textos inspiradores da vida comunitária e religiosa no mundo latino. É de ter em conta a circunstância de ter sido escrita cerca do ano 400 ou um pouco antes.

Na época carolíngia foi inserida por Bento de Aniane no Códice Regularum que se tornou no cânone legislativo-espiritual de base para todo o monaquismo ocidental. Além disso encontrava-se entre as fontes de inspiração de numerosas outras regras, como a de Cesario de Arles, a de Leandro e Isidoro de Sevilha e a de São Bento. A grande difusão da Regra de Santo Agostinho como norma regulamentar da vida monástica começou no século XI. Foi adoptada inicialmente, acima de tudo, dentro das comunidades regulares que se adaptaram ao espírito da reforma gregoriana e rapidamente se difundiu como Regra a seguir pelas diversas Ordens Religiosas. Hoje numerosas fundações vivem segundo a autoridade da Regra de Santo Agostinho (premonstratenses, as numerosas e diversas famílias de agostinhos, os dominicanos, os criados de Maria, etc.).

Os principais motivos para a aceitação/adopção e seguimento da *"Regra para os servos de Deus"* são essencialmente três. O primeiro é o prestígio do seu autor como modelo de vida clerical na pobreza. O segundo é a mudança que opera na rotina da igreja primitiva (as referências repetidas que fez à sua comunidade sobre as acções dos Apóstolos). A adopção desta *Regra* foi um dos impulsos que conduziu a Igreja, cujos evangelistas tardo-medievais se mostravam interessados em retornarem às origens e aos

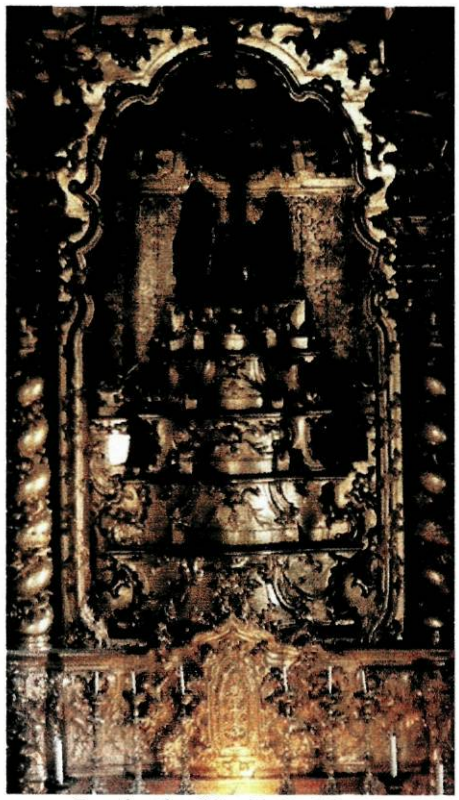


Igreja de São João Novo

princípios de simplicidade e pobreza, para a reforma gregoriana. O terceiro motivo é, essencialmente, a disponibilização para uma vida de partilha total, em comunidade, e na entrega de si mesmo a Deus.

A profunda espiritualidade da "Regra de Santo Agostinho tem por base os seguintes preceitos: a *caridade e a pobreza, a oração, as formas de ascensão para Deus, a castidade e a custódia mútua, o não considerar nada como seu (nem a si mesmo), o perdão das ofensas, a autoridade e a obediência e a exortação para a observância da regra*[36] que no dizer do próprio Santo são os preceitos que ele dá a quantos pretendam viver em comunidade monástica.

Tem como base essencial o facto de os irmãos escolherem livremente viverem em dedicação a Deus, em comunidade, como se todos formassem uma só alma e tivessem um só coração. Deixa de existir o "eu" para que só exista o "nós" servos de Deus. Não há espaço para a posse de bens porque todos os valores possuídos estão postos em comum. Tudo pertence a todos. Os bens essenciais são distribuídos, não em medidas iguais mas, conforme as necessidades físicas de cada irmão, conforme nos ensinam os Actos dos Apóstolos em que os bens eram comunitários e a sua distribuição era feita segundo as necessidades que cada um tinha.


Igreja de São João Novo
Altar-mor

Todos estes preceitos, verdadeiros tesouros espirituais, apontam para uma entrega total a Deus, para seu serviço e engrandecimento. De facto é necessária uma grande dose de coragem e sobretudo de fé para aceitar, sem receio, os preceitos seguidos pelos monges agostinhos. A espiritualidade que está subjacente à *caridade e custódia mútua*

[36] MELLA, Edoardo Arborio e FALCHINI, Cecília – *Regole Monastiche D'Occidente,* Comunità di Bose, Magnano (VC), Edizione Qiqajon, 1989.

e à *pobreza e despojamento de bens próprios* lembram-nos, só por si, que é fundamental termos confiança, em absoluto, no grande amor de Deus por todos os Seus filhos e acreditarmos que, pela Sua Graça, somos também capazes de amar como Ele nos ama. A *oração e a ascese* que parecem ser os pressupostos mais simples e fáceis de aceitar e de realizar, mas são puro engano. Quantas vezes, alegando rezar, apenas importunamos o Senhor com meros pedidos e queixas? Quantas vezes, em vez de ascendermos a Deus, nos afundamos e mais Dele nos afastamos? Comprometer-se na *castidade* é, mais do que um sofrimento garantido, é a negação da própria carne na busca da condição de "apenas espírito". A *autoridade, a obediência e a observância da regra* são possíveis para aqueles que, com fé, abracem verdadeiramente a vida em comunidade. O aspecto espiritual mais difícil de aceitar é, sem dúvida, o *perdão das ofensas* porque isso só é possível no seio de um verdadeiro amor a Deus e aos homens.

A "Regra" indica o caminho; o amor de Deus ajudará a segui-Lo.



Convento de São João Novo
Vista geral do Porto e de Gaia

Breve estudo da sua implantação e influência no nosso País

Neste estudo, que ora apresentamos, só importa o ramo principal, ou seja, a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho no que diz respeito à sua Província de Portugal. Esta província, que teve uma duração de quase seis séculos (1243-1834), e se confunde, nos seus primórdios com o convento de Lisboa, fundado por *dois eremitas, de cujo nome não consta, constando apenas que tinham estado no eremitério de São Vicente do Algarve*[37], teve uma enorme relevância em todos os locais do mundo onde chegou a expansão portuguesa.



São João Bom
Igreja de São João Novo

O padre João Bautista de Castro, na sua obra diz-nos que *querem os Cronistas desta Religião, que S. Profuturo Arcebispo de Braga, e discípulo de Santo Agostinho introduzisse esta Ordem em Portugal pelos anos 393, pouco depois de a ter fundado em Tagaste o mesmo Santo Doutor, e que o Eremita Alemão Santo Ancirado fundasse em Penafirme pelos anos de 850, o primeiro Convento desta Ordem Augustiniana em Portugal...* Afirmando ainda que *o que temos por indubitável é que esta exemplaríssima Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho entrou em Lisboa no ano de 1147 aos 25 de Outubro, dia em que também entrou na mesma cidade triunfando dos Mouros o invicto rei D. Afonso Henriques*[38]. Os Eremitas de S. Gens, ali instalados com a autorização do bispo de Lisboa D. Gilberto, como não gozavam do "direito de isenção", deviam-lhe obediência. Só em 21 de Janeiro de 1298, através da *Bulla Sacer Ordo*[39], o papa Bonifácio VIII os isentou da obediência directa ao bispo de Lisboa, *e assim nem*

[37] CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno,* tomo II parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
[38] "Idem"
[39] Consta do Bullario Empoli p. 44 constit. 10 apud Barbos. Decis. Apostol. collect. 325. num. 9.

os isentou da obediência directa ao bispo de Lisboa, *e assim nem Igreja tinham, mas só Oratório,...e sem dependência de outro Superior entre si mais, que do Prior, que elegia a família do Mosteiro com aprovação do Ordinário*[40].

Inicialmente repartida em duas casas: uma, do lado de fora das muralhas de Lisboa, no monte de São Gens e a outra, entre muros, a partir de 1271, no Bairro de Almasala, nas primeiras décadas a instituição esteve dedicada a Santo Agostinho. No entanto, em 1362, a devoção foi transferida *para Nossa Senhora da Graça, dado ter sido colocada na sua igreja uma belíssima imagem de Nossa Senhora, que uns pescadores tinham recolhido nas suas redes ao largo de Cascais*[41]. Face às graças recebidas e aos muitos milagres atribuídos a essa imagem, o povo crente atribuiu-lhe a designação de "Nossa Senhora da Graça". Foi deste modo que os Agostinhos passaram a ser vulgarmente conhecidos como Frades Gracianos. Este piedoso nominativo foi também aplicado à grande maioria dos mosteiros da província de Portugal, quer no território metropolitano quer nos territórios da Índia e da restante Ásia.

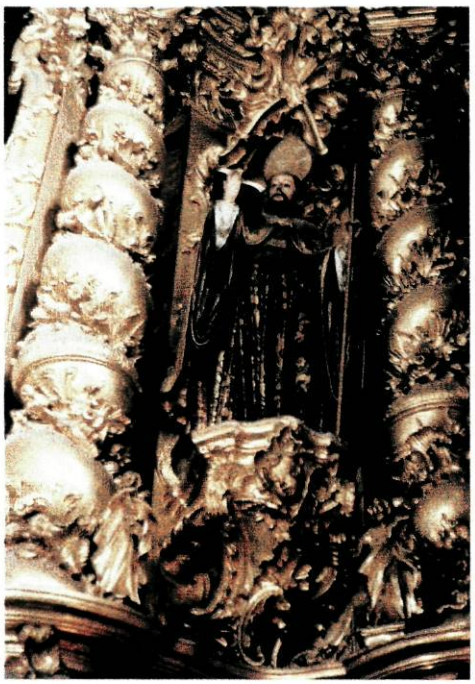


São Nicolau Tolentino
Igreja de São João Novo

Até 1387 os Agostinhos portugueses estiveram directamente ligados à província de Espanha. A partir de então, e devido às guerras com Castela, os diversos conventos de agostinhos que entretanto tinham sido fundados em Portugal foram organizados em forma de vicariato, sob as ordens directas do prior-geral de Roma. Sendo que só cerca de um século depois, se criou a província de Portugal, totalmente autónoma.

Como atrás ficou referido, em 1387, devido à situação de antagonismo com Castela, agravada pela vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota (e ao

[40] CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno,* tomo II parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
[41] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, IV volumes.



Igreja de São João Novo
Santo Agostinho

início do Cisma do Ocidente) o prior-geral dos Agostinhos assumiu, a partir de Roma, o governo do vicariato dos conventos de Portugal. Em virtude disso os contactos com a cúria agostinha tornaram-se mais frequentes o que obrigou a uma maior documentação da história dos Agostinhos portugueses.

No decorrer do século XV foram feitas algumas tentativas de reforma da Instituição mas sem os resultados que se esperavam. Então, *correndo o ano de 1536 mandou El-rei D. João III, zeloso pai das Religiões, reformar esta, escrevendo para isso ao prior-geral da Ordem em Castela, que então era o padre Gabriel Veneto, o qual mandou aqueles dois apostólicos varões frei Francisco de Vila Franca e frei Luís de Montoya*[42], que, no longo período que estiveram em Portugal, fizeram uma obra reformadora extremamente importante para a Congregação dos Agostinhos da Província de Portugal.

Com o apoio do rei e dos priores-gerais conseguiram dar novo vigor à Ordem através do incremento da observância, do fomento dos estudos e de um grande aumento de vocações. Deste modo, e devido a estes dois santos homens, a ordem ganhou um tão grande prestígio que em 1543 o rei mandou que lhes fosse construído o colégio de Coimbra, onde ensinaram os seus melhores professores.

Entre muitos outros, podemos dar algum destaque a D. Frei Gaspar do Casal de quem D. António Caetano de Sousa, no *"Agiologio Lusitano"* nos diz o seguinte: *esclarecido Prelado em virtude, e letras, D. Fr. Gaspar do Casal, gloria de Santarem sua patria, e da Eremitica Familia Augustiniana, de que foy*

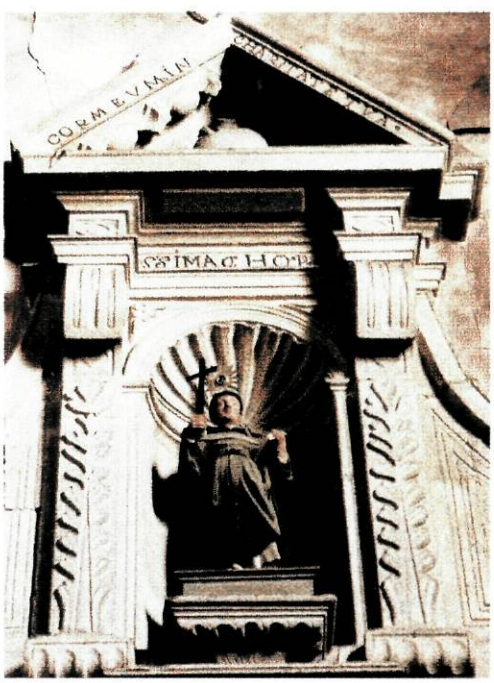
---

[42] CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno,* tomo II parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

filho, resplandecente luz, que illustrou com doutrina, e costumes, deixando de suas virtuosas obras, e grandes estudos, huma estimada memória. D. João III nomeou-o seu pregador, conselheiro e director da sua consciência e da de seu filho, o príncipe herdeiro. O seu desempenho foi de tal ordem que o rei o mandou ao Concílio de Trento, na vigência do papa Pio IV.

Após a morte, em 1569, do grande reformador dos Agostinhos portugueses, o padre Luís de Montoya, a província de Portugal viveu, até cerca de 1630, a sua época de maior fulgor. Este período áureo deveu-se, não apenas ao aumento do número de conventos e colégios, mas principalmente, ao grande número de homens de grande valor e cultura que então se sobressaíram sobre os demais. Provinciais, arcebispos, escritores, prelados, professores universitários, humanistas, um secretário da Congregação De Auxiliis em Roma, um mariólogo (o mais conhecido do seu tempo) e ainda muitos homens que se destacaram pela sua santidade engrossam este rol, bastante incompleto, de agostinhos merecedores de especial memória.

Entre o século XVI e o século XVII alguns conventos foram alvo de obras de restauro e melhoramento. Entre todos há que destacar a casa mãe (convento da Graça em Lisboa), o de Vila Viçosa e, principalmente, o de Torres Vedras, onde as relíquias do beato Gonçalo de Lagos (beatificado em 1778) foram trasladadas, por três vezes, até serem depositadas no local onde hoje se encontram.



Muita desta grandeza e esplendor ficou, sem dúvida, a dever-se a Jerónimo Seripando, Gregório Petrocchini e Tadeu Perosino, priores-gerais da ordem, que, no decorrer do século XVI, efectuaram visitas à província portuguesa, numa acção concertada de vigilância e reforma. É de salientar que os dois primeiros alcançaram o cardinalato enquanto o terceiro foi um grande es-

tudioso e comentador da Bíblia.



Os Agostinhos trabalharam arduamente, em acção missionária, no Golfo da Guiné e na Índia Oriental. Tanto quanto consegui apurar não tiveram quaisquer casas no Brasil muito embora tivesse havido pelo menos três agostinhos que lá exerceram a função de bispo.

Foi a partir de 1565, com Gaspar Cão, bispo de São Tomé, que os Agostinhos marcaram uma presença efectiva no Golfo da Guiné. Esta presença, bastante reforçada a partir de 1572, acabaria por se extinguir por volta de 1584 com a retirada dos poucos religiosos que, entretanto, não tinham ainda sido vitimados pelo clima extremamente insalubre.

Mais marcante, e de grande impacto, quer pela extensão territorial atingida quer pela duração no tempo, (262 anos) foi a missionação realizada pelos Agostinhos portugueses no Oriente.

A sua obra gloriosa iniciou-se em 1572 quando D. Sebastião lhes solicitou que assumissem a orientação espiritual e o serviço religioso em Ormuz. Ainda em 1572 levantaram um convento em Ormuz e um outro, *que seria a casa-mãe de uma «Congregação da Índia Oriental»,* em Goa e que, célere, espalhou a sua influência benéfica por todo o espaço do vasto império português do Oriente..

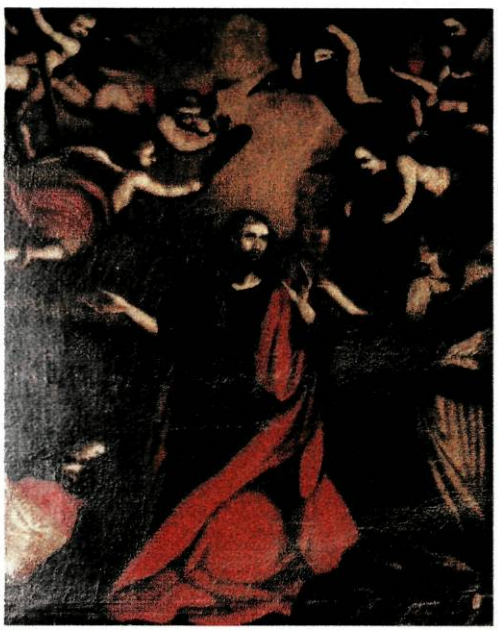
Foi por toda a terra banhada pelo Índico, desde a costa da África Oriental até às costas da China, que os missionários agostinhos fundaram conventos, estabeleceram missões e trabalharam na conversão, ao cristianismo católico romano, dos numerosos povos com que foram estabelecendo contacto. Foram muitos os que ali labutaram ao longo de dois séculos e meio, até que, em 1834, as ordens religiosas foram extintas em todo o espaço português.

Calcula-se que, no início da década de quarenta do século XVII, a congregação teria, aproximadamente, 250 religiosos.

Nas costas do que hoje são a Tanzânia e o Quénia os Agostinhos permaneceram de 1598 até 1698 e alcançaram grande glória, em 1631, quando foram martirizados três dos seus missionários e centena e meia de convertidos.

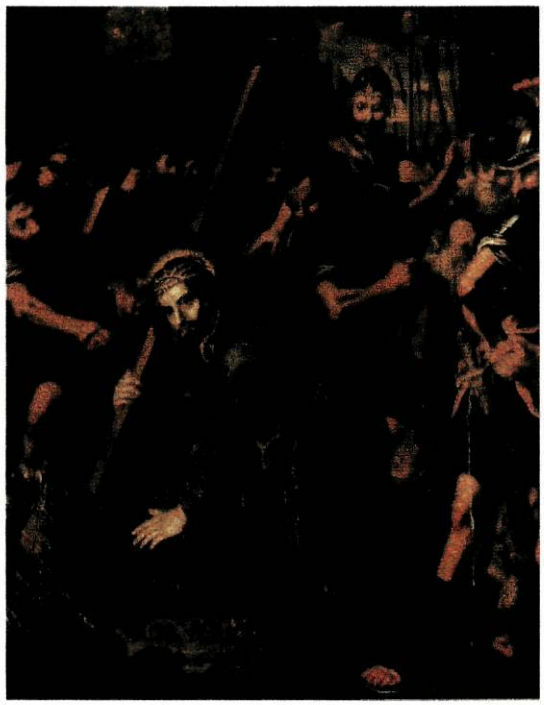
Estiveram presentes em Gori na Geórgia e em Baçorá no actual Iraque, além de terem tido outras casas de menores dimensões, no Golfo Pérsico, que obedeciam directamente ao convento de Ispahan, no Irão, que teve a sua existência entre os anos de 1602 e 1747. São também de referir as fundações em Diu, Bassein, Cochim, Mailapur e Chaul na costa ocidental da Índia e em Tatá no Paquistão. Mas foi em Goa, com o seu convento principal e um colégio para religiosos, além de um imponente mosteiro de agostinhas, criado em 1606 e dedicado a Santa Mónica, que a Congregação dos Agostinhos portugueses alcançou a sua maior expressão em todo o espaço do Oriente.

Embora não queiramos alongarmo-nos muito mais, temos de referir ainda que estes missionários também estiveram presentes em Colombo, na ilha de Ceilão, em Bengala, em Ugulim, na margem do Ganges, em Calcutá, em Dacca, em Malaca, em Macau e em alguns locais do actual Myanmar e da Tailândia.



Igreja de São João Novo
(pintura existente na sacristia)

A par de toda esta actividade de pastoral missionária os Agostinhos distinguiram-se também pela grande quantidade de bispos com que governaram diversas dioceses do Oriente. *Houve um bispo agostinho em Malaca e outro em Macau. O segundo bispo de Pequim foi o agostinho Francisco da Purificação. Nalgumas cidades houve vários: três em Cochim, cinco arcebispos em Goa e nada menos de nove bispos em Mai-*



Igreja de São João Novo
(pintura existente na sacristia)

lapur. No Brasil estiveram três e na ilha de São Tomé um[43].

Nos dois últimos séculos da sua existência em Portugal, os Agostinhos, denotaram como que uma quebra no seu crescimento, até então constante e sistemático. Foi um período em que apenas criaram três novos conventos ao mesmo tempo que encerravam uns poucos em território português e vários na Ásia.

Há, talvez, um certo cansaço que pareceu traduzir-se numa menor disponibilidade para a missionação ao mesmo tempo que provocou alguma tensão entre os conventos do Norte e os do Centro e Sul e se verificou a existência de uma crise governativa, já no final do século XVII.

Neste "final dos tempos" os Agostinhos viram-se ainda obrigados a fazer obras de restauro nos conventos de Lisboa e no de Penafirme, bastante afectados pelo catastrófico terramoto de 1755. Também o convento de São João Novo, no Porto, razão principal deste nosso estudo, foi alvo de importantes melhorias graças à generosidade de dois bispos da cidade que eram agostinhos.

Também no decorrer destes dois séculos muitos foram os homens de grande valor que militaram nas fileiras dos Agostinhos portugueses e que se distinguiram quer pelos altos cargos que ocuparam quer pelas actividades que desenvolveram e entre os quais se avantaja o grande mestre em Teologia, Patrício da Silva, em cujo tempo foram extintas as ordens religiosas, que, com, grande prestígio, foi arcebispo de Évora de 1820 a 1825, e de Lisboa de 1825 a 1840 e cardeal a partir de 1824.

---

[43] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, IV volumes.

Resta dizer que os Agostinhos portugueses não desapareceram por falta de fé, de vocações ou de força espiritual, até porque, segundo os documentos da época, em 1763, possuíam 18 conventos de frades e três de monjas. O seu desaparecimento surgiu depois do triunfo dos liberais, com o rei D. Pedro IV, e deveu-se apenas a uma conjuntura política adversa, despótica e arbitrária, que permitiu ao ministro Joaquim António de Aguiar, por decreto-lei, proceder à irradicação as ordens religiosas do espaço português.

Os Agostinhos, como os restantes religiosos, foram reduzidos a clero secular e incorporados nas diversas dioceses, enquanto aos não sacerdotes era atribuída uma pensão, que aliás nunca receberam. Os mosteiros femininos não podiam receber noviças, segundo uma lei de 1833, para que se fossem extinguindo[44].

Só após 140 anos de exclusão os Agostinhos puderam retornar a Portugal. Curiosamente o seu regresso ocorreu em 1974, ano em que o país sofreu uma enorme mudança política. Há como que uma simbiose entre estes dois acontecimentos que apontam para o renascer da esperança nos homens e da fé em Deus.



Igreja de São João Novo – arco da entrada da igreja

[44] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, IV volumes.

Convento / Mosteiro / Colégio	Fundação
Nossa Senhora da Graça (fundação) / São Gens / Lisboa	*1147-10-25* / 1243
Nossa Senhora da Graça (fundação) / Almasala / Lisboa	*1291* / 1271
Nossa Senhora da Graça (reedificação) / Lisboa	*1556*
Nossa Senhora da Assunção / Penafirme	*1226* / Antes de 1387.
Santo Agostinho / Vila Viçosa	*1270* / Em construção em 1295.
Santo Agostinho / Torres Vedras	*1367*/ Século XIV.
Santo Agostinho / Santarém	*1376* / 1376
Nossa Senhora dos Anjos / Montemor-o-Velho	*1494* / 1494
Nossa Senhora da Graça / Évora	*1512*
Santa Mónica ou Menino Jesus (feminino) / Évora	*1460*
Santa Cruz (feminino) / Vila Viçosa	*1529* / 1527
Santa Mónica (feminino) / Lisboa	*1586* / 1586
Tasgão ou Tagaste (?)	Projectado entre 1476 e 1535.
Salvaterra de Magos	Projectado entre 1476 e 1535.
Monte Santa Maria	Projectado entre 1476 e 1535.
Nossa Senhora da Graça / Castelo Branco	*1526* / 1526
Colégio de Nossa Senhora da Graça / Coimbra	*1543* / 1543
Nossa Senhora da Graça / Tavira	*1544* / Meados do séc. XVI
Torres Vedras	Trasladação em 1578
Nossa Senhora da Luz / Arronches	*1570* / 1574
Nossa Senhora da Graça / Loulé	*1574* / 1574
Santo Agostinho / Leiria	*1576* / 1576
Angra do Heroísmo	1584
Santo Agostinho / Porto	*1592* / 1592
Colégio de Santo Agostinho ou de Santo António / Lisboa	*1594* / 1593
Colégio de Nossa Senhora do Pópulo / Braga	*1595* / 1596
Nossa Senhora da Penha de França / Lisboa	*1603* / 1603
Santa Mónica (feminino) Goa	1606
Santa Ana (feminino) / Coimbra	*1610*
Ponta Delgada / Açores	Depois de 1630
Praia / Açores	Depois de 1630
Nossa Senhora da Piedade / Lamego	*1630* / Depois de 1630

Mapa conventos, mosteiros e colégios segundo o que se encontra no *Dicionário de história religiosa de Portugal*[45]. Em itálico os nomes e as datas apresentadas por João Bautista de Castro[46].

[45] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, IV volumes.
[46] CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno,* tomo II parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

Homens que se destacaram	Como se distinguiram
Álvaro de Lisboa	Professor universitário
João de São Tomás	Professor universitário
Beato Gonçalo de Lagos († 1422)	Apóstolo popular (beatificado em 1778)
João de Madalena	Provincial e professor universitário
João de Santa Cruz	Provincial e professor universitário
Bento de Lisboa	Provincial e professor universitário
Ambrósio Brandão	Provincial, bispo e professor universitário
João de Estremoz	Homem de grande santidade
João Soares († 1572)	Bispo de Coimbra e professor universitário
Gaspar do Casal († 1584)	Arcebispo do Funchal, bispo de Leiria e Coimbra e professor universitário
Egídio da Apresentação († 1626)	Professor universitário
Gaspar Cão († 1574)	Bispo de São Tomé
Francisco da Cruz	Bispo de Cabo Verde
Álvaro Monteiro	Homem de grande santidade
Ubertino Enneu	Homem de grande santidade
Cipriano Perestrelo	Homem de grande santidade
Bernardo O'Higgins	Homem de grande santidade
Agostinho de Castro	Arcebispo de Braga (1589-1609)
Aleixo de Meneses	Arcebispo de Braga (1612-1617)
António de Santa Maria ou de Lencastre	Prelado ou bispo auxiliar
Francisco Pereira	Prelado ou bispo auxiliar

Homens de valor que ilustraram a Ordem dos Agostinhos em Portugal segundo o que se encontra expresso no *Dicionário de história religiosa de Portugal*[47].

[47] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, IV volumes.

Homens que se destacaram	Como se distinguiram
João de Valadares	Prelado ou bispo auxiliar
Frei Tomé de Jesus	Escritor *(Os Trabalhos de Jesus)*
Frei Sebastião Toscano	Humanista
Francisco de Cristo	Professor universitário
Agostinho da Trindade	Professor universitário
Luís de Beja Perestrelo	Professor universitário
Agostinho de Garcia	Professor universitário
António Galvão	Professor universitário
Gregório Nunes Coronel	Secretário da Congregação De Auxiliis em Roma
Egídio da Apresentação	Mariólogo
Miguel dos Santos	Provincial, sebastianista, foi enforcado em Madrid em 1594
Sebastião de São Pedro	Arcebispo de Goa
António de Gouveia	Visitador apostólico dos cristãos da Pérsia
Aleixo de Meneses	Missionário no Oriente
Francisco da Purificação	Bispo de Pequim
Miguel Távora	Arcebispo de Évora entre 1740-1759
António de Távora	Bispo do Porto de1755 a 1766
José de Santa Rita Durão	Autor épico, pregador de fama e professor universitário.
José de Santo Agostinho Macedo	Escritor
Patrício da Silva	Mestre de Teologia e cardeal de Lisboa a partir de 1824

Homens de valor que ilustraram a Ordem dos Agostinhos em Portugal segundo o que se encontra expresso no *Dicionário de história religiosa de Portugal*[48].

[48] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, IV volumes.

São João de São Facundo

O verdadeiro São João o Novo?



São João de São Facundo é o Patrono, há muito esquecido e do qual se perdeu no tempo a denominação original, do mosteiro e igreja de São João o Novo. Muito conhecido como o Apóstolo da Paz, foi um santo monge agostinho, que viveu no século XV em Salamanca. Foi beatificado no decorrer início do século XVII e alcançou, no mesmo, o estatuto de santo em 1690.

O convento dos "Agostinhos Calçados do Porto" foi-lhe consagrado e, apesar de hoje existirem vozes discordantes relativamente à veracidade dessa consagração, nada nos leva a crer que subsistam quaisquer dúvidas em relação a tal facto. Se tivermos em conta que na altura em que foi solicitada a autorização para o estabelecimento dos Agostinhos Calçados, no Porto, e se iniciou a construção do seu convento era Filipe II quem governava o país (e dera as autorizações necessárias para tal empreendimento). Outro aspecto que nos faz crer firmemente na veracidade desta consagração é o facto de quererem os monges agostinhos, nos princípios do século XVII, darem realce a tão ilustre figura – cognominado o Apóstolo da Paz – esperando, talvez, que o próprio servisse como pacificador não apenas entre as diferentes famílias religiosas do país como, principalmente, da própria sociedade civil.

Juan González del Castillo Martínez foi o primogénito de Juan González

del Castillo e de Sancha Martinez e nasceu em Shagún, em Leão, muito provavelmente em 24 de Junho do ano de 1430 ou 1431. Reinava de D. João II de Castela e seu pai, que estava ao serviço do rei, encontrava-se guerreando contra os mouros.

No dizer dos seus biógrafos, o seu o seu nascimento pareceu dever-se a uma graça obtida por seus pais, através da *Virgem do Poente*, após muitas orações e súplicas. Na verdade já tinham decorrido vários anos do seu casamento e continuavam a não ser abençoados com o nascimento de qualquer filho. A Senhora do Poente era, e ainda hoje é, muito venerada e aclamada pelo povo e a sua ermida está situada em Valderaduey, à beira do caminho que liga para Santiago de Compustela.

Finalmente, a família lá conseguiu alcançar a gravidez desejada e com o nascimento do primeiro filho os pais voltaram a gerar mais seis filhos que, igualmente, se revelaram ilustres.



S. João de São Facundo
(S. João de Sahagún)

Na sua própria terra natal, na abadia beneditina de Sahagún, fez os primeiros estudos. Neste centro cultural, bastante célebre, para que pudesse prosseguir os seus estudos foi o próprio abade, D. Pedro de Medina, que lhe concedeu alguns benefícios do mosteiro.

Dos quinze aos vinte anos, o jovem viveu em Burgos, onde alcançou o cargo de pagem ao serviço bispo da cidade. Sob a protecção do referido bispo, D. Alonso de Cartagena, continuou os estudos e acabou por ser ordenado sacerdote, seu capelão particular e

camareiro-mor do paço episcopal. Mais tarde ainda, as suas qualidades de muito trabalho fizeram com que atingisse o cargo de cónego da catedral.

São João de São Facundo, ou São João de Sahagún como é mais conhecido em Espanha e também universalmente, era de facto um homem possuidor de excelentes qualidades e não se preocupava com os bens terrenos. Mais de uma vez renunciou às benesses que o seu protector lhe concedera e acabou por ser padre reitor da igreja de Santa Gádea ou Águeda. Esta igreja é famosa porque os castelhanos, com Cid a chefiá-los, tinham feito jurar a D. Afonso VI que nada tivera que ver na morte de seu irmão Sancho II ocorrida no cerco de Zamora. Foi nesse local que o jovem clérigo passou os anos seguintes, como sacerdote, dando atenção aos pobres e desenvolvendo, cada vez mais, as suas capacidades de orador e grande pregador.

A vivência em Burgos e o salutar convívio com o bispo, que fora estudante em Salamanca, devem tê-lo influenciado bastante na escolha do nova faceta da sua própria vida. Tomando uma decisão que lhe influiria decisivamente a vida, São João de São Facundo, seguindo a forte vontade de *"quem queira saber, em Salamanca há-de ser"*, parte para Salamanca onde se inscreve na universidade, no ano de 1457.

A sua procura de diversos conhecimentos manifestou-se ao matricular-se em cânones e teologia. Este facto comprova, uma vez mais, as suas capacidades intelectuais e a sua grande aplicação ao trabalho.

Outra prova do seu grande valor, como sacerdote e como homem, é o facto de que logo após a sua chegada a Salamanca foi convidado para fazer um sermão sobre São Sebastião que era o patrono do colégio de São Bartolomeu. Nos inícios do século XV fundara-se, por ordem do bispo de Salamanca, um colégio para que fosse frequentado por estudantes pobres e seguidores das santas virtudes. Era um colégio célebre não apenas pela sua disciplina mas sobretudo pelos homens que nele haviam sido formados.

As muitas qualidades, como pessoa e como sacerdote, impressionaram grandemente os dirigentes do colégio que de imediato lhe solicitaram que se tornasse capelão interno. A responsabilidade deste ministério foi, por si, exercida durante três ou quatro anos e de tal modo desempenhou o cargo que o memorial do colégio se refere: *"Este es el verdadero israelita en quien no se halló engaño y que por su bondad y honestidad de vida, y por la entereza de sus costumbres, fue nombrado Capellán de adentro."*[49]



Santa Maria Madalena
(Colégio de S. Bartolomeu)

Sabemos que foi também durante a sua estada neste colégio que parece ter acontecido o primeiro, ou um dos primeiros, milagre que se lhe atribui.

"El símbolo del ciprés, que aparece en algunas pinturas del Santo, responde al hecho que le ocurrió en el Colegio, cuando un día, recogida ya la Comunidad, se acordó que no había rezado el breviario. Y cuando se disponía a salir fuera en busca de más luz, un chorro de claridad se filtró a través del ramaje del ciprés hasta su habitación."[50]

É um dos muitos prodígios de edificação que demonstram que São João de São Facundo foi um grande taumaturgo e um homem de muita santidade no verdadeiro sentido da palavra.

Depois de deixar o cargo de capelão em S. Bartolomeu, o santo homem, começou um tempo de pregação em Salamanca e seus arredores. As praças e as ruas eram os locais mais usuais para o ensino da paz, da reconciliação e do entendimento. Aquele pregador que deixava a sua própria segurança e passava o

---

[49] GARCÍA ABAD, Albano – *San Juan de Sahagún – Fenómeno Social del Siglo XV*, preparado y adaptado por: Virgilio Buiza, vbuiza@terra.es

[50] "Idem"

tempo a procurar a segurança dos seus conterrâneos. Havia muitas rivalidades e o ambiente que se vivia, em Salamanca, então era o de uma verdadeira guerra entre as classes dominantes.

A cidade vivia em constante desassossego. A realidade daquela época era vivida entre confrontos constantes. Havia uma crueldade em constante ebulição, entre famílias rivais, que se tornaram tristemente célebres.

Pregando em prol da paz, e aconselhado a prática dos bons exemplos, este carismático sacerdote acudia a todos quantos precisassem dos seus serviços. São João de São Facundo, agora que deixara o colégio e vivia em casa de um amigo, estava sempre presente nas igrejas ou nas praças de Salamanca para clamar a sua mensagem de paz e concórdia.

O muito trabalho, a austeridade e a constante tensão em que viveu, provocaram-lhe alguns amargos de boca. Certo é sabermos que o nosso biografado morreu relativamente jovem. O facto de termos falado no seu passamento, numa idade ainda na força da vida, poderá querer-nos dizer, apenas, que o santo pode ter morrido por causa da intervenção de terceiros, assassinato, ou pode ter ocorrido naturalmente. Mas não falemos mais, para já, na questão do fim da vida terrena.

A realidade é que este padre professou, como religioso agostinho, em 18 de Junho de 1463. Um ano mais tarde, em 28 de Agosto dia de Santo Agostinho, professava como religioso da Ordem de Santo Agostinho, no convento de Salamanca. Foi com a entrada para a Ordem que o clérigo passou a adoptar o nome de Frei João de São Facundo ao mesmo tempo que alcançava o título de bacharel e homem de grande sabedoria.

De 28 de Agosto de 1464 até 11 de Junho de 1479 Frei João de São Facundo viveu os últimos 15 anos da vida. Como já se indicou este santo sabia como eram praticados os ataques, e as lutas entre as diversas famílias em conflito, e só este homem tinha coragem para enfrentar os beligerantes. A figura deste homem valente e santo, produtor de milagres e benesses, fê-lo destacar-se pelas acções em favor da paz e da harmonia. É dele a seguinte observação: *"— Um pregador*

tem que anunciar a verdade, criticar desgraças e reconhecer qualidades e virtudes. Também deve estar pronto a morrer pela verdade."

Nem mesmo uma lei de Henrique IV, em 28 de Março de1465, tinha conseguido terminar aquelas lutas fratricidas. Sobre esse ambiente de luta e vingança sobressaiu a força da palavra pacificadora, anunciadora do entendimento, pronunciada pelas igrejas, e por todos os espaços livres, num convite consciente a favor da paz e do bom entendimento. De todos os meios se serviu Frei João para alcançar a pacificação e a boa vontade dos cidadãos de Salamanca. Da sua palavra, do seu prestígio, do seu desapego, da sua mansidão e de todos os dons do espírito, alcançou, finalmente, a tão desejada paz.

Porém, como todos os homens, este esforçado clérigo acabou por morrer de forma repentina, ainda bastante novo, e não falta quem ainda hoje diga que ele morreu assassinado para que não continuasse a verberar uma certa senhora que tinha um comportamento indigno. Morreu com a idade de quarenta e nove anos. É curioso que foi a mesma idade com que morreu São João da Cruz, em 1591.



Igreja de S. João de Sahagún em Salamanca
(S. João de S. Facundo)

Morreu Frei João de São Facundo, em Salamanca, em 11 de Junho de 1479 no seu convento da Ordem dos Agostinhos. Não seria idade para já não ter vontade de viver e, apesar de trabalhar bastante, não nos parece que, leviana-

mente, se possa pôr de parte qualquer hipótese demasiado estranha. Portanto sobram muitas dúvidas quanto às causas do seu passamento. Pelo menos, nessa altura, correram muitos rumores de que o santo homem fora muito simplesmente envenenado. Dizia-se que fora uma vingança, da tal senhora, por se ver preterida pelo seu amante que se havia modificado pelo sermão do casto religioso.

É por esse facto que em algumas imagens representam o venerado santo com uma palma de mártir na mão. A uma outra forma de o representarem é empunhando um cálice ou uma hóstia, símbolo do extraordinário fervor com que celebrava o sacrifício da sagrada eucaristia.

Actualmente encontra-se sepultado, desde 1835, no altar-mor da catedral de Salamanca, ao lado da epistola, à direita de onde se olha. Este é o patrono muito amado, com quem divide funções com Santa Teresa de Jesus, que protege o povo salamantino. É muito grande a admiração por este santo.

Sobre a antiga lápide funerária alguém gravou "HIC JACET PER QUEM SALMANTICA NON JACET", que é o mesmo que "AQUI JAZ POR QUEM SALAMANCA VIVE". Isto é absolutamente significativo para quem quer que seja que acredite na força do Santo e, sobretudo, no espírito de Deus.

Após a sua beatificação, ocorrida em 1601, foram-lhe confirmados diferentes milagres. A sua coroa de glória, pela grande entrega a Deus, ocorreu com o título de "Santo" atribuído por ordem do papa Alexandre VIII, em 16 de Outubro de 1690, com a confirmação por "Bula" de Inocêncio XII, em 15 de Junho de 1691.

Hoje apenas um punhado de estudiosos portugueses ouviu alguma vez falar-se de São João de São Facundo. Este santo é completamente desconhecido dos portugueses – e até dos espanhóis. Em Espanha é muito conhecido como o patrono de Salamanca, mas com o nome de São João de Sahagún, e em Portugal há muito que se promoveu o esquecimento deste santo.

Os Eremitas Calçados e a sua vivência no burgo Portuense

Após a tomada da decisão de se estabelecerem com uma casa na cidade do Porto foi muito forte o empenho com que toda a comunidade destes religiosos rapidamente aderiu a esse grande projecto de construção de um novo convento. Os agostinhos depressa atingiram uma posição de destaque após a sua entrada na cidade do Porto. De facto desde logo se começou a sentir a sua influencia em todos os níveis da vida da cidade.

Em contrapartida, a comunidade, no seu aspecto social, histórico e jurídico, como assentava numa base que nunca que foi, sobretudo, ordenada pela ligação assente nos laços de cariz político mas de carácter do interesse do público. Dos laços que formavam a comunidade dos interesses dos seus habitantes nasceram os mais fortes sentimentos de amor e de ligação natural. Ali nasceram os primeiros sentimentos de ligação à sua terra natal e ali se encontraram as emoções da família e, sobretudo, da comunidade. Foi neste aspecto que rapidamente se desenvolveram as ligações afectivas à comunidade religiosa e à comunidade leiga. Ali se encontraram as emoções de vida comunal, os planos para o desenvolvimento do futuro, as relações de interesses comuns, os interesses abrangentes, as necessidades mútuas e, de um modo geral, todos os traços se desenvolveram de modo natural e todas as actividades se conjugaram e



Porto visto de Gaia – Mosteiro de S. João Novo, Torre dos Clérigos e Paço Episcopal

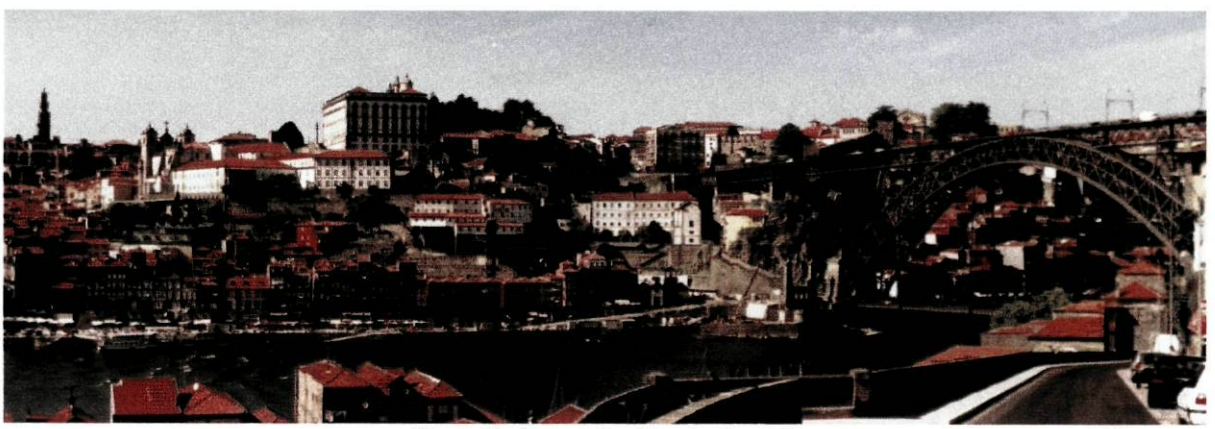
evoluíram progressivamente e, plenamente, de uma forma que, no fundo, eram inerentes à própria vida.

Se era um facto que a Congregação no burgo portuense tinha sido fundada durante o regime filipino, não é menos verdade que sempre existiram atritos entre os portugueses e os governadores castelhanos. E embora fosse natural que entre a comunidade dos agostinhos, no início dos anos 1600, parecesse muito normal aceitar que todos vivessem em paz, a verdade era muito diferente. Embora fossem todos membros de uma mesma família religiosa, a realidade era muito diferente. As diferenças eram muitas e não era possível esquecer, tão rapidamente, que entre portugueses e espanhóis existia uma separação bem real quer no aspecto político quer no aspecto normativo quer em todos os aspectos possíveis e imaginários.

O estabelecimento dentro da malha urbana da cidade do Porto, deu aos Agostinhos, uma enorme relevância. A sua rápida adaptação ao novo meio depressa lhes granjeou um interesse muito relevante dentro da comunidade e a escolha do próprio local para se estabelecerem com casa com casa própria, ou convento, tornou-se uma mais valia na relação da nova comunidade com o povo da cidade do Porto.

É de notar que o período de estabelecimento dos Agostinhos no Porto correspondeu a uma revitalização da actividade religiosa em todo o espaço português (embora sob o domínio espanhol). É de facto ao longo de cerca de sessenta anos, entre 1569 e 1630, que ocorreu a época de maior esplendor. Neste espaço de tempo foi grande o desenvolvimento em toda a Província Portuguesa. O desenvolvimento, havido em todos os aspectos, fizeram com que houvesse um enorme aumento de conventos e de homens religiosos. Os agostinhos depressa demonstraram que se distinguiam entre os melhores homens de sabedoria. De um modo geral todos se distinguiram pela perseverança do seu trabalho e pela sua forma de estar em comunidade.

Muitos foram os prelados que nesta época granjearam não apenas o nome de esforçados trabalhadores e de grandes sábios como também o de grandes santos. Embora seja impossível referir todos os grandes agostinhos deste tempo há no entanto que referir alguns dos nomes mais importantes. Entre os que mais se destacaram devemos referir os arcebispos de Braga Agostinho de Castro (1589-1609) e Aleixo de Meneses (1612-1617), enquanto outros de grande nomeada foram António de Santa Maria, Francisco Pereira e João de Valadares. Enquanto muitos se distinguiram pelo profícuo serviço no ultramar. Também devemos fazer uma referencia a um escritor, Frei Tomé de Jesus, autor da obra *Os Trabalhos de Jesus,* considerada a obra mais editada em português depois da Bíblia e da obra Camões. Outro homem deveras importante foi Frei Sebastião Toscano que se distinguiu como grande humanista. Entre os grandes catedráticos que se distinguiram entre os anos 1570 e 1630 vamos apenas referir alguns dos mais relevantes, quer se tenham distinguido ao serviço da universidade em Portugal e nos colégios portugueses quer nas grandes escolas europeias, em que falamos de Homens como Francisco de Cristo, Agostinho de Trindade, Luís de Beja Perestrelo, Agostinho de Garcia, António Galvão. Outros dois homens muito importantes foram Gregório Nunes Coronel que se distinguiu como secretário da Congregação De Auxiliis em Roma e Egídio da Apresentação que se distinguiu como um dos mais importantes *"mariólogos"* de todos os tempos. *Alguns homens ilustres em santidade acrescentam esta lista, necessariamente incompleta, de agostinhos dignos de especial memória neste período. Um caso trágico da*



Paço Episcopal e Ponte Luís I

história nacional e de Agostinhos em Portugal foi a do antigo provincial Miguel dos Santos, implicado na fraude do falso D. Sebastião, conhecida como o "affaire" do Pasteleiro de Madrigal. O padre Miguel dos Santos morreu enforcado numa praça pública de Madrid em 1594[51].

Neste espaço de tempo, que decorreu principalmente entre 1574 e os primeiros anos de 1600, foram grandes as obras que se construíram: conventos de Arronches (1574), Loulé (1574), Leiria (1576), Angra do Heroísmo (1584), Porto (1592), o Colégio de Santo António ou de Santo Agostinho em Lisboa *para estudantes* (1593), o colégio de Braga (1596), *destinado à educação teológica de párocos daquela importante diocese,* e o convento de Nossa Senhora da Penha de França, em Lisboa, (1603). De todas estas obras destacam-se, pela grande importância que irão ter nos anos seguintes, o convento do Porto e os colégios de Braga e de Lisboa.

No seguimento do grande período de crescimento, como sempre acontece, surgiu uma natural quebra não só apenas de rendimento como também uma redução no conjunto geral de actividades. Ao longo destes dois séculos notou-se uma certa saturação e um certo cansaço no evoluir normal da vida. Notaram-se poucos progressos em todos os campos de actividade. Apenas se formaram três novos conventos em Ponta Delgada, na Praia e em Lamego e perderam-se algumas das missões quer na Península Ibérica quer no Oriente. Nota-se como que um certo descuido, ou mesmo uma certa frieza, na atenção a dar às missões e há como que um pequeno cisma na governação dos finais do século XVII e uma certa crispação entre os conventos do Norte e os do Sul. Dentro deste período assistiu-se a uma grande melhoria das condições de vida nas instalações do convento de São João Novo, graças à boa vontade de dois grandes bispos do Porto.

Muitos foram os ilustres homens que se distinguiram pelas mais diversas actividades. Torna-se até de certa forma conseguir apenas citar alguns dos que mais se destacaram na sua ilustração quer como provinciais, quer como profes-

---

[51] *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal*, Dir. de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, VII volumes.

sores, quer como bispos e, tão somente, como homens de grande santidade. Dado ser impossível a todos nomear, detenho-me apenas na nomeação de dois irmãos, Miguel e António de Távora, rigorosamente tratados pela implicação de toda a sua família no atentado contra o rei D. José I em 1758.

Para imaginarmos a evolução que ocorreu na cidade do Porto ao longo dos anos de 1583 até aos anos de 1834 basta dizer que a cidade no início de 1583 só tinha uma freguesia. Com a eleição do bispo D. Frei Marcos de Lisboa, e aproveitando a maré de reformas administrativas que a ordem filipina provocara, o novel bispo provocou uma grande mudança de ordem administrativa. Desse modo uma sentença de 07 de Julho decretou que a freguesia da Sé fosse dividida em quatro e assim se criaram as novas freguesias da Sé, Nossa Senhora da Vitória, São Nicolau e São João Baptista de Belmonte. Esta divisão apenas durou alguns anos, de 1583 até 1604, pois se deu a supressão da freguesia de São João Baptista de Belmonte e que a ordem da eliminação daquela freguesia foi exarada por D. Gonçalo de Morais nos princípios do seu mandato em 1604.

No entanto aparece a notícia de que a ordem de supressão da freguesia de São João de Belmonte nos é dada como ocorrendo em 1592 por mandado de D. Jerónimo de Meneses. Em face desta notícia procurámos a sua confirmação e segundo apurámos, na *História do Porto,* de Luís A. de Oliveira Ramos, constatamos as seguintes afirmações do autor:

Mais tarde a última foi extinta em favor das igrejas vizinhas da Vitória e de S. Nicolau. Sobre este facto não há discussão. Mas é errada a data que se tem apontado para a sua efectivação. Como provámos em oportunidade anterior,



Núcleo antigo

São João de Belmonte deixou de ser freguesia em 1604 e não em 1592. A questão não é transcendente mas insistimos nela aqui por uma questão de rigor histórico.

Quais os argumentos que sustentam a nossa tese?

São vários: o primeiro é que há um documento no Arquivo Distrital do Porto que nos garante textualmente que "o Senhor Bispo destinguiu neste anno de 1604" a dita freguesia.

O segundo flui de uma afirmação contida no litígio das "conhecenças", que opunha os moradores do Porto aos seus párocos. O processo conserva-se no Arquivo Histórico Municipal e aí se escreveu que foi o bispo D. Gonçalo de Morais quem eliminou aquela paróquia. Ora, o bispo D. Gonçalo iniciou a sua actividade pastoral no Porto em 1603.

Os outros argumentos são ilações extraídas da análise atenta dos Livros de Registo Paroquial:

- *o primeiro e único pároco de São João, continua a aparecer-nos depois de 1592 como abade de Belmonte;*
- *os padrinhos das crianças baptizadas nas restantes igrejas e que residiam nesta paróquia são identificados como fregueses da mesma até 1603;*
- *mas, a partir de 1604, as ruas que antes eram descritas como de Belmonte aparecem documentalmente integradas na da Vitória ou na de S. Nicolau e não mais se regista qualquer referência à extinta freguesia*[52].

Após 1604 a cidade passou a dispor de três freguesias e a de São João de Belmonte foi absorvida pelas vizinhas da Vitória e de São Nicolau.

A realidade era que o povo aumentava naturalmente e não se coibia de crescer apenas porque não tinha "autorização" para modificar o seu número de residentes. Se no século XVII se notavam ainda alguns aspectos de ruralidade, tais como verdadeiras pequenas matas e muitos pequenos campos em que o povo se dedicava ao arranjo de pequenas hortas e muitas outras actividades de

---

[52] RAMOS, Luís A. de Oliveira (Direcção de) – *História do Porto,* Porto Editora, Porto, Depósito Legal 158145/00, ISBN 972-0-06276-2, 3ª edição, 2000.

cariz agrícola, no decorrer do séculos XVIII e no XIX cada mais se foi notando o desaparecimento das marcas da ruralidade. O espaço urbano foi cada vez mais conhecido pelos aspectos citadinos.

Porém, foi no decorrer da ocupação filipina que se procurou atingir uma nova forma de expressão e de embelezamento do aspecto urbanístico da cidade da Porto. No início do século XVII procurou-se, objectivamente, a criação de zonas verdes e concebidas para gozo colectivo. À Alameda da Cordoaria, plantada por ordem do rei, coube a existência do primeiro grande jardim que se estabeleceu na cidade do Porto.

De um modo geral podemos afirmar, sem qualquer rebuço, que a cidade foi crescendo, naturalmente e sem contratempos. O Porto, e arredores, tiveram, ao longo da Época Moderna, um desenvolvimento sem grandes sobressaltos e em que tudo era mais ou menos esperado. Todos os aspectos se desenvolviam, paulatinamente, com harmonia. Até ao vermos o desenvolvimento da evolução das Ordens Religiosas notamos que ao longo dos tempos, e reportando-nos aos dados que se consideram acima de qualquer dúvida, é fácil notarmos e compreendermos a evolução do desenvolvimento das Ordens na cidade do Porto.



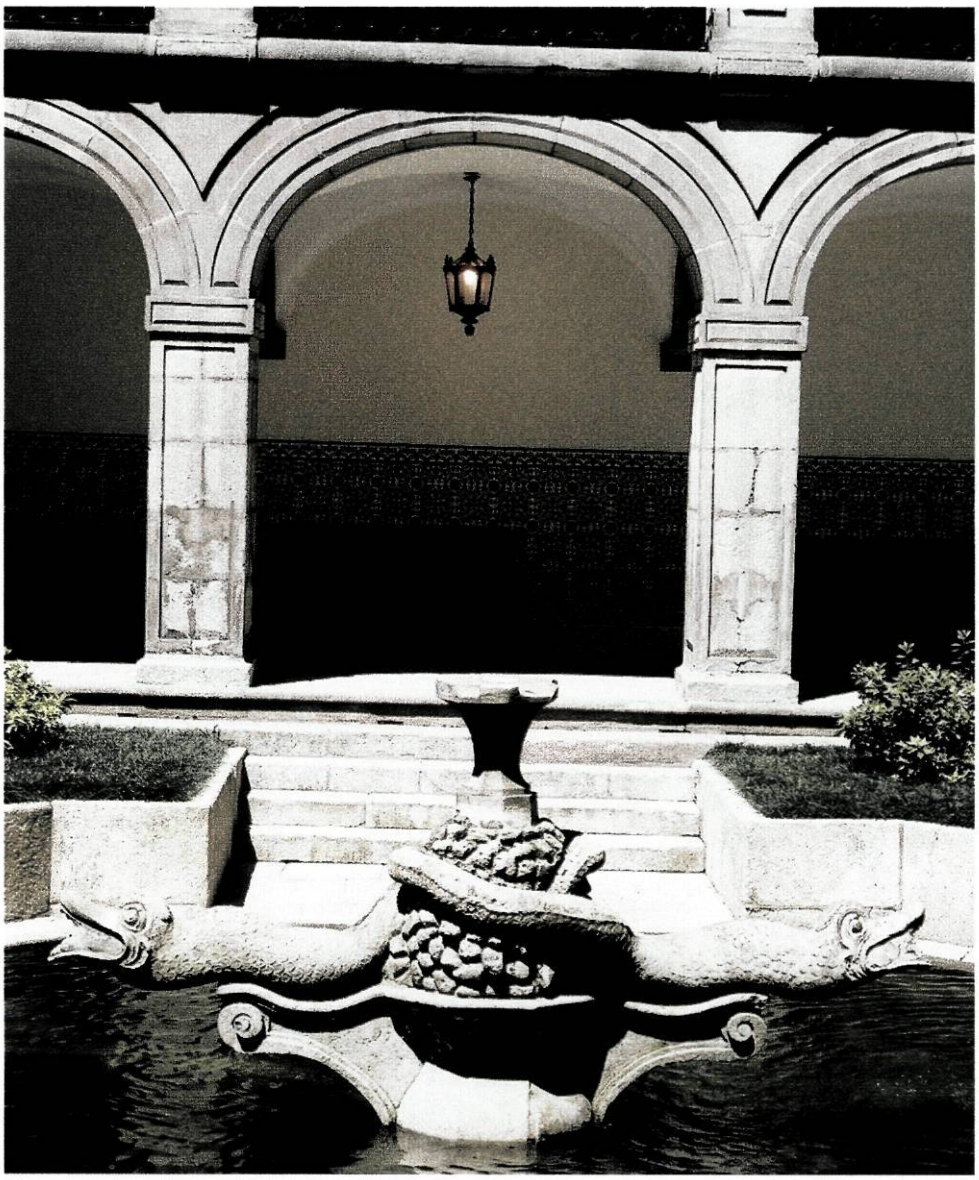
Convento de São João Novo

Quadro sinóptico das Ordens Religiosas da cidade do Porto

Ordem ou Instituto	**1623**	**1688**	**1788**
Mosteiro de S. Francisco	até 60	60	mais de 80
Mosteiro de S. Domingos	26	26	31
Convento de Santo Elói	40	35	30
Colégio de S. Lourenço	25	24	–
Mosteiro de S. Bento da Vitória	31	23	40
Mosteiro de S. João Novo	6	15	27
Mosteiro de Santa Clara	88	110	99
Mosteiro de Ave-Maria	105	96	mais de 80
Mosteiro de Monchique	73	101	70
Mosteiro de Corpus Christi	47	67	60
Convento da Serra do Pilar	25	20	28
Convento dos Carmelitas Descalços	18	35	mais de 50
Convento do Vale da Piedade	20	25	50
Convento dos Congregados	–	24	50
Convento das Carmelitas Descalças	–	–	–
Convento de Santo António da Cidade	–	–	–
Convento dos Agostinhos Descalços	–	–	–
Convento de Nossa Senhora da Conceição	–	–	–

Quem de um modo exaustivo consultar os registos das propriedades, ou para falar mais correctamente dos Tombos, dos mosteiros ficará com uma ideia bastante precisa da sua capacidade fundiária até ao momento em que se deu a expulsão de os monges. E embora nem todos vivessem desafogadamente ou muito acima do limiar da pobreza, a verdade era que alguns mosteiros viviam muito ricamente.

No caso dos agostinhos do Porto, embora eles prestassem muitos e variados serviços, não se poderá, de forma alguma, considerar que estes monges viveram uma vida muito desafogada ou mesmo muito para lá de uma pobreza moderada. Basta referir que estes servidores da religião, que formaram sempre uma pequena comunidade, tinham como principal razão de ser o dar apoio aos que se encontravam em viagem, pela cidade do Porto, e tratarem de recuperar quem se encontrasse enfermo ou a resolver problemas com as autoridades civis ou religiosas.



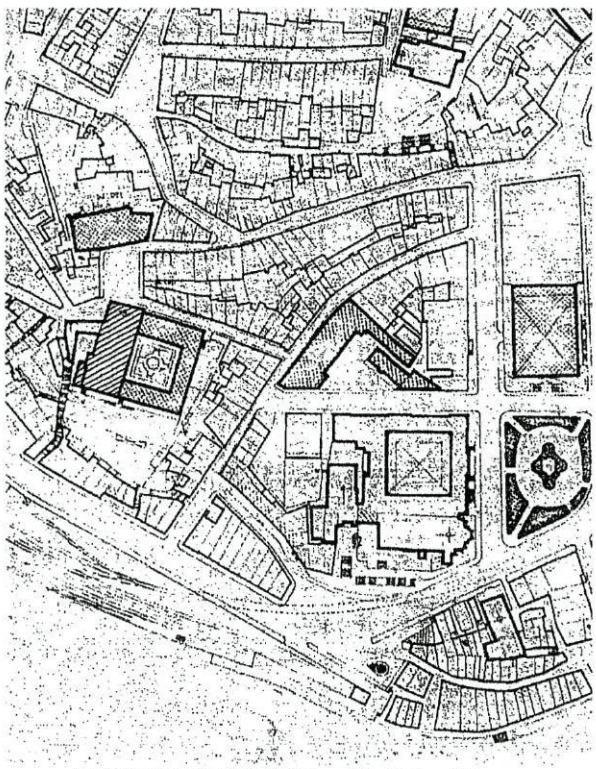
Lago e arcadas do convento de São João Novo

III

O CONVENTO DE SÃO JOÃO NOVO, OBRA DE ARTE DO PORTO

A fundação institucional

Origem do Mosteiro de São João Baptista do Monte



DGEMN/DREMN – S. João Novo
Planta de localização do convento

Em dois de Maio de 1751, o prior Frei Manuel da Cruz, confirmou a "relação" descritiva da fundação do mosteiro declarando que *a letra desta relação he do Padre frei António Pimentel como se pode ver em outra semelhante firmada com o seu nome em um catálogo dos títulos que continha este livro conforme a encadernação antiga, e se acha nele a folha 289 e folha 300 etc.*[53]

Ora, segundo o "Livro da Fundação", que se encontra arquivado no Arquivo Distrital do Porto, o Mosteiro de São João Baptista do Monte, hoje vulgarmente chamado de São João Novo, teve a sua génese no querer de um Homem, padre frei Manuel da Conceição, que pelo seu zelo, conseguiu remover imensas dificuldades para dar corpo físico a essa grande casa de oração.

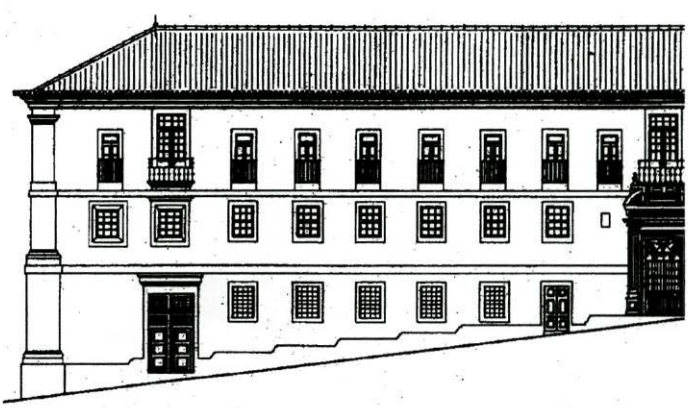
No ano de 1592 o já referido frei Manuel da Conceição, provincial dos agostinhos calçados de Portugal, passou pela cidade do Porto e tendo notado a

[53] ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, n.º 40 — *Livros Monásticos*, Convento de S. João Novo, (livro n.º 11 – da fundação – cota 2469); (livro n.º 16 – de lembranças – cota 2472).

sua importância procurou desde logo obter autorização para a construção de um convento. Não se avizinhava uma tarefa fácil pois, como se sabe, as Ordens Religiosas não gozavam de grande favorecimento por parte da Edilidade Portuense que era, em última instância, quem dava a autorização para o estabelecimento de uma Ordem Religiosa dentro do perímetro da cidade.

No entanto, o padre frei Manuel da Conceição, que dispunha de alguma influência política por ser parente próximo dos condes de Linhares e Ericeira acreditou firmemente que, com a ajuda de Deus e dos homens bons, conseguiria obter a necessária autorização. Considerando que seria um grande serviço que se prestaria a Deus e tendo como uma das causas principais para o seu pedido o facto de passarem pelo Porto muitos religiosos que se deslocavam para Braga, ou de lá regressavam, bem como muitos outros que se deslocavam a Cete, importante Abadia nessa época, em serviço ou a negócios ou ainda outros que ao Porto vinham para se tratarem de diversas enfermidades, e de não terem onde pernoitar ou viver, ainda que temporariamente, a não ser em estalagens, o que se tornava bastante inconveniente para eles, pediu à Câmara do Porto para que lhe fosse autorizada a construção de um albergue/hospício ou de um convento.

Frei Manuel da Conceição, que anteviu a grande importância que tal empreendimento teria para o desenvolvimento da religião, teve a seu favor o apoio de dois homens de grande influência na cidade. Por um lado, estava a seu favor o Bispo do Porto Dom Jerónimo de Meneses e por outro tinha a concordância do governador da cidade Henrique de Sousa. Contando com



DGEMN/DREMN – S. João Novo
Alçado Norte

esses importantes apoios fez a petição à Câmara da cidade, para que lhe desse licença para que se construísse um mosteiro apresentando as razões atrás expostas.

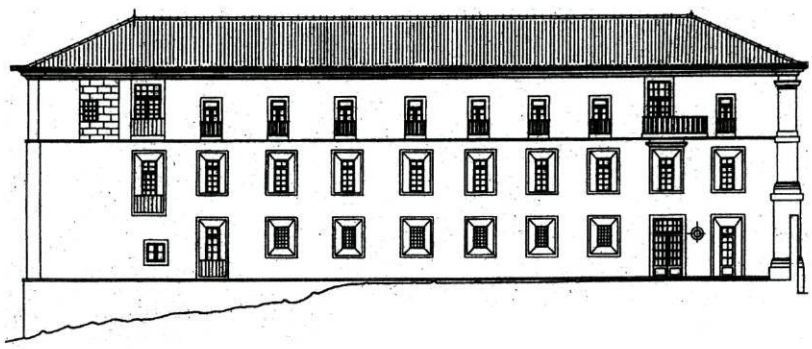
O mais curioso é que o cronista que temos vindo a seguir considera que *foi Nosso Senhor servido*[54] pois a Câmara (e os cidadãos), que habitualmente negavam a muitas ordens religiosas a autorização para nela fundarem os seus mosteiros logo a deu aos agostinhos através do seguinte despacho: *"Para honra de Deus e de Nossa Senhora, Padroeira nossa, somos de parecer que se dê licença aos Reverendos padres Provincial, e mais padres, para que nesta cidade se faça um mosteiro da Ordem de Santo Agostinho no sítio que escolherem e que se lhes de carta para sua Majestade. "Câmara, 12 de Agosto de 1592".*

E não apenas concedeu *esta graça e licença com tanta facilidade e liberalidade*[55] como autorizou também a compra de *muitas casas foreiras à mesma cidade*[56] para que se fundasse o mosteiro.

Foi então escolhido o sítio da Boa Vista e ocupada uma rua inteira.

Iniciada a construção do mosteiro, que viria a decorrer ao longo de vários decénios, os religiosos aí tiveram um oratório durante vários anos.

No ano de 1602 o abade Gonçalo Vieira da igreja de São João renunciou ao seu cargo e entregou a referida igreja ao bispo Dom Gonçalo de Morais que tinha sido frade beneditino e era grande amigo dos agostinhos a quem, por sua vez, deu a citada igreja *extinguindo a freguesia e repartindo os fregueses pela de São Nico-*



DGEMN/DREMN – S. João Novo
Alçado Nascente

[54] ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, n.º 40 — *Livros Monásticos*, Convento de S. João Novo, (livro n.º 11 – da fundação – cota 2469); (livro n.º 16 – de lembranças – cota 2472).
[55] "Idem"
[56] "Idem"

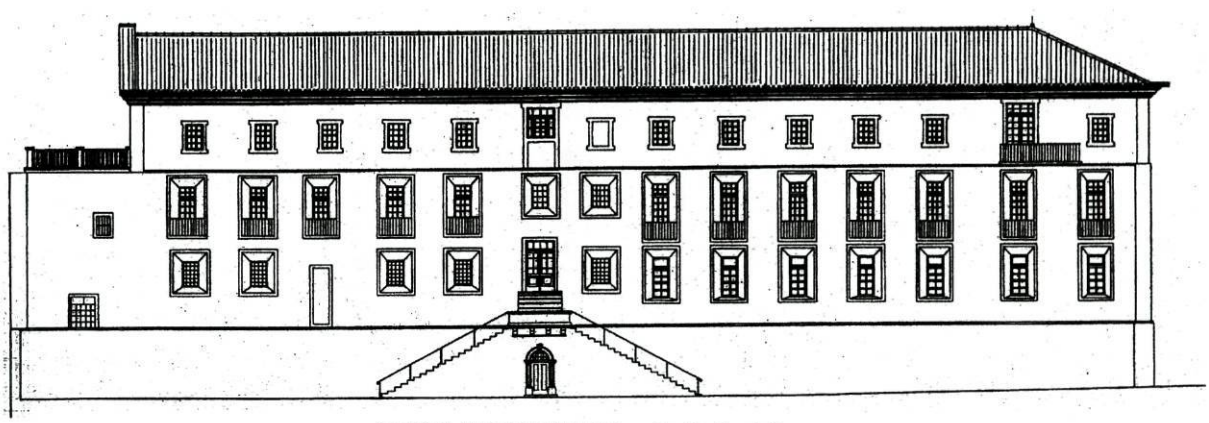
lau e pela de *Nossa Senhora da Vitoria*[57]. Esta igreja, no entanto, não possuía capela mor (pelo que se considerava imperfeita) o que obrigou os agostinhos a gastarem bastante dinheiro na construção duma capela mor.

Ainda no decorrer do ano de 1602 D. Aleixo de Meneses, na altura arcebispo primaz da Índia, fez chegar a Portugal um riquíssimo legado que D. António de Noronha capitão mor de Cochim, *sobrinho do marquês de Vila Real*[58] tinha deixado para que, com ele, se fundasse um mosteiro de doze religiosos, dos Agostinhos Calçados, *na igreja de Nossa Senhora da Ermida junto a Castro Daire do Padroado da casa de Vila Real*,[59]

Assim que o legado foi recebido foi solicitada ao marquês de Vila Real, que então se encontrava em Cete, a necessária autorização para que se fundasse o mosteiro. No entanto o marquês, alegando que *não queria ele tanto mal aos religiosos de Santo Agostinho de quem era tão devoto que os deixasse ir para um desterro, quando eles mereciam estar nos melhores lugares do Reino*[60], nunca deu autorização para o estabelecimento dos religiosos no dito local.

Face a uma tal recusa, trataram os agostinhos de obter do Papa, Clemente VIII, uma autorização para que o lugar escolhido pelo defunto fosse mudado para outro local.

Feito o pedido, através do Padre Mestre frei Álvaro, o Papa consentiu na

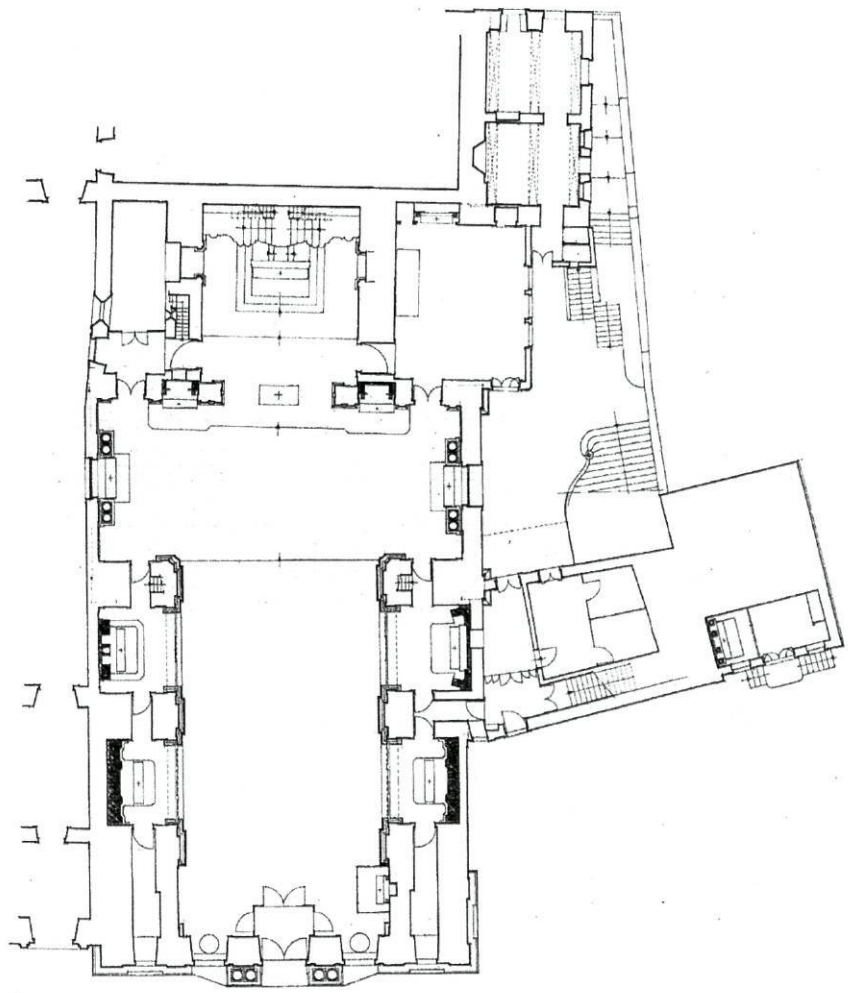


DGEMN/DREMN – S. João Novo
Alçado Sul

[57] "Idem"
[58] COSTA, P.e Agostinho Rebêlo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto,* Livraria Progredior, Porto

mudança de lugar e confirmou-o através de um Breve dirigido ao Bispo de Lamego D. Martim Afonso de Melo. Confrontado com a concordância do Papa, o bispo, em 1608, sentenciou que o legado fosse transferido para o Convento de São João. Verifica-se assim uma demora de seis anos desde o início do processo até à conclusão do mesmo.

Desse modo, com o dinheiro do legado, no ano de 1613 o muito Reverendo Padre Mestre frei Francisco da Gama deu principio a estas sumptuosas e formosas obras, tendo a primeira pedra sido Lançada pelo Bispo Dom Gonçalo de Morais assistindo o governador Diogo Lopes de Sousa e toda a nobreza da cidade[61].



DGEMN/DREMN – S. João Novo
Planta da Igreja (existe planta do alçado Oeste)

[59] ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, n.º 40 — *Livros Monásticos*, Convento de S. João Novo, (livro n.º 11 – da fundação – cota 2469); (livro n.º 16 – de lembranças – cota 2472).
[60] "Idem"
[61] "Idem"

Estrutura e construção

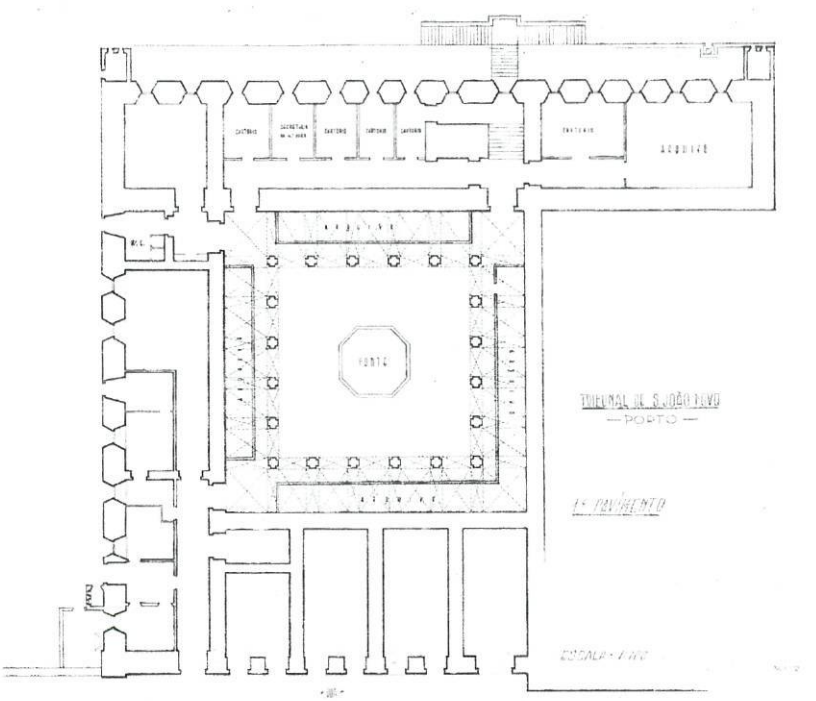
Segundo a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na ficha de caracterização relativa ao *Monumento* designado como *Igreja e Convento de São João Novo* localizado na cidade do *Porto,* freguesia de *São Nicolau,* no largo e rua de *São João Novo,* o conjunto edificado objecto deste estudo é um edifício *urbano, isolado,* que se *implanta numa plataforma elevada, desfrutando-se nas traseiras de panorâmicas sobre o Douro.*

É um edifício de estrutura mista construído entre os séculos XVI a XVIII.

Ainda segundo a D. G. E. M. N. foram seus *"arquitecto / construtor / autor: Filipe da Silva; João Pereira dos Santos; Frei António de Sousa; João Glama.*

As frentes do convento e da igreja estão orientadas para Norte e confrontam, respectivamente com a rua São João Novo e o largo com o mesmo nome. A casa do Pároco e a capela da Senhora da Esperança situam-se, paredes meias, do lado Oeste a igreja que ainda se confronta com as escadas do Caminho Novo. Do lado Sul, bastante escarpado avista-se o rio e a Nascente encontram-se as áreas conventuais que confinam com um vasto logradouro.

A igreja tem uma planta de cruz latina e é composta de *nave, transepto inscrito e capela-mor rectangular.*



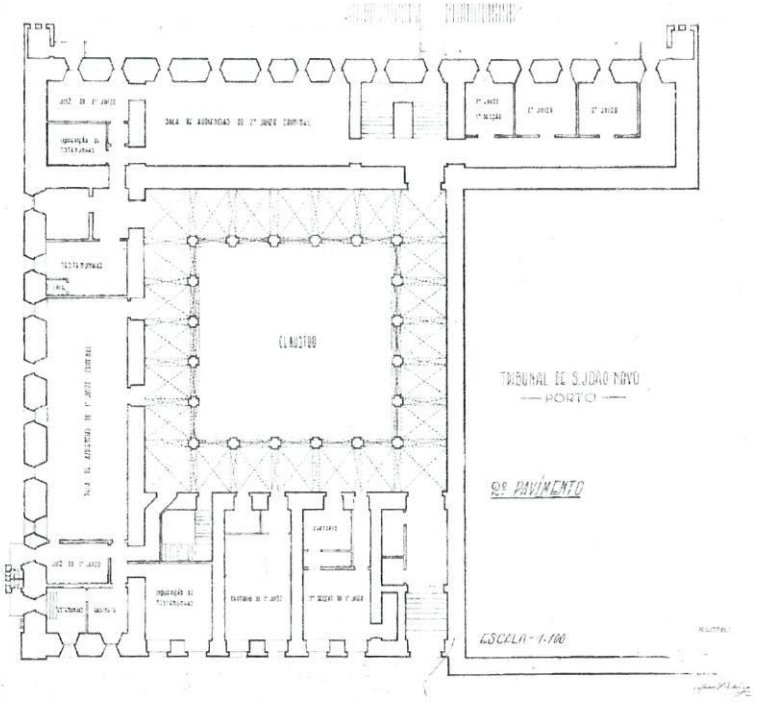
DGEMN/DREMN – Convento de São João Novo
Tribunal – 1º pavimento

O claustro do convento é quadrangular e desenvolve-se em três pisos, *tendo nos dois primeiros arcadas, de arcos plenos no primeiro e abatidos no segundo, assentes em pilares dóricos e tendo o terceiro fechado, com janelas de guilhotina de moldura canelada e almofada inferior.* As alas do primeiro e segundo pisos estão revestidas por um lambril de azulejos. Ao centro do claustro, *ligeiramente enterrada e lajeada,* existe uma bela fonte rodeada por um *tanque octogonal* e com duas bicas em forma de animais marinhos – peixes (?).

O estilo construtivo tem por base a arquitectura religiosa jesuítica e, embora se denote uma certa transição entre estilos, é o barroco que predomina. Alguns autores identificam a igreja como sendo de "estilo chão" enquanto outros preferem designá-la como maneirista.

A fachada principal da Igreja possui grandes afinidades com a da Igreja dos Grilos. Claustro de três pisos, os dois primeiros abertos e o terceiro fechado. Os limites da área do logradouro da Casa do Pároco coincidem e sobrepõem-se à Muralha Fernandina, através de uma varanda.

Quanto aos materiais sabe-se que as paredes exteriores são em alvenaria de granito, visível na fachada principal da igreja enquanto que as paredes do convento se encontram cobertas de reboco. No interior, as paredes da nave, da capela-mor e das capelas laterais apresentam acabamentos com mármore rosa. A sacristia e o claustro têm lambril de azulejo. A pavimentação é em lajes de granito no interior do coro e no claustro enquanto que



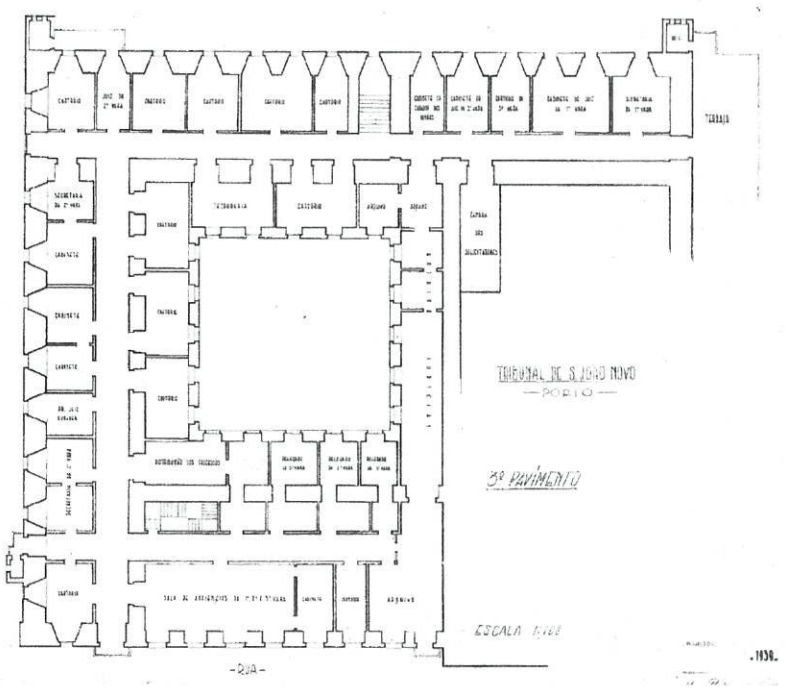
DGEMN/DREMN – Convento de São João Novo
Tribunal – 2º pavimento

a sacristia, a capela-mor e a nave possuem soalho de madeira. As capelas laterais têm mosaico cerâmico.

Os tectos, em abóbada, são formados por caixotões de granito na Igreja e rebocados no convento. O tecto da sacristia é em estuque e a caixilharia é de madeira pintada e possui grades de ferro.

Num dos arcos das galerias do claustro do segundo piso lê-se a inscrição "SENDO MINISTRO DA JUSTIÇA, GASPAR PEREIRA DA SILVA 1864".

No local da Igreja de São João Novo existiu, anteriormente, *a Igreja de São João de Belomonte.*



DGEMN/DREMN – Convento de São João Novo
Tribunal – 3º pavimento



DGEMN/DREMN – Convento de São João Novo
Igreja – cortes transversais

Igreja e Convento de São João Novo



Interior da Igreja de S. João Novo

A igreja foi construída no local onde existia, anteriormente, uma ermida que tinha São João Baptista como orago e padroeiro. Essa ermida servira de matriz à paróquia de São João de Belmonte, instituída pelo bispo D. Frei Marcos de Lisboa em 1583 e que apenas teve a efémera existência de cerca de 20 anos.

Em 1604 o bispo D. Frei Gonçalo de Morais extinguiu a paróquia de São João de Belmonte, repartindo-a pelas de São Nicolau e de Nossa Senhora da Vitória, e deu a ermida aos eremitas calçados de Santo Agostinho, para que aí estabelecessem a sua presença na cidade do Porto.

A invocação de "São João Novo" destinou-se, então a perpetuar a memória de São João de São Facundo, um santo monge agostinho beatificado, havia poucos anos, em 1602.

Apesar do apoio de diversos bispos do Porto, de que se salientam D. Jerónimo de Menezes (1592-1600), D. Frei Gonçalo de Morais (1602-1617) e D. Frei João de Valadares (1617-1635), as obras de construção do convento prolongaram-se por mais de um século e o frontispício da igreja só ficou acabado em 1779. Os recursos monetários eram escassos e o dinheiro proveniente das esmolas dos fiéis era tão parco que pouco ajudava ao pagamento das despesas.

Apesar da grande demora na construção do mosteiro e respectiva igreja *as infra-estruturas de acesso, desde a Porta Nova até ao Postigo de São João, pelo exterior da muralha, o calcetamento do Terreiro de São João Novo e o*

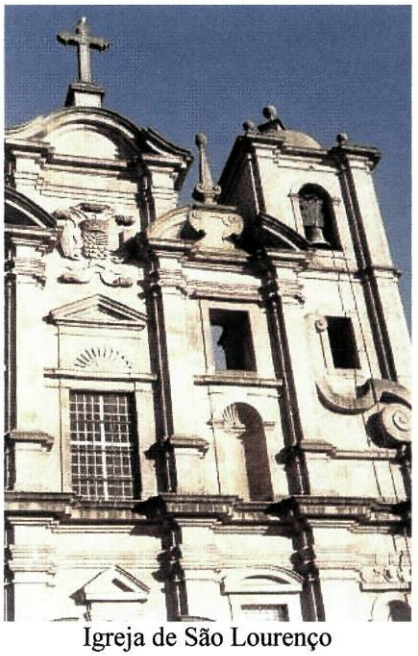
abastecimento de água foram garantidos em 1606/1607[62].

Nos finais do século XVII, e apesar dos subsídios dados pela própria edilidade (cerca de 600 000 reis de ajuda) a igreja estava ainda longe de ser concluída.

Toda esta grande demora constituiu um grave problema para a construtividade do edifício, cuja planta foi sofrendo algumas alterações ao longo dos anos e nem todas para melhor.

A igreja, em forma de cruz latina, é composta por nave, transepto inscrito e capela-mor rectangular

A fachada principal, orientada a norte, apresenta alguma grandiosidade e é como que uma cópia da igreja de São Lourenço, mais conhecida como igreja dos Grilos.


Igreja de São Lourenço

É de salientar que a Sé Nova de Coimbra tem um traço arquitectónico tão semelhante ao destas duas igrejas que, entre todas elas, apenas existem poucas, e muito ligeiras, diferenças. Destas três igrejas a de S. João Novo é a mais simples nas suas linhas arquitectónicas.

Embora o desenho da sua frontaria não possa ser considerado brilhante e nela se note alguma descontinuidade no estilo construtivo e, segundo Carlos Passos, *apresente incorrecções nas proporções entre as colunas e os pedestais que ladeiam o portal e nos óculos do segundo andar face à grandiosidade da fachada,* a boa execução da obra em geral atenua quase por completo as falhas referidas.

Em todo o conjunto da frontaria, que abrange três níveis, impera a arquitectura de cariz dórico-romana. O primeiro assenta num embasamento, ou estilóbata, no qual se firmam quatro pilastras. Tem ao eixo um portal, *de verga rec-*

---

[62] RAMOS, Luís A.. de Oliveira (Direcção de) – *História do Porto.* Porto, Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2.

ta e frontão triangular, ladeado por duplas colunas dóricas com pedestais e entablamento triglifado; logo acima está um frontão circular em cujo centro sobressai um coração (figura ao lado) atravessado por setas (numa clara e inequívoca referência ao amor divino que abrasou Santo Agostinho) e cercado por uma moldura rematada por um tímpano. A ladear o portal existem dois janelões de desenho quadrado, gradeados, e encimados por frontões curvos abatidos. Este piso é, finalmente, rematado por um entablamento de triglifos e gotas de água.



O segundo nível, rematado com um entablamento igual ao inferior, está dividido em cinco partes, por seis pedestais com pilastras. Todas as partes possuem janelas. Na primeira e na quinta as janelas possuem frontões, na segunda e na quarta as janelas são sobrepostas por óculos falsos decorados por elementos barrocos (volutas e conchas) de grande vigor, a terceira janela é encimada por uma águia bifronte que é o símbolo de Santo Agostinho, também referenciado como a "Águia de Hipona".



O terceiro nível é composto por duas torres sineiras, uma de cada lado do edifício, com pirâmides nos cantos e cúpulas de pedra no fecho e três frontões curvos interrompidos na parte central. O do meio, mais elevado do que os outros dois, tem por remate uma cruz. Os outros dois terminam em pináculos que representam fogaréus.

O interior, de construção relativamente inferior, mantém o classicismo romano e é como que uma reprodução de algumas das igrejas da mesma época (São Bento da Vitória e São Lourenço, no Porto, Sé Nova de Coimbra, São Vicente e Santo Antão em Lisboa). Ainda segundo Carlos Passos, nota-se alguma incorrecção nos perfis, *evidente nas abóbadas da nave e do cruzeiro. As moldu-*

ras, correspondentes às generatrizes dos seus cilindros componentes não seguem direcções rigorosas o que lhes prejudica o efeito estético e a segurança. O coro alto, com balaustrada de madeira e cadeiral de uma só fila, é suportado por uma abóbada *tricêntrica*, dividida em caixotões almofadados, e um arco abatido muito largo, que tem por base fortes pilastras ornamentadas com "gotas de água". Do lado da Epístola tem uma tribuna de perfil recortado enquanto que do lado do Evangelho tem um órgão de tubos.



É altura de referir que todas as abóbadas são de granito e estão divididas em caixotões ou apainelados.

Quatro capelas abobadadas e de grande profundidade abrem-se nas paredes da nave. Estas capelas, duas de cada lado, separam largas pilastras dóricas em cujo cimo se abrem nichos de sobrecéu em forma de concha. Por cima, sobre modilhões, encontram-se os entablamentos, com frisos triglifados.

A abóbada, que nasce dos entablamentos atrás referidos, possivelmente devido à falta de rigor na sua estereotomia construtiva, apresenta-se algo imperfeita. Alguns dos caixotões que a compõem, por causa do desalinhamento das suas generatrizes são mais trapezoidais do que rectangulares. Há como que uma falha nos cálculos da divisão dos espaços a preencher o que origina alguma irregularidade no desenho geométrico da abóbada.

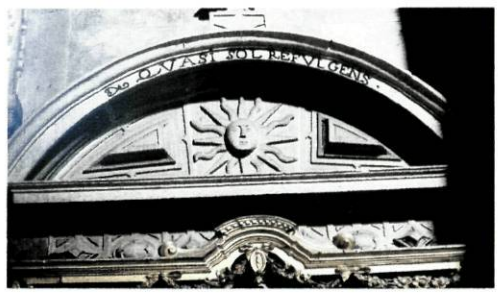
Os retábulos de Santa Rita de Cássia e de São João Baptista, em talha barroca, do século XVII são de grande magnificência e beleza. Ao invés, os retábulos do senhor dos Passos e do Coração de Jesus, construídos, com algumas incorrecções, em estilo Império, têm um menor valor artístico (todos estes retábulos foram dourados nos inícios do século XX). Também merecem referência os azulejos que decoram a capela de Santa Rita e que remontam à segunda metade do século XVII. Estes azulejos representam o êxtase com que a Santa recebeu o espinho de Deus na testa e a sua entrada no convento.

Dois púlpitos, com baldaquino em talha dourada e encimados por nicho com imagem e sanefa de talha, erguem-se no espaço de transição entre a nave e o transepto.

O transepto, de braços curtos e com retábulos laterais e nos topos, é coberto por uma abóbada que, ao centro, é de tipo esferoidal mas que assume um aspecto cilíndrico nas suas partes laterais. Esta abóbada com nervuras, muito idêntica à de São Bento, está dividida em caixotões de granito com ornamentos ritmados e apresenta algumas irregularidades nos cruzamentos dos cilindros. As referidas imperfeições são bastante atenuadas pela grande espessura das paredes.

Os retábulos de pedra, colaterais e de fundo, são obras hiperbólicas de um profundo e rebuscado barroco. Nos colaterais a composição é um tanto fruste no aspecto imaginativo enquanto que nos do fundo se nota uma certa razoabilidade nos aspectos imaginativos e se notam mesmo alguns laivos flamengos. Em todos se nota displicência e falta de apuramento na sua execução.

Os retábulos colaterais são compostos por arcos plenos emparelhados e separados por pilastras. Escudos exuberantemente decorados encimam os seus entablamentos. Entre os escudos erguem-se nichos com sobrecéu em concha e frontão triangular. O do Evangelho tem uma oliveira por remate enquanto que o da Epístola apresenta um cipreste. Volutas enormes e bastante retorcidas fazem a ligação dos nichos às pirâmides terminais do primeiro andar. Para além de inscrições alusivas à Virgem existe na parede do fundo, do lado direito, uma legenda, datada de 1665, em que se insere o brasão dos "Silvas e Magalhães".



Os retábulos dos fundos estendem-se por dois andares. No andar de baixo apresentam, aos pares, colunas salomónicas em pedestais. No andar superior possuem nichos laterais com colunas idênticas e janelas ao centro. Possuem, ainda, entablamentos, mísulas e frontões muito decorados.

Assente em pilastras dóricas, sem pedestais, de que, por sua vez, irrompem pilastras coríntias que suportam um cornijamento ornamentado com pedras no friso e na platibanda e encimado por uma alegoria bastante interessante, encontra-se o arco triunfal. É um arco inteiro complementado por pedras no intradorso.

A capela-mor está coberta por uma extraordinária abóbada, que se pode considerar perfeita. A sumptuosidade da sua construção é surpreendente. Os caixotões centrais estão ornamentados com emblemas e inscritos com legendas. Por outro lado todos os outros apresentam motivos ornamentais, flamengos, decoradas com pedras. Quatro portais abrem-se nas paredes. Dois, em cujos tímpanos aparecem a lua cheia e sol raiado e epígrafes referentes à Virgem, apresentam frontões circulares, frisos decorados e pirâmides. Os outros dois, de arco pleno, frisos triglifados e frontões interrompidos, ostentam decorações com emblemas e legendas referentes a Santo Agostinho e a São Patrício.

Entre 1757 e 1766 o altar-mor foi engrandecido por um belíssimo retábulo, da autoria do bispo D. Frei António de Sousa, em estilo rococó e por um painel (parte de cuja foto se encontra abaixo) de João Glama Stroberle, (1708-1792) notável pela composição e desenho. Este painel, com 6 m x 2,5 m, foi retirado, há muitos anos, do seu suporte, e encontra-se enrolado no coro alto, por se encontrar bastante deteriorado. É de referir que no retábulo se encontram as imagens de Santo Agostinho e de São Patrício.



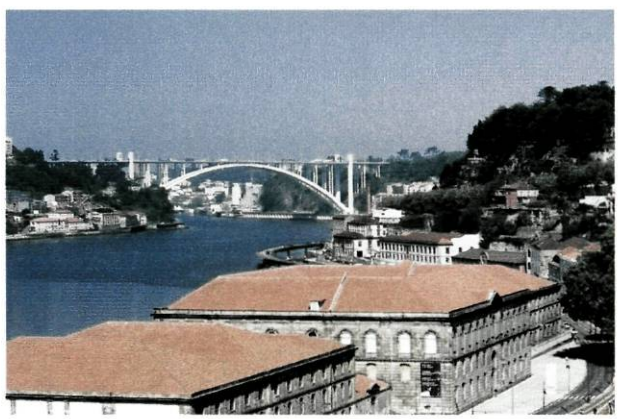
Arquitectura e beleza artística

São João de Belmonte ou São João Novo

O local de implantação do mosteiro impõe-se pela sua beleza natural e localização privilegiada em termos de sossego e de paisagem tão convenientes à meditação e à oração.

Os Agostinhos souberam escolher, de forma superior, o sítio onde localizariam o seu convento e, se é certo que viraram a frontaria para a cidade não é menos certo que deixaram virado ao sul, e ao sol, um grande espaço, sobranceiro ao rio, de onde se goza uma belíssima paisagem e um sossego calmante como existem poucos na cidade.

O convento era, por assim dizer, um espaço com uma polivalência muito importante. Por um lado era um local de oração, de repouso e de meditação enquanto que por outro a sua localização estratégica permitia avistar uma enorme extensão do rio Douro quer a montante quer a jusante. De Campanhã até à Foz tinham uma panorâmica completa das diversas povoações ribeirinhas da margem Sul – Gaia, Vila Nova, Mafamude, Coimbrões, Castelo, Areinho, Quebrantões,... Como do mosteiro se avista um tão grande espaço, quer do rio quer do território envolvente, era fácil aos religiosos saberem quem, vindo do mar, do rio ou das Terras a Sul, demandava o Porto.



Também, do mesmo local, se avistam os diversos Institutos Religiosos e Igrejas que pontuam as duas margens dourienses no perímetro do Porto de então.

Quando se estabeleceram neste local aproveitaram, com perfeição, os acidentes geográficos do espaço territorial em que implantaram o convento. Basta observar o espaço construído. Partindo do largo de São João Novo, para onde está voltada a frontaria da igreja, virada a Norte, se estivermos de frente para a igreja verificamos que à nossa direita — para Oeste — se desenvolve uma íngreme ladeira, em direcção ao rio, o que isola o edifício, por esse lado, das restantes construções. Por detrás do convento, a Sul e com o rio em fundo, fica uma escarpa bastante profunda — o que além de permitir avistar uma grande extensão do rio e da paisagem envolvente — permite desfrutar de um grande sossego, pois o acesso ao convento, por esse lado, era praticamente impossível, daí o isolamento necessário à meditação ser facilmente alcançável. Deveria ser um cenário paradisíaco em termos de beleza natural e de silêncios humanos.

Virado a Leste foi construído o mosteiro ligado à igreja e isolado do casario através de uma cerca — espaço que provavelmente seria usado como horta — após a qual há também uma escarpa razoável.

A frontaria, virada a Norte, é limitada por uma rua que, para a época, se pode considerar relativamente larga. Esta frontaria desenvolve-se de forma harmoniosa e de aspecto airoso. Todas as fachadas do mosteiro possuem as janelas suficientes para que o mesmo seja bem iluminado por luz natural.

Os espaços edificados, não sendo monumentais, são, no entanto, muito bem aproveitados e sendo o claustro o exemplo mais significativo, dado que apesar de ser relativamente pequeno, está muito bem desenhado. A simplicidade do espaço no centro do qual se situa um tanque fontanário. O claustro, de planta quadrada, é enquadrado pelos três pisos em que se desenvolve o edifício e em que os primeiros dois são abertos em arcos bastante largos, o que permite uma boa iluminação dos espaços interiores. O piso mais elevado é fechado por janelões de guilhotina — uma vez mais privilegiando a luminosidade em todo o espaço conventual.

A belíssima igreja, embora actualmente bastante degradada, é também bastante iluminada de forma natural.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII (e primeiros anos do século XIX), a arte é, quase sempre, inserida no denominado estilo *"barroco"*. A origem do termo barroco é da autoria de Garcia de Orta quando se referiu a *"huns barrocos mal afeiçoados e não redondos"* e diz-nos o que é uma vulgar pedra ou uma área pedregosa. No século XIX, a classificação nos diversos estilos, *o termo foi escolhido para designar a arte italiana subsequente à Renascença.* Este novo modo de apresentar as formas de arte era como que uma oposição racional do que se poderia considerar *um exemplo de irregularidade e falta de norma.* O barroco, forma de expressão marcante em todo o país e suas possessões, tem que enfrentar não apenas as realizações de estilo renascentista mas, sobretudo, que se defrontar com as admiráveis formas do manuelino e, cumulativamente, de todo o acervo de arte medieval.



Na verdade a historiografia portuguesa deu pouco reconhecimento às obras realizadas na época áurea do barroco português. Foram, principalmente, os historiadores estrangeiros que mais se dedicaram ao estudo deste fenómeno artístico e lhe deram o valor existente no contexto luso-brasileiro e europeu. O estilo barroco, mais do que qualquer outro, tem sofrido a catalogação de *irregular, panteísta, telúrico, luxuoso, luxuriante, arrebatado, persuasivo...* Os criadores de arte dos séculos XVII e XVIII não utilizaram o seu novo estilo porque ele era o *barroco* mas porque esta era a nova forma de se expressarem. Este era um novo estilo. Estávamos em presença da nova forma de se fazerem os trabalhos artísticos. Enfrentávamos uma nova forma de trabalho mas continuava-se a estar em presença de uma actividade criativa e extremamente produtiva. A capacidade de produção artística de qualquer época tem de ser compreendida à razão da cultura artística. A história da arte não é o

somatório de um conjunto de emoções lançadas sobre a arte do tempo anterior mas antes na recomposição da ordem e das leis.

A arte portuguesa sofreu o impulso das normas, então vigentes, baseadas nos valores tridentinos.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII não há, entre nós, uma concepção de *"belo"* mas sim quantos os níveis de reflexão e de práticas existentes. A beleza das formas serão sempre um artifício de tendência ilusória. As imagens não têm valor por si próprias mas sim enquanto são uma expressão do belo criado como forma de uma realização criativa.

Face aos ideais tridentinos, associados ao gradual desaparecimento da cultura clássica, já desde os meados do século XVI que a pintura portuguesa, de forma particular, se vinha afirmando na sua matriz religiosa.

A pintura no período do barroco, principalmente na forma de arte sacra, era nada mais do que conjuntos de personagens que enchem as telas, harmoniosamente, dotando-as de uma magnífica capacidade expressiva através dos rostos bem posicionados. As tonalidades que compõem os fundos, sejam na forma de paisagens urbanas ou na representação de arquitecturas, acentuam as capacidades teatrais das composições nas quais a cor é maioritariamente apresentada com um certo esplendor, nomeadamente as tonalidades de branco e preto.

Uma grande parte das obras dos séculos da Época Moderna pode ser explicitada pelo interessante exemplo da *"candeia"*, relatado por Filipe Nunes, em 1615, na sua *Arte poetica, e da pintura, e symetria, com principios da perspectiva.* No dizer do grande pintor, como forma de entender as noções de luz e sombra, *"se pode fazer experencia de noite à candea, aonde se verà claramente o que he luz, e que he escuro"*. Por outro lado, este autor já nos dissera, citando por sua vez Daniel Bárbaro, que *"as sombras na pintura não são mais que falta de luz e que a transição para a sombra se fará sempre a pouco e pouco"*. Se é um facto que uma grande parte da explicação para este entrelaçar dos povos de Espanha e Portugal na aproximação realizada na *"União Ibérica"*, também é, igualmente, verdade que as oposições entre a *luz e a sombra* e o *claro e o escu-*

ro, têm uma raiz originalmente religiosa e ilustram de forma plástica todo um modo doutrinário que se desejou muito activo e sempre de origem marcadamente nacional.

Comparativamente com a pintura o azulejo é um dos exemplos mais marcantes da arte portuguesa na séculos XVII e XVIII. Dado o seu modo de aplicação, quer como simples revestimento, quer como na forma de trabalho arquitectónico, esta forma artística alcançou totalmente a sua autonomia. Na sua dupla vertente de aplicações, quer como protector de espaços construídos quer como obra de arte autónoma, a azulejaria portuguesa alcançou um excelente patamar de desenvolvimento. Feito em argila cozida, estas simples e finas formas quadradas, com a face nobre vidrada e, mais ou menos, decorada, oferecem excelentes hipóteses de aplicação na arquitectura.



Nas igrejas construídas, nos séculos XVII e XVIII, verifica-se que os templos são construídos numa escala muito simples, de plano longitudinal e de concepção espacial de uma singeleza modesta. Tudo nos faz pensar que esta atitude foi intencional. Pressupunha a aplicação de azulejos, associados à talha, por forma de engrandecer os alçados e os panos das paredes vazias. Estas são quase sempre obras de mestres pedreiros, tal como aconteceu relativamente com o convento de São João Novo, que "riscavam" os trabalhos mais simples e menos dispendiosos.

Aplicado nos espaços vazios, o azulejo sobressai e nobilita-se, anulando a sua fraca materialidade e transfigura-se impondo o primado da cor. A azulejaria já no final do terceiro quartel do século XVI havia abandonado a feitura de *"azulejo de aresta"*, adaptando-se, naturalmente, a um estilo mais técnico e de maior apuramento pictural na sua aplicação sobre o azulejo liso. Também, ainda, surgiram no século precedente o hábito da ornamentação geométrica, polícroma, que será absolutamente dominante no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX.

É o resultado de uma produção de fábricas e oficinas, sem quase nenhuma ligação com a cultura dos artistas mais eruditos. Este aspecto pode ser explicado, em parte, pela circunstancia de que houve uma real ausência da uma corte, e de toda a sua influencia, entre 1580-1640 e por outro lado assistiu-se a um menor desafogo das capacidades económicas dos negociantes. Também não podemos esquecer que, para além de causas externas, esta mudança de gosto é também fruto de uma adaptação aos propósitos tridentinos numa fase de maior rigor, especialmente quando a programação iconográfica foi alvo de um tão grande reequacionamento.

Os azulejos são de fácil aplicação e não implicam uma despesa muito onerosa. É um artigo barato, de fácil manuseamento e de grande versatilidade construtiva. A grande capacidade polícroma bem como a variedade que pode ser alcançada, com o aspecto ornamental, tem uma enorme dimensão e monumentalidade não apenas como factores de enriquecimento mas, sobretudo, resolução de problemas de embelezamento e de protecção da obra feita sem grandes despesas.

Uma outra forma de embelezar artisticamente as igrejas foi a aplicação de talha dourada. Esta é das formas artísticas mais engrandecidas pela religiosidade do catolicismo português.

No decorrer dos século XVII e XVIII é de um grande interesse a produção de talha, sobretudo dourada, e a explicação para esse fenómeno reside, principalmente, no simbolismo que se atribui à cobertura dourada que cobre a madeira depois de aparelhada.

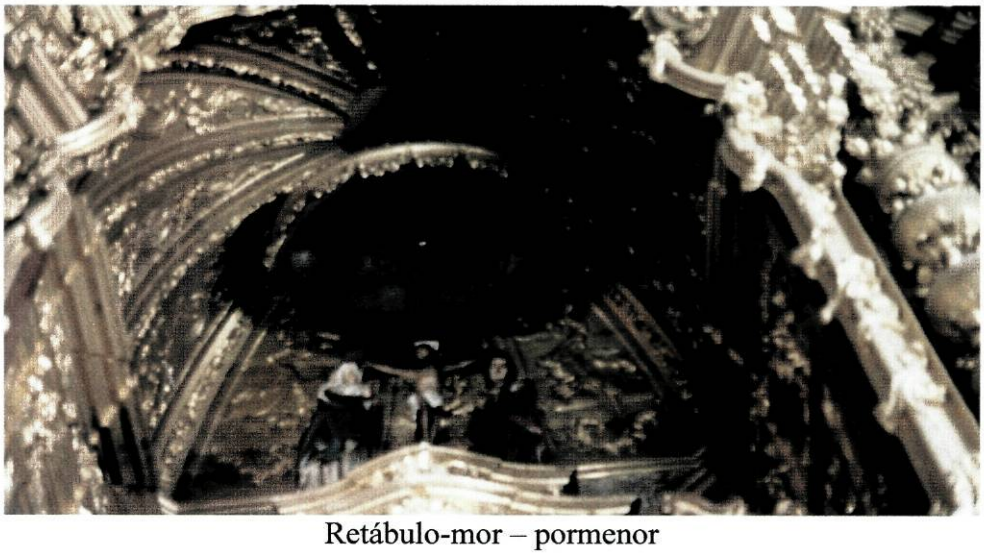
Pelo que sabemos, o pensamento da época dizía-nos que o ouro era o mais precioso dos metais. Substancia que primava com uma grande pureza e em cujas particularidades físicas se contava o facto de ser especialmente dotado para resistir à acção do tempo. O ouro é incombustível, não se enferruja e está ausente de odores e de sabores. Assim, o ouro transforma-se em dourado e, dessa forma, recria-nos uma antevisão celestial e oferece-nos, como crentes, uma visão da eternidade.

A talha é uma forma artística, de cariz narrativo, que permite apresentar alguns dos símbolos essenciais do ritual católico principalmente com os relacionados com a eucaristia, principalmente no que se refere a cachos de uvas e folhas de videira. Além destes símbolos são frequentes as figurações de folhas de acanto, aves, pequenos anjos e flores. Estes são elementos de imposição canónica que não excluem o surgimento de muitas outras formas heterodoxas como a representação de figuras de aspecto diabólico ou cenas banais do quotidiano.

O aspecto escultórico da talha não torna inválida a particularidade dos seus constituintes serem compositivos e terem uma origem grandemente arquitectónica.

A talha, a par com o azulejo, é uma das manifestações que encontram maior consensualidade no estilo barroco português. No decorrer do século XVIII a talha continuava a ser feita de igual forma como nos anos de seiscentos. Na realidade tratava-se de uma forma de continuidade da vigência do barroco nacional cujos elementos nunca desapareceram da talha portuguesa mesmo tendo em conta as alterações de estilo nos anos setecentos.

A força do barroco português está fortemente registada por todo o nosso país, através de muitas obras de grande importância. Dos representantes nacionais destacamos a obra do entalhador, do Porto, Domingos Lopes, do século XVII e a obra de António Gomes.



Retábulo-mor – pormenor

Igreja e Convento de São João Novo: um monumento e obra de fé

Situado na cidade do Porto, na parte mais antiga, é um conjunto formado por um convento e uma igreja em situação isolada embora, absolutamente, urbana. Implanta-se num plano relativamente elevado e do qual se desfruta, nas traseiras do edifício, de uma belíssima panorâmica sobre o rio Douro e sobre a margem esquerda, da zona de Vila Nova de Gaia, avistando-se, inclusivamente, a foz do rio.

A frente da igreja constitui a fachada principal do edifício e limita o lado Sul do largo de São João Novo. Por oposição, em frente ao largo, encontra-se, a Norte, a fachada do Palácio de São João Novo. Do lado Oeste encontram-se a pequena capela de Nossa Senhora da Esperança e a casa do pároco, construída muito depois da irradicação dos frades agostinhos, e confrontando com as Escadas do Caminho Novo. Virado ao lado Nascente situavam-se as áreas de serviço conventuais que confinavam com um vasto logradouro e zona hortícola.

A planta é constituída por um traçado de igreja de cruz latina, por uma nave, um transepto inscrito e uma capela-mor rectangular. Os espaços dedicados ao convento possuem um claustro quadrangular em que se encontra uma fonte, medianamente simples. Os diversos edifícios apresentam-se construídos com paredes de alvenaria e coberturas com telhado, composto por diversas soluções de uma, duas e três águas.

Em relação à igreja, orientada para o lado norte, a fachada principal é dividida em três níveis. Ao nível térreo, em relação ao eixo de construção, a porta principal apresenta-se de forma recta e com um frontão triangular e rodeada por colunas duplas, de construção dórica, em que se encontram pedestais. Ao cimo de um frontão interrompido, em cujo centro existe um coração trespassado por setas, que, na verdade, simboliza este ramo da Ordem de Santo Agostinho e se encontra envolvido por uma moldura acabada por um tímpano. A envolver o portal, de forma simétrica, existem dois janelões quadrados e gradeados e tendo por cima frontões curvos e abatidos. No segundo piso encontram-se cinco aber-

turas em que estão inseridas, entre cada uma, pilastras apoiadas em pedestais. Ao centro está uma águia bifronte, marca de Santo Agostinho, enquanto que as das extremidades se apresentam com frontões triangulares. A envolver o espaço central estão duas janelas, com dois óculos falsos, com volutas e conchas como forma decorativa de cariz barroco. Relativamente ao terceiro piso, estão erguidos, em cada das extremidades limítrofes, as torres sineiras. No espaço frontal existem três frontões, de forma curva e interrompida, em que o central é mais alto e encimado por uma cruz enquanto que os outros dois se apresentam na forma de pináculos.



Dentro da igreja, o coro-alto encontra-se apoiado num arco abatido, com uma balaustrada em madeira e um cadeiral composto por uma só fila. No espaço reservado ao lado da epístola existe uma tribuna em forma de perfil recortado enquanto que no que se refere ao lado do Evangelho, encontra-se um órgão de tubos. A nave é de forma abobadada, em armações de granito e tendo por cima umas sanefas de talha e tribunas com balaustrada. Este trabalho é completado por duas capelas de cada um dos lados e ligadas entre si. Na separação do espaço que faz transição entre a nave e o transepto existem dois púlpitos com baldaquino em talha dourada sobre os quais se vêem nichos cada qual com a sua imagem e a sua sanefa de talha.

O transepto foi construído com braços curtos e tem retábulos nas zonas laterais e nas dos topos. Em cima do arco triunfal há um entablamento de granito, sobrepujado por uma frontaleira de talha dourada. A nave e o transepto são acompanhados por entablamentos com modilhões e cobertos por abóbadas de granito, de forma ritmada. Igualmente com a construção abobadada, em forma de caixote, a capela-mor apresenta um excelente retábulo em talha dourada de um barroco de estilo marcadamente joanino. Quatro portais, em que são dois de forma semicircular e apresentam-se com frontões e outros dois são interrompi-

dos. Estes são acessos à sacristia, do lado virado a Oeste, e para as salas das confrarias, do Leste, e são decorados com legendas alusivas à Virgem Nossa Senhora, a Santo Agostinho e a São Patrício.

O recinto conventual possui um único claustro composto por três pisos. Formado nos dois primeiros pisos por arcadas, sendo feito de arcos plenos no primeiro caso e arcos abatidos no segundo, assentes em pilares dóricos. Já o terceiro é fechado com janelas de guilhotina e rodeado de uma moldura canelada e um almofadado na parte inferior. Nos dois primeiros pisos, as áleas são percorridas por um lambril de azulejos. No espaço central do claustro, ligeiramente enterrada e lajeada, há uma fonte com um pequeno tanque octogonal para o qual escorrem duas bicas em *forma de animais marinhos* (peixes – esturjões(?). O terreno envolvente à fonte é ajardinado de modo extremamente prático e simples. Os limites da área do logradouro, que actualmente correspondem ao espaço da antiga casa do pároco, coincidem e sobrepõem-se aos muros fernandinos.

Esta é uma obra barroca, de arquitectura conventual, marcadamente maneirista. A igreja tem uma planta cruciforme que se caracteriza pela sua nave curta. A decoração da fachada é feita por frontões rectos e curvos de cariz interrompido. O retábulo-mor é de talha dourada, de estilo joanino.

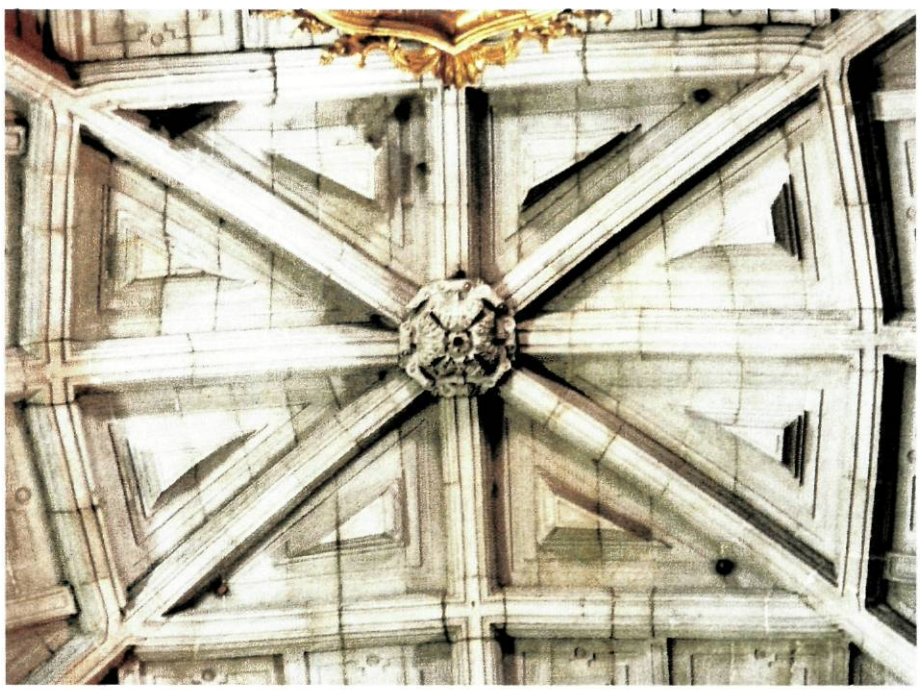
Com uma enorme parecença, a principal fachada da igreja possui grandes afinidades com a de São Loureço.

As paredes exteriores são de alvenaria e de granito nos contrafortes da fachada principal da igreja ou rebocadas no que se refere ao convento. As paredes interiores possuem acabamentos marmoreados, de cor rosa, na nave, na capela-mor e nas capelas laterais. A sacristia e o claustro são revestidos com um lambril de azulejos. Os pavimentos são em lajeado de granito no claustro e na parte interior do coro enquanto que o soalho marca a sua presença na sacristia, na nave e na capela-mor. As capelas laterais são revestidas com mosaico cerâmico. O tecto, na igreja, é em abóbada de caixotões de granito e os tectos, no convento, são rebocados. Na sacristia o tecto encontra-se estucado, as caixilharias são de madeira pintada e grades de ferro também pintado.

Intervenção realizada

Na única intervenção, de que temos conhecimento, da Direcção Geral dos Edifícios Monumentos Nacionais, iniciada nos anos de 1995 e terminadas em 1998, constatou-se que todo o conjunto de edifícios intervencionados estava em péssimo estado de conservação. Aliás pode dizer-se que, no corpo da igreja propriamente dita, poucas foram as obras com uma intervenção profunda.

Em 1995 iniciaram-se obras de conservação geral do corpo da sacristia. Nestas obras foram incluídas as coberturas, os paramentos exteriores e interiores e a remodelação da instalação eléctrica. Também se iniciou o tratamento das superfícies exteriores das empenas do lado sudoeste da capela-mor. As obras de beneficiação, continuaram em 1996, para trabalhos nas coberturas e para conservação dos revestimentos das superfícies em mau estado. Também foi dado arranjo adequado ao conjunto de azulejos que formam os painéis que revestem as superfícies laterais da capela de Santa Rita. As obras concluíram-se após beneficiação geral do telhado da casa paroquial. Procedeu-se, mais tarde, no ano de 1998, a uma nova recuperação geral das coberturas que ainda não estavam totalmente em ordem.



Pormenor do tecto

Súmula da caracterização do monumento

Este monumento é formado por um conjunto de uma igreja e um convento designados por "São João Novo" e encontra-se localizado na cidade do Porto, na freguesia de São Nicolau, com acessos a partir do largo e da rua de São João Novo.

O convento dos eremitas de Santo Agostinho foi construído para que os seus devotos o utilizassem como casa conventual e para ser usado como local de culto e de devoção. Actualmente é utilizado, na parte do convento, como Tribunal de Instrução Criminal do Porto e na parte da igreja faz serviço comunal sob as ordens da Diocese. Em termos de propriedade, o convento pertence ao Estado e a igreja pertence à Diocese.

A ocupação da propriedade ocorreu no ano de 1593 e a construção do convento, que só se iniciou nos primeiros dos anos de 600, decorreu durante os séculos XVII e XVIII. A obra foi construída numa estrutura composta por argamassa e cunhais e arremates em granito. Durante a sua construção esteve sempre sob as ordens dos próprios mestres do convento e só se conhecem alguns dos intervenientes que se ocuparam dos trabalho de embelezamento e das obras de arte: Filipe da Silva, João Pereira dos Santos, Frei António de Sousa e João Glama. Desconhecemos os nomes dos desenhadores, pedreiros ou arquitectos.

Num dos arcos do segundo piso do claustro pode ler-se a inscrição: SENDO MINISTRO DA JUSTIÇA, GASPAR PEREIRA DA SILVA 1864



Antes de existir a igreja de São João Novo nesse mesmo local existiu uma outra denominada como igreja de São João de Belmonte.

No início do ano 1593 é autorizado estabelecimento dos eremitas de Santo Agostinho. A pós a sua tomada de posse, efectiva, os religiosos já estabelecidos em São João de Belmonte dão início a grandes reformas.

A partir de 1672 (até 1681) as obras começaram pela capela-mor e pelo primeiro tramo da nave, debaixo da a orientação de Frei Manuel da Trindade.

Em 1700 procedeu-se à execução do retábulo do altar-mor desenhado por João Pereira dos Santos e o serviço de entalhador ficou a cargo de Filipe da Silva.

A aplicação dos painéis de azulejo na capela de Santa Rita de Cássia, em 1741, foram da autoria de Bartolomeu Antunes.

Entre os anos de 1757 e 1766 procedeu-se à execução de um retábulo rococó, da autoria de D. Frei António de Sousa ao mesmo tempo que João Glama procedia a uma grande pintura, com tamanho de cerca de 26 metros quadrados.

O convento, com o final das ordens religiosas, foi extinto em 1834.

Com a ocupação das instalações da área conventual foi criado o Tribunal Criminal e Correccional do Porto em 1863 (data que se encontra no portal de ferro da entrada no convento.

Em 1872 procedeu-se à construção de uma casa para albergar o padre, ao serviço da igreja, de São João de Novo. A residência paroquial ficou sem ocupantes a partir de 1991 e encontra-se abandonada e o seu interior totalmente destruído.

Este monumento possui o n.º 1 312 130 169 do IPA



Claustro do convento

O Património do Convento de São João Novo do Porto

Inventário do extinto Convento de São João Novo, desta cidade, da Ordem de Santo Agostinho

"Diz-nos o seguinte o inventário do extinto convento dos eremitas calçados de Santo Agostinho, de São João Novo, lavrado no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e trinta e três, aos dezoito dias do mês de Janeiro, na cidade do Porto, onde apareceu presente o ilustre meritíssimo Januário Vicente Camacho, cavaleiro na ordem de Cristo, deão na sé do Funchal, na ilha da Madeira, e um dos membros da comissão administrativa dos bens dos conventos abandonados, e por a mesma autorizado a tomar conta tanto de todo o edifício do Convento e dos seus pertences que dentro dele encontrasse. Após lhe terem sido ministradas as chaves da sacristia e do quarto denominado das Almas, pelo reverendíssimo frei Manuel da Silva de frei Francisco Burmão, se procedeu a um escrupuloso exame e encontraram-se os objectos que a seguir se descrevem:"[63]

Sacristia e igreja

Prata

Dois cálices de prata dourada com pés de cobre, patenas e colheres.

Uma âmbula pequena com sua tampa de prata, dourada.

Uma âmbula, também de prata dourada, que estava dentro da caixa do sacrário com o Santíssimo Sacramento.

Uma chave do sacrário, de prata.

Uma chave também do sacrário.

Um relógio de parede com caixa.

---

[63] ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (capa verde), Vol. II, páginas 494 – 495, Porto, Convento de São João Novo – Porto (1834) Inventário n.º 324 – 2246

Um turíbulo e naveta de latão.

Dois diademas de prata.

No valor total de 8$487

Paramentos

Sete pluviais com bordadura e galões de ouro, todos de damasco branco.

Três casulas da mesma cor, e da mesma qualidade, bem como suas dalmáticas, tudo com seus pertences.

Um véu de ombros da mesma cor e qualidade.

Um pluvial de damasco branco, de ramos, com galões entre finos.

Uma casula de damasco, da mesma cor e qualidade.

Quatro borlas das dalmáticas, com fio de ouro.

Quatro borlas, com fio de ouro e retrós.

Dois panos de púlpito, de damasco branco, com bordadura e galão de ouro.

Um pálio de tecido de lhama branco, com galões finos, laços e barras douradas.

Uma casula e duas dalmáticas de damasco encarnado, com galões finos.

Cinco pluviais da mesma cor e qualidade.

Um véu de ombros encarnado bordado a retrós.

Um pluvial de damasco encarnado com seus galões de retrós.

Duas capas de damasco branco da mesma qualidade.

Três capas de veludo preto com seus galões de retrós.

Um pano de estante da mesma cor e qualidade.

Duas mangas de cruz, brancas com galões, e franja, finos.

Uma manga preta, com seus galões, e franja finos.

Duas mangas de damasco, uma roxa e uma encarnada, com galões de retrós.

Três panos de estante, preto, branco e encarnado, de damasco, do missal.

Um pano de estante grande, de damasco de seda encarnado.

Duas portas celi, do sacrário, de lhama branca, bordada a ouro.

Uma bolsa de corporais, com véu de damasco branco, com galões de ouro.

Quatro bolsas, de damasco branco, bordadas a retrós.

Quatro bolsas pretas, e quatro verdes, de damasco de seda.

Um coxim de damasco branco.

Um missal, um epistoleiro, com capas de veludo encarnado.

Um missal com capa de couro e dourado.

Duas dalmáticas de damasco verde, com galões de retrós.

Quatro casulas verdes, com seus pertences e da mesma qualidade.

Um pluvial verde de veludo de lã.

Uma casula, e duas dalmáticas roxas, de damasco com galão fino.

Quatro casulas de damasco roxo, com seus galões de retrós.

Três casulas de damasco roxo, e galões.

Um véu de ombros de cetim roxo, com renda de ouro em volta.

Três casulas de damasco branco, bordado a retrós, com seus galões finos.

Uma casula da mesma cor e qualidade.

Três casulas, e duas dalmáticas de veludo preto, com galões de retrós.

Uma casula da mesma cor e qualidade.

Três casulas de damasco encarnado, com seus galões de retrós.

Duas dalmáticas de damasco branco, com os galões entre finos.

Três casulas de damasco branco, bordado a retrós, com galões do mesmo.

Uma casula de damasco de seda preta, com galões entre finos.

Uma casula de lhama encarnada, com seu galão estreito e fino.

Duas cortinas de volante branco, com galões falsos.

Quatro reposteiros azuis, de pano, com guarnições de pano amarelo.

Dois panos de baeta encarnada, de pôr na mesa da comunhão.

Cinquenta cortinas de damasco encarnado, usadas, dos altares e festas da igreja.

Duas cortinas grandes e largas da mesma fazenda, da capela mor.

Uma vela de damasco encarnado, nova, com galões de ouro, do Altar do Santíssimo Sacramento.

Um pavilhão de damasco encarnado, pequeno, usado.

Doze sanefas de damasco encarnado e já usadas.

Uma sanefa de damasco encarnado e já usada.

Um espaldar de damasco encarnado.

Um baldaquino com capa de veludo encarnado, forrado de damasco branco bordado a ouro.

Seis frontais de damasco branco, bordados a branco e galões de ouro.

Um frontal encarnado e do outro lado verde e ouro, com galões entre finos.

Três frontais, encarnado, preto e roxo com seus galões de retrós.

Um frontal de damasco roxo com seus galões de retrós.

Quatro frontais, de damasco encarnado com seus galões entre finos, três, dos quais por outro lado são de cor verde.

Um frontal de damasco branco, bordado a ouro, com galões finos.

Um frontal de damasco branco, com seus galões de retrós.

Um frontal roxo.

Quatro missais usados.

Duas casulas de damasco branco, usadas, com galões entre finos.

Dois panos de estante de missal, da mesma qualidade.

Duas casulas de damasco preto, com galões de retrós.

Duas casulas de damasco encarnado, com galões de retrós.

Um pano de estante de damasco roxo, com galões, e franja, finos.

Uma casula e duas dalmáticas de veludo encarnado, velho, com bordadura de ouro.

Dois panos de púlpito da mesma qualidade.

Duas pequenas capas de S. Tomás de damasco branco, uma bordada e a outra lisa.

Dois panos de púlpito de damasco branco, com galões de retrós, usados.

Um pano roxo, velho, de dossel, do Santo Cristo do trono.

Um véu de tafetá roxo, do mesmo.

Um espaldar de damasco roxo, velho, do mesmo.

Um coxim de damasco encarnado, velho.

Um porta celi de damasco branco, bordado a retrós.

Uma umbela, cor de rosa, já usada, com galões, e franja de ouro.

Uma estola da comunhão, de damasco branco, tecido a ouro, com seus galões finos.

Uma estante e prato, em lata, e galhetas de vidro, do altar do Santíssimo.

Três casulas de damasco encarnado, antigas, com galões de ouro, uma, e as duas pretas de damasco, velhas.

Uma casula preta, ordinária.

Uma casula, de damasco branco.

Uma casula, de damasco, encarnado.

Uma casula, de damasco, preto.

Roupa branca

Dez toalhas de altar, com folhos de paninho, brancas.

Sete toalhas de pano de linho, com seus folhos.

Duas toalhas de pano de linho, com rendas.

Catorze toalhas, de pano de linho.

Doze toalhas, de paninho.

Três alvas de paninho, com folhos de renda.

Três alvas de paninho, com folhos.

Três alvas de paninho, bordadas com folhos.

Doze alvas de linho, com folhos.

Vinte e nove amictos de pano de linho.

Um amicto, de paninho.

Sete cordões das alvas.

Onze sobrepelizes de paninho.

Um sobrepeliz, de pano de linho.

Dezasseis manustérgios de pano de linho.

Três manustérgios, de paninho.

Seis tocheiras de pau douradas.

Vinte e seis castiçais de pau douradas.

Quatro crucifixos de banqueta.

Seis castiçais e uma cruz, pintados de branco, com seu crucifixo.

Seis castiçais pintados de branco, de pau, e molduras douradas e crucifixo.

Uma caixa do sacrário de pau dourada.

Uma cruz de pau prateada.

Trinta castiçais de pau pintados de amarelo, ordinários, do trono.

Trinta e três ramos de flores.

Catorze ramos velhos.

Várias flores de silvas, de papel, de ornar as colunas do altar do Santíssimo.

Doze lanternas de iluminação.

Dois painéis: um da árvore genealógica da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (1) e outro das diferentes ordens a quem o mesmo santo deu a regra.

Outro painel, com pintura de São Nicolau.

Oito retratos de bispos e arcebispos da Ordem de Santo Agostinho.

Quatro tapetes de baeta verde e papagaios.

1) Em nota ao lado, na margem esquerda, diz: Entregues com Ordem do J.º a J.º Baptista Ribeiro

Bens móveis

Oito cadeiras de braços, com assentos, e costas de sola, velhas.

Quatro cadeiras, sem braços.

Nove cadeiras, com assento de *cordavão*, e por baixo cabelo, com canapé, velhas.

Cinco mesas de pinho do refeitório. 2)

Cinco barras com suas cabeceiras.

Doze mesas de pau de pinho, velhas.

Uns restos da máquina do relógio da torre, de ferro, muito velhos.

Uma dúzia de cadeiras, com assento de couro. 3)

Uma dita com assentos de pau.

Seis cadeiras com assento de palhinha, em bom uso. 4)

Uma marquesa de pau grande, e uma papeleira de pau preto. 5)

Dez bancos das janelas conventuais.

Um arquibanco de pau pintado, da sacristia.

Uma cantoneira de pinho, pintada.

Dois armários, e duas caixas velhas, de pau de pinho da sacristia.

Uma mesa de pau preto antiga, da sacristia.

Três mochos, velhos.

Quatro confessionários de vinhático.

Uma mesa de pau preto com abas, pequena. 6)

Uma mesa, de vinhático, forrada de pano verde. 7)

Três escadas de mão, de diversos tamanhos.

Uma mesa, de pau preto, forrada de pano verde. 7)

Duas mesas de um pé, de pau caixão, velhas.

Um canapé de pau brasil com assento de palhinha, velho. 7)

Nove cadeiras com assento de palhinha, já velhas.

Uma mesa quadrada de castanho, pequena, de um só pé. 8)

Sete mochos com assentos forrados de damasco encarnado. 9)

Uma cápsula de pau dourada nova, da semana santa. 10)

Um candeeiro da semana santa. 11)

Meia cómoda de pau caixão, que pertencia ao reverendo frei Manuel da Silva, segundo a declaração dele. 8)

Três candeeiros de latão.

Vinte e um bancos de pinho.

Uma estante de pau preto, do coro.

Quatro estantes pequenas.

Trinta jarras de louça, já quebradas algumas.

Dois caldeirões de ferro. 12)

Uma trempe de ferro. 13)

Dois tachos de cobre.13)

Uma grade de ferro de fogão. 14)

Uma lâmpada de estanho. 14)

Três ditas de latão. 14)

Parte da mobília transcrita, isto é a restante mobília que não tem nota à margem, foi arrematada pela quantia de trinta e três mil cento e trinta reis.

2) Em nota ao lado, na margem direita, diz: existentes no depósito

3) Em nota ao lado, na margem direita, diz: Entregues ao director do hospital, o Dr. António Carlos de Melo S.ª

4) Em nota ao lado, na margem direita, diz: Entregues ao mesmo director.

5) Em nota ao lado, na margem direita, diz: Pertencente ao Dr. Bott.º

6) Em nota ao lado, na margem esquerda, diz: Entregues ao director do hospital, o Dr. António Carlos de Melo S.ª

7) Em nota ao lado, na margem esquerda, diz: Idem, idem

8) Em nota ao lado, na margem direita, diz: Entregues ao director do hospital, o Dr. António Carlos de Melo S.ª

9) Em nota ao lado, na margem direita, diz: Para a sé catedral.

10) Em nota ao lado, na margem direita, diz: existente no depósito.

11) Em nota ao lado, na margem direita, diz: Idem

12) Em nota ao lado, na margem esquerda, diz: Existentes

13) Em nota ao lado, na margem esquerda, diz: Idem

14) Em nota ao lado, na margem esquerda, anotado: – " –

Cartório do Convento

Treze livros de despesas e recibos de diferentes anos até 1832

Três livros de despesas do convento, de diversos anos.

Dois livros denominados *"Da fazenda"* dos anos de 1663 e 1730.

Um livro das despesas do convento do ano de 1766.

Um livro das *"Obrigação de todos os legados"* do ano de 1780.

Um livro denominado *"Recibo e gasto, de São Gonçalo de Lagos"*.

Um pequeno caderno *"De lembranças no depósito"* de 1781.

Um caderno para anotar as contas das missas do convento de 1793.

A livraria e os manuscritos, entregues ao bibliotecário.

"E desta forma se há por concluído o presente inventário feito na data ao princípio declarado. Seguindo-se a descrição das pratas, letras, e mais títulos apresentados nesta Administração por o padre Manuel de Azevedo, actual prior do convento, em data de vinte e nove de Julho de mil oitocentos e trinta e quatro."

Pratas

Dois diademas	8$487
Uma custódia grande do trono	82$730
Um cálice e patena	25$155
Uma copa de cálice e patena	5$075
Três colheres de cálice	$480
Uma mitra em duas peças	65$887
Uma cruz com Santo Lenho	15$575
Um pequeno relicário	9$975
Uma cruz peitoral, dourada	2$318
Um turíbulo, naveta e colher	39$550
Uma salva de cantos	20$037
Uma bacia e jarro	63$130
Total	**338$399**

Letras, títulos, livros e mais papéis

Uma letra lavrada em 07-04-1832, a seis meses, sobre a Companhia dos Vinhos, da quantia de um conto e vinte e cinco mil reis. 1 025$000

Uma letra sacada em 24-03-1829, a seis meses, sobre Carvalho & C.ª da quantia de dois contos e cinquenta mil reis. a) 2 050$000

Uma letra sacada em 18-02-1832, a seis meses, sobre Companhia dos Vinhos, de um conto e vinte e cinco mil reis. 1 025$000

Uma letra sacada em 24-03-1832, a seis meses, sobre Ofley Forest Weber e C.ª, da quantia de quatro contos e noventa e sete

mil e quinhentos reis. a) 4 097$500

Uma letra sacada em 31-03-1832, a seis meses, sobre a Companhia dos Vinhos, de dois contos e cinquenta mil reis. 2 050$000

Uma letra sacada em 26-03-1832, a seis meses, sobre a Companhia dos Vinhos, de um conto e duzentos e trinta mil reis. 1 230$000

Uma letra sacada em 08-05-1830, a seis meses, sobre Knowsley & Nassau da quantia de cento e vinte e seis mil reis. 126$000

Uma letra sacada na mesma data, a doze meses, sobre os mesmos devedores, da quantia de cento e vinte e seis mil. 126$000

Uma letra sacada na mesma data, a dezoito meses, sobre os mesmos devedores, da quantia de cento e vinte e cinco mil. 125$000

Uma letra sacada na mesma data, a vinte e quatro meses, sobre mesmos devedores, da quantia de cento e vinte e quatro mil e trezentos e setenta e cinco reis. 124$375

Uma letra sacada 10-10-1816, a seis meses, sobre Tomás da Rocha Pinto & F.^{os}, com dois protestos de banca rota e outro de não pagamento da quantia de quinhentos e trinta mil novecentos e cinquenta reis. 530$950

a) Em nota ao lado, escrita na vertical, do lado esquerdo, diz: Já paga e seu produto entrado no cofre.

Direitos e acções

Um título de dívida, assinado pelo prior e restante governo do convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, em acta de 05-07-1829, da quantia de um conto e duzentos mil reis. 1 200$000

Cinco acções da Companhia dos Vinhos: n.º 571 – Coura, n.º 572 - Geraz, n.º 1151 - Pedrógão, n.º 1152 - Alandroal e n.º 1153 - Avis e respectivas senhas, no valor total de dois contos. 2 000$000

Cinco títulos, ou padrões de juro e herdade. O primeiro de 1000$000, o segundo de 640$000, o terceiro de 308$000, o

quarto de 800$000 e último de 800$000	3 548$000
Uma escritura de confissão de dívida a juros, de D. Ana Rita, solteira, do Peso da Régua, termo de Santa Marta, da quantia de seiscentos mil reis.	600$000
Deve João de Barros, do Porto, por escritura de obrigação de dinheiro a juros, lavrada pelo tabelião João José Cardoso de Noronha, em 25 de Junho de 1829 – (deve juros desde 1831).	600$000
Deve José Lopes Lage, pela renda dizimária de Romariz, por tempo de um ano.	890$000
A viuva de Jacinto Francisco de Milheirós de Poiares, deve de capital a juros, quatrocentos e sessenta mil reis.	460$000
Devem diversos de foros e pensões atrasadas duzentos e vinte e cinco mil cento e vinte.	225$120
Deve Luís António de Sousa Reis por uma letra, e juros acrescidos, com adjudicação de rendimentos de uma casa, sita na Ferraria de Baixo, a qual existe queimada por efeito dos projécteis do inimigo, no tempo do assédio.	1 230$400
Mais três títulos, ou acções do Novo Empréstimo, sendo o primeiro à razão de 6% da quantia de um conto duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e dez reis.	1 264$610
O terceiro, à razão de 5% da quantia de trezentos e sessenta e um mil e novecentos reis.	361$900
O segundo, à razão de 5% da quantia de duzentos e doze mil reis.	212$000
Total	**25101$855**

"E por esta forma se deu por concluída a descrição das dívidas activas, e títulos, seguindo-se os mais livros, e vários papéis, por o mesmo ex-prior apresentados, e que formam parte do cartório."

Cartório

Um livro, ou caderno, denominado *"Da entrada"*, com setenta folhas.

Um livro *"Da saída"* com sessenta e uma folhas.

Um livro, com capa de pergaminho, *"Da fundação do convento"*.

Um livro, com capa de pergaminho, *"Livro sexto"* de miscelâneas.

Um livro, com capa de pergaminho, *"Livro quinto dos legados"*, com fundos em raiz, e de alguns modernos, com fundos, ou capital endossado.

Um *"Livro da fazenda deste convento"* – 6º volume.

Um livro, com capa de pergaminho, que contém *"Prazos e vedorias"*.

Um livro, com vários apontamentos, sobre *Da fazenda do convento.*

Um livro de *"Providências e determinações gerais"* que dizem respeito ao governo do convento.

Um livro de *"Documentos de Romaria"*.

Um *"Livro 2º, água, e foros antigos"*.

Um livro de *"Pensões de casas e outras que se alugam"*. L.º 3º

Um livro 4º dos *"Legados antigos"*.

Um livro *Da fazenda deste mosteiro de São João Baptista do Porto.*

Um livro de *"Memórias da fundação deste convento"*.

Um livro que contém um Breve.

Um caderno que contém recibos do convento.

Um título escrito em pergaminho, com letras góticas, que por se não entender, não se declara o que há.

Um maço de papéis, contendo diversas sentenças e sobsentenças.

Um maço contendo várias certidões, tratados de escrituras de emprazamento e outros contratos.

Um maço contendo diversos papéis, avales e recibos pertencentes ao convento.

Um pequeno caderno, que consta dos assentos, por onde se recebe e paga o que deve o convento.

"Desta forma se há por concluída a descrição dos livros, e mais papéis que fazem parte do cartório deste convento, e que, como dito fica foram apresentados por o padre Manuel de Azevedo, actual ex-prior do mesmo, passando-se à descrição dos foros, legados, e pensões, que seguem no verso desta lauda."

Foros, Legados e Pensões

Espécies	Quantidades	Preços	Rendi. anual	Valor 20 anos
Em dinheiro			102$650	2 053$000
Espécies adr.			10$725	214$500
Em trigo	7 alqueires	1 000	7$000	140$000
Centeio	3 alqueires	500	1$500	30$000
Milho	7 alqueires	400	2$800	56$000
Pão meado	19 alqueires	450	8$550	171$000
Galinhas	1,50	320	$480	9$600
Frangas	0,5	180	$090	1$800
Frangos	1	100	$100	2$000
Totais			***133$895***	***2 677$900***

Somam o valor dos foros e das pensões o valor de dois contos e seiscentos e setenta e sete mil e novecentos reis.

Propriedades de raiz

Local: Largo de São João Novo	Anual	20 anos
O convento, claustros, cerca e armazéns	400$400	30 000$000

"E por esta forma se há por concluída a descrição dos Foros, Legados e Pensões, bem como das propriedades de raiz, conforme a avaliação judicial junta a este Inventário; depois do que na lauda seguinte, se segue a descrição das dívidas passivas".

Dívidas passivas

Deve este convento a João da Costa Ramalho, de S. Tiago de Custóias o capital de.....550$000 Juros a 4% até 18 de Fevereiro de 1834 .....44$000	594$000
Idem, idem, ao mesmo, o capital de .....500$000 Juros a 4% até 1 de Março de 1834 .....40$000	540$000
Idem, idem, ao mesmo, o capital de .....700$000 Juros de dois anos .....56$000	756$000
Deve este convento à condessa de Cavaleiros por a pensão anual de 2$500 – capital.....50$000 De 3 anos vencidos até dia de S. Miguel de 1834 .....7$500	7$500
Deve este convento ao Cabido da Sé por uma pensão anual de 470 – capital de .....9$400 De 4 anos vencidos até 1834 .....1$880	1$880
Deve este convento à Confraria do Santíssimo de São Pedro de Miragaia por a pensão anual de 1$000 reis – capital .....20$000 De 3 anos vencidos até 1834 .....3$000	3$000
Deve este convento à Confraria do Santíssimo da freguesia de Campanhã por a pensão anual de 480 – capital de .....9$600 Deve 4 anos até 1834 .....1$920	1$920
	1 904$300

Recapitulação do presente Inventário

A folha 8 mostra que parte da mobília foi rematada por	33$130
A folha 9 dá a descrição das pratas na importância de	338$399
Da folha 9 verso até à folha 11 verso vê-se a descrição das dívidas activas por letras, escrituras, títulos, direitos, e acções na importância de	25 101$855
A folha 13 mostra o mapa dos foros, legados e pensões na	

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

importância de	2 677$900
A folha 13 mostra, ainda, a importância das propriedades de raiz, conforme a avaliação judicial	30 000$000
Total	**58 151$284**

Dívidas passivas, constantes folha 14, na importância de um conto novecentos e quatro mil e trezentos reis **1 904$300**

Rendimento anual dos foros	133$895
Rendimento dos prédios	400$400
Total	**534$295**

"Casa da Comissão no Porto em 14 de Maio de 1835"

Seguem-se as assinaturas de José Henriques Soares; José Ricardo P.^{to} (into) de Almeida e Gaspar Guerner de Azevedo

Propriedades pertencentes ao extinto convento de S. João Novo do Porto:

convento, dormitórios, claustros, cerca, armazéns no interior

e outros três armazéns e uma sala no exterior.

"Cumprindo com o que nos ordena o Mandado de Louvação, passado em 15 de Setembro do ano próximo de 1834 e assinado pelo Meritíssimo Procurador deste Concelho, fomos ao extinto convento de S. João Novo, e ali vimos e muito bem examinámos todo o edifício que se compõe de dormitórios, claustro e cerca, armazéns no interior, no exterior com suas salas por cima, e somente com exclusão da igreja e sua sacristia, e depois de feitas as necessárias averiguações achamos o seguinte:

Atendendo ao local de todo este prédio, e ao estado em que o mesmo se acha, bem como as despesas que precisa para o reparar na parte que precisa, e para o reduzir naquela parte que for indispensável, aos usos civis, e atendida igualmente a utilidade anual que depois se lhe pode tirar naquelas circunstâncias, o avaliámos na quantia de trinta contos de reis"[64].

"Livro de bens folha 13 V. N 210"

"30 000$000"

"O referido passa na verdade segundo o nosso entender, e debaixo do juramento de nossos cargos".

Porto 4 de Março de 1835

Seguem-se 4 assinaturas das quais a segunda é ilegível:

António de Sousa Moreira — *Bento José Ribeiro de J.*

Rubrica é ilegível — *João José Ribeiro de Lima*

"Relação nominal dos padres que se conservaram no convento de São João Novo, e aí conventuais à entrada do exército libertador, nesta cidade, e que assistiram à factura do Inventário".

Frei Manuel da Silva e Frei Francisco Burmão

---

[64] ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (capa verde), Vol. II, páginas 494 – 495, Porto, Convento de São João Novo – Porto (1834) Inventário n.º 324 – 2246

Edifício conventual de Convento de São João Novo [65]

O edifício, logo após a sua ocupação em 1835, foi requisitado para funcionar como hospital. Essa "transformação" foi declarada pela Portaria da Fazenda de 7 de Outubro de 1835 e, na mesma altura, foi mandado consultar o Tribunal do Tesouro sobre as possíveis dúvidas que, ainda, ocorressem.

Em relação à "cerca" do dito mosteiro, agora transformado em hospital, participou-se em ofício do Conde de Bonfim, de 6 de Julho de 1838, remetido com uma Portaria da Fazenda, da mesma data, livro L 10003 S, para ser informado, que se ordenara a entrega da cerca do Convento de São João Novo ao hospital, estabelecido no mesmo edifício, e questiou-ne se se prescindia da venda da cerca, ou que se requisitasse de modo que fosse paga pelo rendimento do hospital.

Pela Portaria da Fazenda de 5 de Janeiro de 1843 foi concedida interinamente para uso dos convalescentes do hospital de Artilharia n.º 3, sem no entanto se prejudicar a possível venda que se poderia fazer da mesma cerca.

Por despacho do Tribunal do Tesouro, mandou-se pôr em praça, parte desta cerca, e pela Portaria do Ministério da Fazenda de 20 de Janeiro de 1845. Ordenou-se que se assistisse à referida venda.

Pela Carta de Lei de 18 de Abril de 1854, o Governo foi autorizado a proceder à venda do edifício, e parte da cerca, em dinheiro efectivo, exceptuando a parte da cerca que se julgar necessária para a continuação da rua denominada – do Rei D. Fernando.

Este edifício foi requisitado pelo Ministério da Justiça, para ser convertido em Paço de Justiça, por compra feita ao Ministério da Guerra.

(Livro 1º das Requisições, fl. 196 v.) (Inventário n.º 324) 2246

---

[65] ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (capa verde), Vol. II, páginas 494 – 495, Porto, Convento de São João Novo – Porto (1834) Inventário n.º 324 – 2246

IV

Anexos

Cronologia da vida de Santo Agostinho[66]

Factos da vida de Santo Agostinho	Ano do acontecimento	Acontecimento histórico relacionado
Nascido em Tagaste, a 13 de Novembro	354	Nascimento de João Crisóstomo
	355	Morte de Donato da Casa Nigrae
	356	Conversão de Mário Vitorino em Roma; morte de António no Egipto
Na escola em Tagaste; doença grave	361	O imperador Júlio decreta a igualdade de cultos; assuntos legislativos nas escolas
	362	Concílio de Alexandria com Atanásio e bispos egípcios
	364	Dissidência rogatista(?) em África
Na escola em Madaura	366/69	Eleição de Dâmaso como bispo de Roma; desassossego social em Roma
Interrompe os estudos; regressa a Tagaste	369/70	Começo do Priscilianismo em Espanha por volta de 370
Ida para Cartago para estudar (recente queda).	370	Basílio torna-se bispo de Cesareia
O pai, Patrício, morre; nasce Adeodato	370/71	Gregório torna-se bispo de Nyssa; Martinho torna-se bispo de Tours
Lê o *Hortensius* de Cícero. Torna-se Maniqueu	372/73	Gregório torna-se bispo de Nazianzen; revolta do chefe berbere Firmo
Ensina retórica em Tagaste	373	Atanásio de Alexandria morre; rebaptismo proibido (*CT* 16.6.1)
Morte de um amigo (375/376)	374	Ambrósio é baptizado (7 de Novembro) e consagrado bispo de Milão (7 de Dezembro)
Ensina retórica em Cartago	376	
	379	Morte de Basílio de Cesareia
Escreve *De pulchro et apto* (*conf.* 4.15.27)	380/81	Teodósio publica o Édito de Tessalónica (*CT* 16.1.2)
Lê *Categories* de Aristóteles	381	Concílio de Constantinopla; Teodósio proíbe cultos pagãos
	382	Concílio de Roma
Encontra Fausto de Milevis em Cartago. Ensina em Roma	383/84	Símaco, Perfeito de Roma; morte do Papa Dâmaso (384)
Nomeado Orador oficial de Milão (queda)	384	Símaco solicita Milão para o Altar da Vitória; Ambrósio responde
Apologia de Bautone	385	Jerónimo vai para a Palestina. Prisciliano é executado em Trier
Mónica chega a Milão. Apologia de Valentiniano II	385	
Lê alguns livros Platónicos	386	Achado das relíquias dos santos Gervásio e Protásio (17 de Julho)
Estuda as cartas de S. Paulo. É visitado por Ponticianus	386	Cerco da basílica de Milão; purga dos maniqueus em Cartago
Regressa a Milão. É baptizado por Ambrósio, a 24 de Abril. Morte de Mónica	387	
Regressa a Roma com Alípio; alguns escritos contra os maniqueus	387/88	
Navega para o Norte de África e vai para Tagaste	388	Máximo invade Itália (outono)
	389	Baptismo de Paulino de Nola

[66] *AUGUSTINE through the Ages.* An Encyclopedia / general editor Allan D. Fitzgerald, O. S. A., William B. Eerdemans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan / Cambridge, U. K. 1999. ISBN 0-8028-3843-X

Mortes de Adeodato e de Nebridius (388-90)	390	Massacre de Tessalónica por Teodósio; penitência imposta por Ambrósio
Ordenado padre em Hipona	391	Aurélio é ordenado bispo de Cartago; édito imperial contra o paganismo
Debate com Fortunato em Hipona (28-29 de Agosto)	392	
Fala no Concílio de Hipona (Outubro)	393	Maximiano afasta-se dos Donatistas
Supressão de *Laetitia* em Hipona	394	Teodósio conquista Eugénio; Paulino de Nola é ordenado padre
	394	Concílio Donatista em Bagaï suprime o cisma Maximianista
Sucede a Valério como bispo de Hipona; estuda Paulo outra vez	395/97	Revolta de Mauro Gildo, conde de África
Participa no concílio de Cartago (Junho e Agosto)	397	Morte de Ambrósio (4 de Abril); sucedido por Simplício
Prega em Cartago durante o Verão	397	*Brevviarum Hipponense* aprovado no Concílio de Cartago
	398	Derrota de Gildo; execução de Optatus, bispo Donatista de Timgad
	399	Cargo de cônsul para Manlius Teodoro; Honório inicia leis contra o paganismo
	401	O Bispo Donatista de Calama detém responsabilidade para atacar Possídio
Em Milevis para o Concílio a 7 de Agosto	402	Alarico invade Itália; derrotado por Stilicho; morte de Símaco
	403	Bispo de Bagaï atacado pelos Donatistas e maldosamente ferido
	405	Ordem de união contra os Donatistas a 12 de Fevereiro (*CT* 16.5.8)
	408	Tumulto em Calama quando Possídio interrompe uma procissão pagã
Em Cartago no tempo que medeia 19 de Maio e 11 de Setembro	410	Alarico entra em Roma; muitos refugiados fogem para o Norte de África
Participa em *Collatio* (1-8 de Junho)	411	*Collatio* dos Donatistas chamado a Cartago; Donatistas condenados
Começa o *Cidade de Deus*; Sínodo em Cirta a 14 de Junho	412	Ordem contra os Donatistas
De Setembro a Dezembro: prega regularmente em Cartago	412	Condenação de Celestino
Em Cartago: intercede contra a execução de Flávio Marcelino	413	Marcelino executado (13 de Setembro)
	414	Orosius vai para Jerusalém durante dois anos
	415	Sínodo em Diaspolis examina Pelágio
Num Concílio em Malevis que condena Pelágio e Celestino	416	Orosius vem ao Concílio de Cartago; traz relíquias de Estêvão
Recebe a História de Orosius	417	Inocente I condena Pelágio e Celestino
Em Cesareia na Mauritânia, a 20 de Setembro	418	Zósimo condena Pelágio e Celestino
Princípio da grande confrontação com Juliano de Eclanum	419	Aparece o primeiro trabalho de Juliano de Eclanum
Ocupações de António de Fussala	423	Eraclius ergue monumento a S. Estêvão em Hipona
Escândalo em Hipona (sermões 355[18 de Dezembro] e 356 [depois da Epifania])	425	
Visita Malevis a fim de regularizar a sucessão de Severo	426	Eraclius nomeado com sucessor de Agostinho
Deixa Hipona no Inverno por causa da sua saúde; começa *Retractationes*	426	
	429	Vândalos entram em África
Morte e enterro de Agostinho (28 de Agosto)	430	Vândalos cercam Hipona

//[1]

Origem deste Mosteiro de S. João Baptista do Monte

Na era de 1592 sendo Provincial desta nossa Provincia de Portugal o muito Reverendo Padre frei Manuel da Conceição parente muito chegado dos condes de Linhares e Ericeira como era muito virtuoso e muito seloso da Religião, vindo a esta cidade do Porto e vendo a fermosura della e sua nobresa e que seria de grande serviço de Deus teremos nella hum convento asim pella passagem dos religiosos que hião e vinhão a Braga, como os que aqui vinhão a negocios da Abbadia de Cete e de outras partes e que era grandissimo discomodo e e muitos inconvenientes, agasalharense por estalagem tratou de faser hum hospicio ou convento e como tinhamos o favor do Bispo Dom Jeronimo de Meneses e do governador Annrique de Sousa, fes pitição a Camara desta cidade, pera que nos desse licença pera fasernella hum mosteiro, alegando nella as resões que asima digo. Foi Nosso Senhor servido, que contradisendo a Camara e a cidade a muitas Religiões fundarem nella mosteiros ella nos concedeo esta graça e licença com tanta facilidade e liberalidade que nos deu licença pera compraremos muitas casas foreiras a mesma cidade pera fundaremos o ditto mosteiro, e escolhendo nos este citio da Boa Vista extinguimos huma rua enteira toda foreira a ditta cidade, e nella começamos o mosteiro e tivemos nosso oratorio por alguns annos. Até que no de 1602 o Abbade Gonçalo Vieira desta igreja de São João a renunciou nas mãos do Bispo Dom Gonçalo de Morais o qual foi frade da religião de São Bento, e como era muito nosso amigo, nos deu a ditta igreja extinguindo a freguesia repartindo os fregueses //[IV] pella de São Nicolao e Nossa Senhora da Vitoria, a qual por estar imperfeita e sem capella mor nos aperfeiçoamos e

fsemos a capella gastando nisso muito dinheiro e este senhor disia muitas veses e eu lho ouvi que fsera por amor de nos extinguindo esta freguesia o que nenhum frade nosso ouvera de fazer semdo muito amigo da Ordem e alguns frades nosso (sic) ouvi eu tambem diser que o senhor Dom frei Agostinho [de Jesus] de Castro Arcebispo de Braga disera por muitas veses que o que o senhor Bispo do Porto fsera por amor de nos elle se não atrevera a faser. Neste mesmo anno de 1602 o senhor Dom frei Aleixo de Meneses religioso nosso Arcebispo e primas da India e depois Arcebispo e primas de Braga vice rei da India e deste Reino de Portugal e presidente do Conselho de Portugal em Madrid mandou da India hum legado de muitos mil crusados que deixou Dom Antonio de Noronha capitão mor de Cochim e parente muito chegado da Casa de Villa Real em que o ditto senhor ordenava que se fsesse hum mosteiro de dose religiosos da nossa Ordem na igreja de Nossa Senhora da Ermida junto a Castro Daire do Padroado da casa de Villa Real; e vindo este legado a salvamento e metidos nos da posse delle tratamos de faser o mosteiro que ordenava o legado, pera o que mandamos pedir licença ao marques de Villa Real que antão estava em Cepte pera que consentisse que nos fundassemos o ditto mosteiro n[a] ditta sua igreja e pera isto buscamos valias e fsemos todas as diligencias necessarias o ditto senhor a não quis nunqua dar disendo que não queria elle tanto mal aos religiosos de Santo Agostinho de quem era tão devotto que os deixasse ir pera hum desterro, quando elles merecião estar nos melhores lugares do Reino, e que outros melhores e maiores acressentamentos lhe dejejava. Visto isto tratamos logo de aver de Sua Santidade supplica d'amutação da vontade do defunto pera outra parte do Reino aonde podessemos fundar o mosteiro que elle mandara. Presidia neste tempo na Igreja [de] Deus o papa Clemente 8 //[2] fsemos nossa supplica por via do Padre Mestre frei Alvaro que neste tempo estava em Roma em certos negocios desta Provincia, alcançamos a graça d'espedire o Breve pera o bispo de Lamego Dom Martim Afonso de Mello (este senhor foi noviço nosso onse meses sua Mai indo o ver a capella de Santa Monica, o levou pera casa contra nossa vontade)

apresentamos lhe o breve provamos as premissas delle deu sentença que o dito legado se mudasse pera este convento de São João a qual sentença foi dada no ano de 1608 de sorte que seis annos se gastarão nesta pretenção, depois no anno de 1613 o muito Reverendo Padre Mestre frei Francisco da Gama deu principio a estas suntuosas e fermosas obras, buscando algum dinheiro por sua industria e dando lhe a freguesia algum lançou a primeira pedra nellas o Bispo Dom Gonçalo de Morais asistindo o governador Diogo Lopes de Sousa e toda a nobresa desta cidade. Depois o senhor Bispo frei João de Valadares religioso nosso quando começava neste convento as as obras e estava em grandissima vontade de o acabar o levou Nosso Senhor pera si, que esta ventura temos nos em todos os nossos mosteiros.

Em letra posterior acrescentado:

A letra desta rellação he do Padre frei António Pimentel como se pode ver em outra semilhante firmada com o seu nome em hum cathalogo dos titulos que continha este livro conforme a encadernação antiga, e se acha nelle a folha 289 e folha 300 etc. Hum assento a folha 300 se tirou, e o outro que estava a folha 299 vay agora a folha 290 verso no fim do cathalogo conforme a ordem antiga que variou por outra ordem nova com que se encadernarão todos os titulos do cartorio.

Hoje 2 de Mayo de 1751

Frei Manuel da Cruz Prior

+

Título 1º // 3

Senhores Juiz e Vereadores e procurador.

Diz frei Manoel da Conceição provincial da ordem dos heremitas de sancto Agostinho neste reino de Portugal que a dita sua ordem tem pera abbadia que chamão São Pedro de Ceite quatro legoas desta cidade onde estão e residem religiosos da dita ordem os quaes padecem muitas necesidades em suas doenças por la não aver medicos nem sangradores nem butica por onde lhes he necessario virem se curar a esta cidade onde se andão curando por casas alheas o que não he de seu modo de viver. Alem disto nesta cidade esta esta casa de Relação onde lhe he necessario mandar Religiosos a negocear os quaes andam por estalagens e casas alheas o que não he decente a sua reformação e modo de vida. E tambem por que por esta cidade passão muitos Religiosos a visitar a negocear com o arcebispo de Braga e pousão nas mesmas estalagens por não terem mosteiro da sua ordem onde se agasalhem pollo que pede a vossas mercês pello amor de Nosso Senhor e de Nossa Senhora da Graça e do glorioso Padre Santo Agostinho ajão por bem dar lhe licença pera que no citio de Santo Illefonso ou em outro lugar faça hum mosteiro a sua custa, onde Nosso Senhor seja venerado e honrado e vossas mercês e esta tão nobre e leal cidade servidos no que elle e sua Ordem r[equerem] senhores

// 3V

Per honrra de Deus e de Nossa Senhora Padroeira nossa samos de parecer que se de licença aos Reverendos padres Provincial he mais padres para que nesta cidade se faça hum mosteiro da Ordem de Santo Agostinho no sitio que escolherem he que se lhes de carta para sua Magestade.

Hem Camara, 12 de Agosto de [1]592 annos

Fernão Sousa Juiz Diogo Brandão Juiz Delgado

//4

Diz o Provincial da Ordem dos Eremitas do glorioso Padre Santo Agostinho que conforme a licença que vossas merces lhe derão pera edificar mosteiro de sua ordem nesta cidade no sitio que lhe parecese escolheo o sitio de São João por entender que neste lugar estara o mosteiro mais a gosto de toda a cidade e milhor acomodado ao serviço espiritual que pretende. E por algumas das casas e quintais que comprão pera edificação do mosteiro são foreiras a cidade. P[ede] a vossas merces licença pera poder comprar ate dous mil reaes de foros e tudo o que asi se comprar se pagara por elle e pollo dito mosteiro enquanto se não derem outras propriedades em que os tais foros se ponhão, no que Requere esmola he merce.

Dece licença ao procurador da cidade que tomara enformação das casas que a petição fas menção e do que nelas tem de foro a cidade e o proveito que resultara a cidade ou dano de se prazarem "in perpecto" aos suplicantes e do que achar informe a esta mesa.
Porto 2 de Dezembro de [1]592

Fernão Brandão Juiz

// 4V

Fui ver por mandado de vosas merces ho comteudo na pitição atras que são cassas he quimtais que fasem foro a esta cidade he o que nelas vii que não faz nehum perjuiso a cidade o que pede ho Provemseal he mais Comvemto da ordem de Nosa Senhora da Graça.
No Portto oje 4 de Desembro de 1592

Baltesar Delgado d'Abreu

A resposta da Camara da cidade damos licença ao Padre Provincial da ordem de Santo Agustinho que possa comprar as casas foreiras a cidade ate a contia de dous mil reaes que dizem com declaração que tanto que tiverem formado mosteiro daii hum ano (que lhes damos de praso) nomeem a cidade propriiedades livres com proveitos que possa aver e arrecadão seus foros, com o tombo se poraa veron com o trellado deste desembargo, e depois do descambo que se fser pera a todo tempo se saber o que se nisso fser.

Em Camara cynquo de Dezembro de [15]92, os que tanto mandarão a ouvir a dita cidade com os foros,

Soadoão

Jacome Ribeiro Brandão Juiz

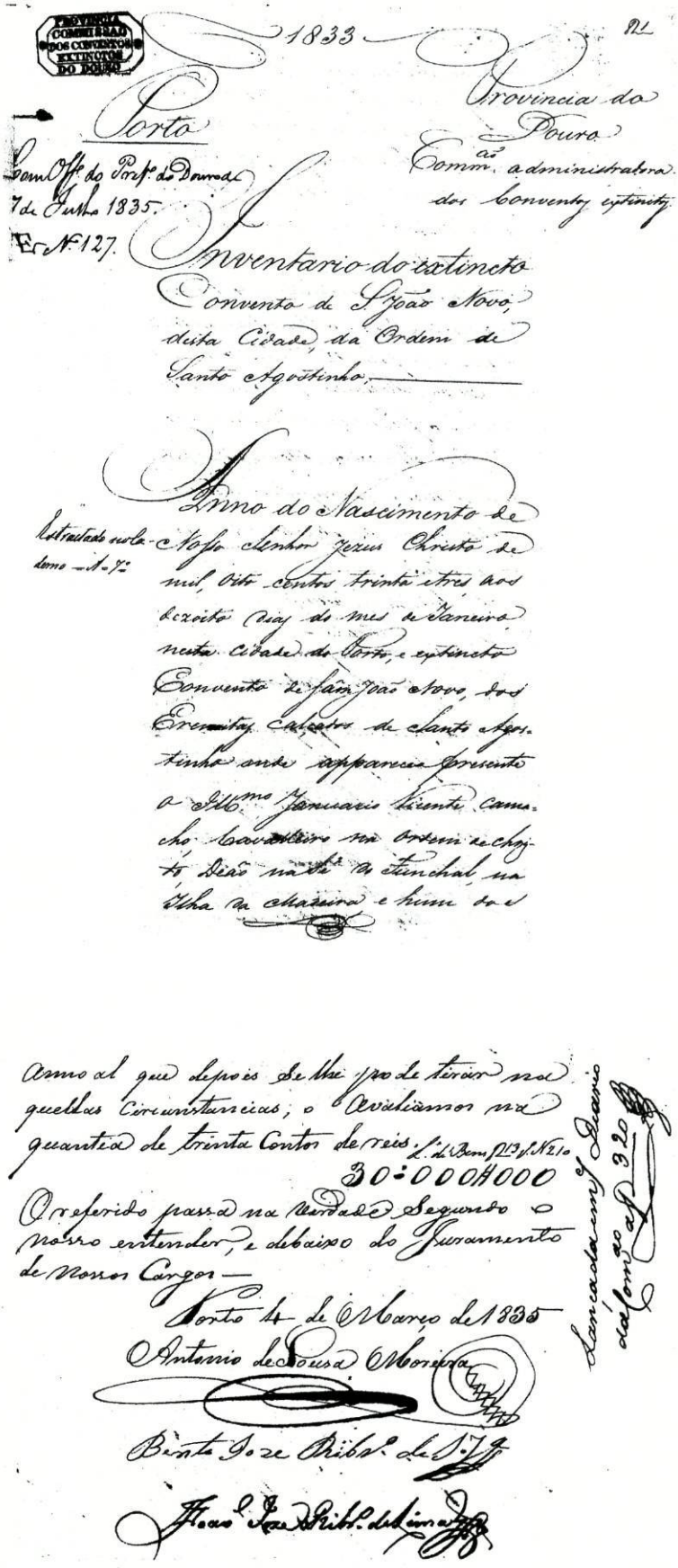
Memoria
Dos Priores deste Convento

1593. Fr. Francisco das Chagas
1594...
1596...
1598. Fr. Agostinho de Mendoça
1601. Fr. Jorge de Mendoça, e
Fr. Agostinho de Mendoça
1604. Fr. Francisco da Trindade
1606...
1608. Fr. Diogo de Jesus
1610 Fr. Christovão de Castro
1612...
1614. Fr. Francisco da Christo
1616. Fr. Jorge de Mendoça
1618...
1620...
1622. Fr. Luiz da Veiga
1624. Fr. Carme de Stª Maria
1627. Fr. Simão da Graça
162 Fr. Manoel de Mello
1630...
1632. Fr. Antonio de Noronha
1634. Fr. Lucas de Villalobos
1637. Fr. Francisco de Reis
1639. Fr. Francisco de Luz
1641. Fr. Rodrigo de Britto
1643. Fr. Romão da Conceição
1645. Fr. Manoel de Paraiso
1647. Fr. Antonio da Sylveira
1649. Fr. Antonio Godinho
1651. Fr. Luiz dos Anjos
1653. Fr. Bartholomeu do Espº Stº
1659. Fr. Martinho Caldeira
1661. Fr. Bartholomeu dos Martyres
1663. Fr. Lourenço da Guarda, e
Fr. Antonio da Fonseca
1665. Pe Fr. Manoel Leal, e Fr. João de Navarra
1667. Fr. Diogo Caldeira
1670. Fr. Francisco Henriques
1672. Fr. Manoel da Trindade
1675. O mesmo
1678. O mesmo
1681. O mesmo, e
Fr. Manoel de Stº Agº
1684. O mesmo
1687. Fr. Antonio da Fonseca
1690. O Dr. Fr. Jose Guedes
1693. Fr. Luiz de Navarra
1696. Fr. Jose de Sousa
1700. O M. Fr. Mel de Cerqª
1703. O Mº e Fr. Franco Ayala
1706. Fr. João Brandão
1709. Fr. João de Vasconcellos
1712. Fr. Mel Vieira. Empates
1715. Fr. Jose da Conceição
1718. Fr. Jeronymo de Luz
1722. Fr. Francisco Corte Real
1725. Fr. Ignacio de Liz
1728. Fr. João das Neves
1731. Fr. Francisco de Paula
1734. Fr. Antonio de Santiago
1737. Fr. Agostinho dos Santos
1740. Fr. Jose Leal
1743. O M. Fr. Manoel de Lemos
1747. O mesmo
1750. O mesmo
1754. Fr. Lucas Xavier.

1757. D.or F. Antonio Correa
1760. F. Manoel da Sta. Rosa
1763. o M.el F. Antonio Leal
1766. F. Antonio de Vasconcellos
1769. F. João de Azevedo
1772. F. Francisco Mendes
1775. F. Luis de Vasconcellos
1778. F. Jozé da S.ta João
1784 o M. R. Joaquim Ribeiro
1784=F. Joaquim da Natividade
1787=F. Francisco das Chagas
1790=F. Jozé de Castro
1794=F. Jozé de S. João 2.o vez Prior
1778=F. Jozé de Castro 2.o vez Prior
1799=F. Thomas de N.a S.a Rosa
1803=F. Francisco das Chagas 2.o vez
1815=M.e F. Jozé Pedro
1808=F. Manoel Dourado
1812=F. Jozé de Pinto
1814=F. Jozé de Pinto 2.a vez Prior
1817=F. Manoel da Cruz
1820=F. Joaõ de Mendes
1823=F. Antonio de Siqueira e. 2.o vez Prior
1829=F. Luis Dias Ribeiro

Memória dos Priores este convento

1593 – Fr. Francisco das Chagas	1690 – Mestre Fr. José Guedes
1594 – ...	1693 – Fr. Luís de Navarra
1596 – ...	1696 – Fr. José de Sousa
1598 – Fr. Agostinho de Mendonça	1700 – Mestre Fr. Manuel de Cerqueira
1601 – Fr. Jorge de Mendonça	1703 – O mesmo e
Fr. Agostinho de Mendonça	Fr. Francisco Ausente
1604 – Fr. Francisco da Ascensão	1706 – Fr. João Brandão
1606 – ...	1709 – Fr. João de Vasconcelos
1608 – Fr. Diogo de Jesus	1712 – Fr. Manuel Vieira. Empatar (?)
1610 – Fr. Cristóvão de Castro	1715 – Fr. José da Conceição
1612 – ...	1718 – Fr. Jerónimo da Luz
1614 – Fr. Francisco de Cristo	1722 – Fr. Francisco Corte Real
1616 – Fr. Jorge de Mendonça	1725 – Fr. Inácio da Luz
1618 – ...	1728 – Fr. João das Neves
1620 – ...	1731 – Fr. Francisco de Paula
1622 – Fr. Luís da Veiga	1734 – Fr. António de Santiago
1624 – Fr. Cosme de Santa Maria	1737 – Fr. Agostinho dos Santos
1627 – Fr. Simão da Graça	1740 – Fr. José Leal
162 – Fr. Manuel de Melo	1743 – Mestre Fr. Manuel da Cruz
1630 – ...	1747 – O mesmo
1632 – Fr. António de Noronha	1750 – O mesmo
1634 – Fr. Lucas de Vilalobos	1754 – Fr. Lucas Xavier
1637 – Fr. Francisco do Céu	1757 – D^{or}. Fr. António Correia
1639 – Fr. Francisco da Luz	1760 – Fr. Manuel de Santa Rosa
1641 – Fr. Rodrigo de Brito	1763 – Mestre Fr. António Leal
1643 – Fr. Francisco de Vasconcelos	1766 – Fr. António de Vasconcelos
1645 – Fr. Manuel do Paraíso	1769 – Fr. João de Azevedo
1647 – Fr. António da Silveira	1772 – Fr. Francisco Machado
1649 – Fr. António Godinho	1775 – Fr. Luís de Vasconcelos
1651 – Fr. Luís dos Anjos	1778 – Fr. José de São João
1653 – Fr. Bartolomeu do Espírito Santo	1781 – Mestre Fr. Joaquim ribeiro
1659 – Fr. Martinho Caldeira	1784 – Fr. Joaquim da Natividade
1661 – Fr. Bartolomeu dos Mártires	1787 – Fr. Francisco das Chagas
1663 – Fr. Lourenço da Guarda	1790 – Fr. José de Castro
Fr. António da Fonseca	1794 – Fr. José de São João (2ª vez Prior)
1665 – D^{or}. Fr. Manuel Leal e	1798 – Fr. José de Castro (2ª vez Prior)
Fr. João de Noronha	1799 – Fr. Tomás de Vila Nova
1667 – Fr. Diogo Caldeira	1803 – Fr. Francisco das Chagas (2ª vez)
1670 – Fr. Francisco Henriques	1805 – Padre Mestre Fr. José do Céu (?)
1672 – Fr. Manuel da Trindade	1808 – Fr. Manuel Dourado
1675 – O mesmo	1811 – Fr. José Pinto
1678 – O mesmo	1814 – Fr. José Pinto (2ª vez Prior)
1681 – O mesmo e	1817 – Fr. Manuel da Luz
Fr. Manuel de Santo Agostinho	1820 – Fr. João de Moinhos (?)
1684 – O mesmo	1823 – Fr. António de Figueiredo
1687 – Fr. António da Fonseca	1829 – Fr. Custódio Ribeiro



1833

Provincia do Douro

Porto

Secção do Prof.do Domº de 7 de Julho 1835.

Nº 127.

Comm.ª ás administradoras dos conventos extintos

Inventario do extincto Convento de S.João Novo desta Cidade, da Ordem de Santo Agostinho.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil, oito centos trinta etres aos dezoito dias do mes de Janeiro nesta Cidade do Porto, e extincto Convento de S.am João Novo, dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho onde apparecia presente a Ill.mo Joaquim Vicente Camello Cavalleiro na Ordem de Chris.to Dião nasc.e na Ilha da Madeira, na Villa da Chamiça e hum dos

Estrahido nota-dumo A.º

Anno al que depois de Me ter proceder tirado nos quelles Circunstancias, o Avaliamos na quantia de trinta Contos de reis. L.º 2.º Bens fl.3 v.º N.º 210

30:000$000

O referido passou na verdade Segundo o nosso entender, e debaixo do Juramento de Nossos Cargos —

Porto 4 de Março de 1835

Antonio de Sousa Moreira

Vicente Jozé Ribr.º de S.ª Ig.º

Joaq.m Jozé Ribr.º de Lima

Lançado a cargo do Thesoureiro a folhas 320

Inventário do extinto convento de São João Novo
(primeira e última páginas)

Bispos do Porto entre 1592 e 1834

50º - D. Jerónimo de Meneses – 1592-1600
51º - D. Frei Gonçalo de Morais – 1602-1617
52º - D. Rodrigo da Cunha – 1619-1627 – *(1618-1627)*
53º - D. Frei João de Valadares – 1627-1635; *Eremita de Santo Agostinho.*
54º - D. Gaspar do Rego da Fonseca – 1636-1639
Sede Vacante – 1639-1671
55º - D. Nicolau Monteiro – 1671-1672 – *(1670-1672)*
56º - D. Fernando Correia de Lacerda – 1673-1683
57º - D. João de Sousa – 1684-1696 – *(1683-1696)*
58º - D. Frei José de Santa Maria Saldanha – 1697-1708 – *(1696-1708)*
59º - D. Tomás de Almeida – 1709-1717 – *(1709-1716)*
Sede Vacante – 1717-1741
60º - D. Frei José Maria da Fonseca de Évora – 1741-1752
61º - D. Frei António de Sousa – 1757-1766
Sede Vacante – 1766-1770
62º - D. Frei Aleixo de Miranda Henriques – 1770-1771
63º - D. João Rafael de Mendonça – 1771-1793
64º - D. Lourenço Correia de Sá – 1796-1798
65º - D. António de São José de Castro – 1799-1814
66º - D. João de Magalhães e Avelar – 1816-1833
Cisma Religioso – 1832-1843

Fontes: Gabinete de Informação da Diocese do Porto.

DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal, Dir. de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, vol. II. P. 140

Data da recolha: 2002-02-16

Actualização: 2002-03-01

Notas:
No *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal* a cronologia começa no bispo D. Hugo, não sendo referidos os dez primeiros bispos constantes da relação fornecida pelo Gabinete de Informação da Diocese do Porto.

As datas em itálico são as que vêm referidas no *DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal* e que diferem das datas fornecidas pelo Gabinete de Informação da Diocese do Porto.

Cronologia episcopal

D. Constâncio – 585-589
D. Argiovito – 585-610
D. Ansiulfo – 633-638
D. Flávio – 656
D. Froarico – 675-688
D. Félix – 693
D. Justo – 881
D. Gomado – 908-915
D. Énege ou Nónego – 1025
D. Sesnando – 1049-1085
D. Hugo – 1114-1136
D. João Peculiar – 1137-1138
D. Pedro Rebaldis – 1138-1145
D. Pedro Pitões – 1146-1152
D. Pedro Sénior – 1154-1174
D. Fernando Martins – 1176-1185
D. Martinho Pires – 1186-1189
D. Martinho Rodrigues – 1191-1235
D. Pedro Salvadores – 1236-1247
D. Julião Fernandes –1247-1260
D. Vicente Mendes – 1261-1296
D. Sancho Pires – 1296-1300
D. Geraldo Domingues – 1300-1308
D. Fradulo – 1308-1309
D. Frei Estêvão – 1310-1312
D. Fernando Ramires – 1314-1322
D. João Gomes – 1323-1327
D. Vasco Martins – 1328-1342
D. Pedro Afonso – 1343-1357
D. Afonso Pires – 1359-1372
D. João III – 1373-1389
D. Martinho – 1390
D. Afonso Esteves de Azambuja – 1391-1398
D. Gil Alma – 1399-1407
D. João Afonso Aranha – 1408-1414
D. Fernando Guerra – 1416-1418
D. Vasco II – 1421-1423
D. António M. Chaves (Cardeal) – 1424-1447
D. Gonçalo Anes de Óbidos – 1449-1453
D. Luís Pires – 1454-1465
D. João de Azevedo – 1465-1495
D. Diogo de Sousa – 1496-1505
D. Diogo da Costa – 1505-1507
D. Pedro da Costa – 1507-1535
D. Baltazar Limpo – 1537-1550
D. Rodrigo Pinheiro – 1552-1572
D. Aires da Silva – 1574-1578
D. Simão de Sá Pereira – 1579-1581
D. Frei Marcos de Lisboa – 1582-1591
D. Jerónimo de Menezes – 1592-1600
D. Frei Gonçalo de Morais – 1602-1617
D. Rodrigo da Cunha – 1619-1627
D. Frei João de Valadares – 1627-1635
D. Gaspar do Rego da Fonseca – 1636-1639
Sede Vacante – 1639-1671
D. Nicolau Monteiro – 1671-1672
D. Fernando Correia de Lacerda – 1673-1683
D. João de Sousa – 1684-1696
D. Frei José Santa M.ª Saldanha – 1697-1708
D. Tomás de Almeida – 1709-1717
Sede Vacante – 1717-1741
D. Frei José M. Fonseca Évora – 1741-1752
D. Frei António de Sousa – 1757-1766
Sede Vacante – 1766-1770
D. Frei Aleixo M. Henriques – 1770-1771
D. João Rafael de Mendonça – 1771-1793
D. Lourenço Correia de Sá – 1796-1798
D. António S. José de Castro – 1799-1814
D. João de Magalhães e Avelar – 1816-1833
Cisma Religioso – 1832-1843
D. Jerónimo José Costa Rebêlo – 1843-1854
D. António B. F. Moniz – 23/06/1854-1859
D. João França C. Moura – 22/05/1862-1868
D. Américo Silva (Carde.) – 26/06/1871-1899
D. António J. S. Barroso – 20/05/1899-1918
D. António Barbosa Leão – 08/09/1919-1929
D. António A. C. Meireles – 21/06/1929-1942
D. Agostinho Jesus Sousa – 16/05/1942-1952
D. António F. Gomes – 12/07/1952-1982
D. Florentino Silva – 1959-1969 (A. A.)
D. Júlio T. Rebimbas – 18/11/1982-1997
D. Armindo Lopes Coelho – 13/06/1997-...

Fontes: Diocese do Porto / Gabinete de Informação.

Data da recolha: 2002-02-21

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967, vol. 2, p. 141-142.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. 2.ª ed. Porto: 1970, 4 vol.

ALMEIDA, José António Ferreira de Dir.) – *Tesouros Artísticos de Portugal,* Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976.

ALVAREZ GOMEZ, Jesus, cmf – *Historia de la vida religiosa*, Madrid, Instituto Teológico de Vida Religiosa, Publicaciones Claretianas, 1987, ISBN: 84-86425-25-5

ARCHIVO Agustiniano. Valladolid. 64 (1980) 11-47; 65 (1981) 3-40; 66 (1982) 3-40; 67 (1983) 3-52; (1994) 3-34.

ARQUIVO Distrital do Porto, n.º 40 – *Livros Monásticos, Convento de S. João Novo*, (livro n.º 11 – da fundação – cota 2469); (livro n.º 16 – de lembranças – cota 2472).

AUGUSTINE through the Ages. An Encyclopedia / general editor Allan D. Fitzgerald, O. S. A., William B. Eerdemans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan / Cambridge, U. K. 1999. ISBN 0-8028-3843-X

AZEVEDO, José Correia de, *Inventário Artístico Ilustrado de Portugal*, Lisboa, 1991.

BANO, B – «Agostiniani», in *Dizionario di perfezioni*, t. I, col.278-381, Roma, Paoline, 1974

BARBOSA, A. de Miranda e – *Ordem do tempo e ordem da razão no método Augustiniano,* Lisboa, 1955.

- BARDY, G. – *Augustin (Règle de Saint).* cols. – 1035-1036
- BARDY, G. – *Augustin (Saint), évêque d'Hippone (354-430),* cols. – 1028-1035

BAZIN, Germain, *Reflexions sur l'origine et l'evolution du Baroque dans le Nord du Portugal,* "Belas Artes", Lisboa, 2ª série, 2, 1950, p. 3-15.

BERTRAND, Luís – *Santo Agostinho,* (tradução de A. Cardoso, 2.ª edição, Porto, Livraria Apóstolo da Imprensa, 1952.

- BESSE, J. – *Augustin (Règle de saint),* cols. 2472-2483.b

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPal do Porto, manuscrito n.º 718 (Eremitas de Santo Agostinho) – *Breve describens alternativam Eremitarum Sancti Augustini, Provinciæ Lusitaniæ e mais papeis relativos à mesma ordem, A. D. 1703. Acta et Decreta per R.um P. M. Fr. Ioannem Baptista de Aste Priorem Generalem Universi Ordiny Eremitarum S. P. N. Augustini et Comissarium Apostolicum S. P. N. Pauli Papæ S. In Comitiy Ulyssiponensib Provinciæ Lusitaniæ*

BONNER, G. – *St. Augustine of Hippo: Life and Controversies* (London, 1963).

BORGES, Nelson Correia – *História da Arte em Portugal: do barroco ao rococó.* Lisboa, Alfa, 1987.

BOYER, C. S. J. – *Essais sur la doctrine de Saint Augustin*, Paris, 1932.

BOYER, C. S. J. – *Saint Augustin (Les Moralistes chrétiens)*, Paris, 1932.

BROWN, Peter – *La vie de saint Augustin*, Paris, trad. fr., Le Seuil, 1971

BROWN, Peter – *Religion and Society in the age of Saint Augustine* (London, 1972)

BRUYNE, Dom, O.S.B. – *La première Règle de saint Benoît, R. B.*, t. 42, 1930.

BUTLER, Dom C. O.S.B. – *Western Mysticism*, 2e éd. , with Afterthoughts London, 1927.

CAPELLE, Dom B. – *L'épître 211e et la Règle de Saint Augustin*, dans *Analecta Praemonstratensia*, 1927.

CARDOZO, George, – *Agiologio Lusitano, dos santos e varões illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas,* Lisboa, 1652. 3 vol

CASAMASSA, A. O.S.A. – art. *Agostino (Sant')* in Enciclopedia Italiana, I, 1929

CASAMASSA, A. O.S.A. – *Il piú antico codice della Regola monastica di Saint'Agostino*, dans *Rendiconti della Pontificia Accademia romana di Archeologia*, I, 1923.

CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno,* tomo II parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

CASTRO, José de – *Venerável Bartolomeu dos Mártires,* Porto, Ed. Casa Nun'Álvares, 1946.
CAYRE, F. A. A. – *La Contemplation augustinienne*, Paris, 1927
CAYRE, F. A. A. – *Les sources de l'amour divin*, Paris 1933.
- Cf. *Estructura de La Regla de san Agustín (I-X), en Estudio Agustiniano* 32 (1997) 407-430; 33 (1998) 5-53; 227-270; 487-524; 34 (1999) 5-29; 219-247; 539-536; 35 (2000) 49-77; 271-290; 483-532.
- Cf. VERHEIJEN, L., *La Spiritualité de Saint Augustin et la notre*, en NA II, 30-53 ; p. 34

CHADWICK, Henry – *Augustine*, Past Masters (Oxford, 1986)
CHADWICK, Henry – *Augustin*, Paris, Le Cerf, 1987
CINTRA, Maria Adelaide Valle (ed. crítica e glossário por) – *Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho,* (cód. Alcob. CCLXXIII / 198), Lisboa, 1957.
COHN-SHERBOK, Lavínia, *Who's Who in Christianity*, London and New York, Routledge, 1998
COMBES, G. – *La charité d'après saint Augustin*, Paris, 1934.
CONCETTI, N. O.E.S.A. – *S. Augustini vita*, Tolentini, 1929.
CONCETTI, N. O.E.S.A. – *Sant'Agostino antipapiniano,* Tolentino, 1930.
COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª Ed, Livraria Progredior, Porto, 1945
CUPETIOLI, A. – *Theologia moralis et contemplativa S. A. Augustini*, 3 vol. Venetiis, 1737-1741
D'ALES, A. S. J. – *Le de agone christiano.*
DE LUIS, Pio – *Estructura de La Regla de san Agustín (XI), p. 5-29 – Estudio Agustiniano, vol. XXXVI-Fasc. 1,* Valladolid, Editorial Estudio Agustiniano, 2001
- Cf. *Estructura de La Regla de san Agustín (I-X), en Estudio Agustiniano* 32 (1997) 407-430; 33 (1998) 5-53; 227-270; 487-524; 34 (1999) 5-29; 219-247; 539-536; 35 (2000) 49-77; 271-290; 483-532.
- Cf. VERHEIJEN, L., *La Spiritualité de Saint Augustin et la notre*, en NA II, 30-53 ; p. 34
- VERHEIJEN, L., *La premièr livre du* De doctrina christiana *d'Augustin. Un traité de « télicologie » biblique, en Traiectina Augustiniana,* Paris 1987, p.173

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Religião e simbólica (O sonho da escada de Jacob).* Granito Editores e Livreiros Lda, Porto, 2001. ISBN 972-8594-15-1
DICIONÁRIO de história da Igreja em Portugal. Dir. de A. A. Banha de Andrade. Lisboa: Resistência, 1983, vol. 1, p. 76-77.
DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal, Dir. de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, VII volumes.
DICTIONNAIRE d'histoire et de géographie écclesiastique, Paris, 1937
DICTIONNAIRE de spiritualité – ascétique et mystique, doctrine et histoire, Dir. de Marcel Viller, S. J., Gabriel Beauchesne et ses fils Éditeurs, Paris, 1937, vol. I
DISDIER, M.-Th – «Augustin (le premier ordre du dit de saint)», in *Dictionnaire d'histoire et géographie ecclésiastiques*, t. V, col.498-628, Paris, Letouzey et Ané, 1930
DIZIONARIO degli Istituti di Perfezione. Roma: Paoline, 1974, vol.1, p. 155-192.
DODERER, Gerard – *Caixas de órgãos portugueses setecentistas.* "Forum", Braga, 19, Jan. 1996, p. 101-113. il.
DORIGNY – *Vie du P. Emond Auger*, Avignon, 1828.
ENCICLOPEDIA del Cristianesimo – Storia e attualità di 2000 anni di speranza – Perfazione di Carlo Maria Martín, Istituto Geografico de Agostini S. p. A., Novara, 1997, ISBN 88-415-4454-6
ESPIRITO SANTO, Fr. Domingos do – *Annotações as Constituições da Ordem dos Eremitas de N. P. S. Agostinho,* Biblioteca Pública Municipal do Porto, manuscrito n.º 1207.

FARIA, Américo – *Dez santos universais,* Colecção Dez n.º 21, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1955.
FEDERICO SCIACCA, Michele – *San Agustín,* Versión española del R. P. Ulpiano Álvarez Diez. Tomo I, Barcelona 1955.
FERRIER, Francis – *Santo Agostinho,* trad. de Isabel Maio Gonçalves, (Presses Universitaires de France, 1989-1993), Mem Martins, Public. Europa América.
FITZGERALD, Allan D. (O.S.A.) – general editor – *Augustine through the Ages – An Encyclopedia*; Williamm B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan / Cambridge, U.K. 1999, ISBN 0-8028-3843-X
FOUQUERAY, H. – *Histoire de la Comp. de Jésus en France*, t. I et II
FÜLÖP-MILLER, René – *Os Santos que abalaram o mundo (Antão, Agostinho, Francisco, Inácio, Teresa),* Traduçao de Óscar Mendes, 4.ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1953.
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *Aspectos da arte em Portugal no século XVIII.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
GARCÍA ABAD, Albano – *San Juan de Sahagún – Fenómeno Social del Siglo XV*, preparado y adaptado por: Virgilio Buiza, vbuiza@terra.es
GARDEIL, A. O. P. – *La Structure de l'Ame et l'Expérience Mystique*, 2e éd. , Paris, 1927, 2 vol.
GERHARDS, Agnès – *Dictionnaire historique des Ordres Religieux,* Paris, Fayard, 1998, 72-78.
GILSON, E. – *Introduction à l'étude de s. Aug.*, Paris, 1929.
GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII.* Lisboa, Caminho, 1988.
GOMES, Paulo Varela – *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal.* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
GONÇALVES, Flávio – *História da arte: iconografia e crítica.* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
GRANDE Dicionário Enciclopédico, Madrid, Clube Internacional do Livro, 1998, volume I, pág. 146.
GRANDE Dicionário Enciclopédico, S.P.A.E., Madrid e Clube Internacional do Livro, Alfragide, 16 volumes, 1998. ISBN: 972-97003-5-4
GROS – *La valeur documentaire des Confessions*, dans VS., 1926-1927.
GUTIERREZ, David – *Historia de la Orden de San Agustín.* Roma, 1971-1980. vol. 1 e 2. 3 vol.
Hierachia catholica medii et recentioris aevi. Münster; Pádua, 1913. 8 vol.
HISTÓRIA religiosa de Portugal, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, II volumes.
JACQUEMET, G. (du clergé de Paris), – *Catholicisme - hier, aujourd'hui, demain,* I, Paris, Letouzey et Ané, 1948
- BARDY, G. – *Augustin (Saint), évêque d'Hippone (354-430),* cols. – 1028-1035
- BARDY, G. – *Augustin (Règle de Saint).* cols. – 1035-1036

KUBLER, George – *A arquitectura portuguesa chã.* Lisboa, Veja, 1988.
JOVILET, R. – *S. Aug. et le Néo-Platonisme chrétien*, Paris, 1932.
LABRIOLLE, Pierre de (text établi et traduit par) – *Confessions,* livros I-VIII ; IX-XIII. Tomes I et II, 3e édition revue et corrigée. Collection des Universités de France, Paris, Société d'Édition 'Les Belles Letres', 2 v. 1947.
LAMBERT, Elie – *Les grands monastères portugais. Leur caractère national dans l'istoire de l'architecture monastique internationale,* Coimbra, Coimbra Editora, Lda. 1954.
LAMBOT, Dom C. – *La Règle de Saint Augustin et Saint Césaire*, RB., 41 (1929

LAMBOT, Dom C. – *L'influence de Saint Augustin sur la Règle de Saint Benoît, Rev. lit. et mon.*, 14 (1929)
LE BRAS, Gabriel éd. – «Chanoines», in *Les ordres religieux, la vie et l'art*, t. I, Paris, Flammarion, 1980
MAGALHÃES, António de – *A actualidade de Santo Agostinho no XVI centenário da sua morte,* Porto, Tip. Porto Médico Lda.
MANDOUZE, André – *Pour Augustin*, Paris, Desclée de Brouwer, 1987
MANDOUZE, André – *Saint Augustin. L'aventure de la raison et de la Grâce*, Paris, Études augustiniennes, 1968
MANRIQUE, P. Andrés, O.S.A. ; *La Vida Monastica en San Agustín - enchiridion historico - doctrinal y regla,* I El Escorial-Salamanca, Studia Patristica, 1959
MARECHAL, J. S.J. – *La vision de Dieu au sommet de la contemplation, d'après Saint Augustin*, dans Nouv. Revue théol., février et mars 1930
MARIA, FABO de – *La Juventud de San Agustin ante la critica moderna*, Madrid, 1929.
MARITAIN, J. – *Les degrès du savoir*, la sagesse augustinienne, Paris, 1932.
MARKUS, R. A. – *Conversion and Disenchantement in Augustine's Intellectual Development*, The Saint Augustine Lecture 1984 (Villanova, 1989), reprinted in *Sacred and Secular: Studies of Augustine and Latin Christianity* (London: Variorum, 1994, XVIII)
MARKUS, R. A. – *The End of Ancient Christianity* (Cambridge, 1990)
MARQUES, José A. Maia; DIAS, Geraldo J. A. Coelho; TEIXEIRA, Victor Gomes; JANN, Georg; MELO, António M. Mendes – *O Mosteiro Crúzio de Moreira, História, Arte e Música,* Fábrica da Igreja de Moreira da Maia, Moreira da Maia, Depósito Legal: 153217/00, ISBN: 972-98578-0-6
MORENO, Humberto Baquero (ADP/FLUP); DIAS, Geraldo J. A. Coelho (ADP/FLUP); MARQUES, José (FLUP); RAMOS, Luís A. de Oliveira (FLUP) – *O Mosteiro de S. Bento da Vitória – 400 anos,* Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto, Depósito Legal: 108762/97, ISBN: 972-95798-5-7
MARROU, Henri-Irénée – *Saint Augustin et la fin de la culture antique* (Paris, 1938), with *Retractatio* (1949)
MARROU, Henri-Irénée – *Saint Augustin et l'augustinisme*, Paris, Seuil, 1955 («Les maîtres spirituels»)
MARTIN, J. – *Doctrine spirituelle de Saint Augustin*, Paris, 1901
MARTINEZ, Agustin (selección y estudio de) – *Ideário,* Collección Austral n.º 599, Buenos Aires, 1946.
MÁRTIRES, Timoteo dos, - *Crónica de Santa Cruz,* Tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, Lda. e Biblioteca Municipal, 1955.
MAUSBACH, J. – *Die Ethik des hl. Augustinus*, 2e éd., Freibourg-i.-B., 1929.
MAYR, F. O. S. A. – *Divus Augustinus vitae spiritualis magister*, Venetiis, 1734, éd. Française de Ch. Laurent, Paris, 1890.
MEER, VAN der – 1961
MELLA, Edoardo Arborio e FALCHINI, Cecília – *Regole Monastiche D'Occidente,* Comunità di Bose, Magnano (VC), Edizione Qiqajon, 1989.
MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino – *Historia de las ideas estéticas en España,* Edición revisada e compulsada por D. Enrique Sánchez Reyes. 5 vol. "Obras completas de Menéndez Pelayo", prólogo de D. José Ibánez Martin, Madrid, 1946.
MEYER, A. de; CAUWENBERGH, Ét. Van, – *Dictionnaire D'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques,* V, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1931
- LABRIOLLE, Pierre de, – *Augustin (Saint), évêque d'Hippone*, cols. – 440-473
- BONNARD, F., – *Augustin (Règle de Saint)*, cols. – 494-498.
- DISDIER, M. Th., – *Augustin (Ordre dit de Saint)*, cols. – 498-628

MONCEAUX, M. Paul – *Saint Augustin et Saint Antoine, Miscellanea Agostiniana*, vol. II, Rome, 1931

Monteiro, Manuel (obra Póstuma) – *Igrejas Medievais do Porto,* Porto, Ed. Marques Abreu, 1954.

- MORÁN, J. – *Agostino Aurelio, santo.*- p. – 415-435;
- MORÁN, J. – *Agostino Aurelio, santo.*- p. – 415-435;

MOURA, Carlos – *História da arte em Portugal: o limiar do barroco.* Lisboa Alfa, 1987.

NEBREDA, E. C. M. F. – *De oratione secundum divum Augustinum summosque doctores Ecclesiae Ioan. Chryost. Et Thom. Aquin.*, 2 vol., Bilbao, 1923

NORREGAARD – *Augustins Beckhrung*, Tubingen, 1923

NOVA Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores e Larousse, 1997, volume I, pág. 156-157.

NOVA Enciclopédia Larousse, Direcção editorial de Leonel de Oliveira, Círculo de Leitores e Larousse, 22 volumes, 1997. ISBN 972-42-1476-1 (obra completa).

O'DONNELL, J. J. – *Augustine*, Twayne's World Authors (Boston, 1985)

OLIVEIRA, Mons.Miguel de,

PAMPLONA, Fernando de – *Dicionário de pintores e escultores portugueses...* Lisboa, Presença, 1989. 4 vol.

PAPINI, Giovani – *Santo Agostinho,* Trad. de M. G. Da Costa, Colecção Critério volume 21, Braga, Livraria Cruz, 1949.

PELLICCIA, Guerrino ; ROCCA, Giancarlo, – *Dizionario Degli Istituti di Perfezione,* I, Roma, Edizioni Paoline, 1974

- MORÁN, J. – *Agostino Aurelio, santo.*- p. – 415-435;

PEREIRA, José Fernandes – *Dicionário da arte barroca em Portugal,* Lisboa, Presença, 1989.

PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da arte portuguesa. Vol. 3: Do barroco à contemporaneidade,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

PINA, A. Ambrósio de – *Pressupostos do Pensamento de Santo Agostinho,* edição da Revista "Filosofia", Lisboa, 1958.

PORTALIE, DTC. – *Saint Augustin,* I, col. 2432-2443

- PORTALIE, E. – *Augustin (Saint.) Vie, œuvres et doctrine*, Cols. – 2268-2472 ;

Porto a Património Mundial, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1993.

POURRAT, P. – *La spiritualité chrétienne*, t. I, Paris 1918

PRAT – *Recherches sur la Comp. de Jésus en France du temps du P. Colon*, Paris, 1876.

PURIFICAÇÃO, António da – *Chrónica da antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho.* Lisboa, 1642-1656. 2 vol.

QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho, *Inventário Artístico de Portugal: Cidade do Porto*, Lisboa, 1995.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (Direcção de) – *História do Porto,* Porto Editora, Porto, Depósito Legal 158145/00, ISBN 972-0-06276-2, 3ª edição, 2000.

REGO, António da Silva – *Documentação para a história das missões e do Padroado Português do Oriente: Índia.* Lisboa, 1955-1958, vol. 11-13.

ROHDEN, Huberto – *Agostinho (Um drama de humana miséria e divina misericórdia),* Gráfica Milone Lda., 1946.

ROLAND-GOSSELIN, B. – *La morale de Saint Augustin*, Paris, 1925

SANCTI AURELII AUGUSTINI HIPPONENSIS EPISCOPI OPER OMNIA, Post Lovaniensium Theologorum Recensionem, opera e studio. Monachorum Ordinis Sancti Benedicti e Congregatione S. Mauri. Editio novissima, emendata et autior, Accurante J. – P. Migne, Bibliothecæ, Cleri Universæ, Sive, Cursum Completorum in Singulos Scientiæ, Ecclesiasticæ Ramos Editore. Patrologia Latinæ, Tomus 38, Turnholti (Belgium) 1978

Santiago Vela, Gregório de – *Ensayo de una biblioteca ibero-americana de la Orden de San Agustin.* Madrid; El Escorial, 1913-1931, 7 vol.

SCIACCA, Michele Federico – *San Agustín* – versión española del R. P. Ulpiano Álvarez Diéz. Tomo I, Barcelona, 1955.

SIMÕES, J. M. Dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVI,*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SIMÕES, J. M. Dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVII,*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
SMITH, Robert C. – *Caixilhos de talha barroca,* "Colóquio", Lisboa, 52, 1969, p.3-8.
SMITH, Robert C. – *A talha em Portugal,* Lisboa, Horizonte, 1962.
SOMMERVOGEL, C. – *Bibliothèque de la Comp. De Jésus*, I
SOUSA, D. Antonio Caetano de, (composto por) – *Agiologio Lusitano, dos santos e varões illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas,* Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744. 4.° vol.
TAILLE, M. de la S. J. – *Théories mystiques, à propos d'un livre récent, Recherches de science religieuse*, 1928.
TONNA-BARTHET, A. O. E. S. A. – *De vita christiana libri VII*, éd. 3, Romae, 1929
TRAPÈ, Agostino (Collana diretta da) – *I monaci e il lavoro,* traduzione di Vicenzo Tarulli, introduzione e note a cura di Antonio Sanchez, Roma, Nuova Biblioteca Agostiniana, 1984. ISBN 88-311-4707-2.
TRAPE, Augustino – *Saint Augustin, l'homme, le pasteur, le mystique*, Paris, Fayard, 1988
VACANT, A.; MANGENOT, E. – *Dictionnaire de Théologie Catholique,* I, Paris, Letouzey et Ané, Editeurs, 1903
- PORTALIE, E. – *Augustin (Saint.) Vie, œuvres et doctrine*, Cols. – 2268-2472 ;
- BESSE, J. – *Augustin (Règle de saint),* cols. 2472-2483.b

VEGA, C. – *La regla de San Agustín*, Escorial, 1933.
- VERHEIJEN, L., *La premièr livre du* De doctrina christiana *d'Augustin. Un traité de « télicologie » biblique, en Traiectina Augustiniana,* Paris 1987, p.173

VERHEIJEN, Luc – *La Règle de saint Augustin*, Paris, Études augustiniennes, 1967
VERHEIJEN, Luc – *Nouvelle Approche de la règle de Saint Augustin*, 2 vol. Louvain, Institut historique augustinien, 1980-1988.
VERMEERSCH, A. S. J. – *Le concept de la vie religieuse dans saint Augustin, Gregorianum* (1930)
VITERBO, Sousa – *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922. 3 vol.
WEISHEIPL, James A. – *Saint Augustine's doctrines of sanctifying Grace,* Braga, Oficina de S. José, 1957.
ZARB, S. M. O.P. – *Chronologia Operum S. Augustini*, Romae, 1934

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO